

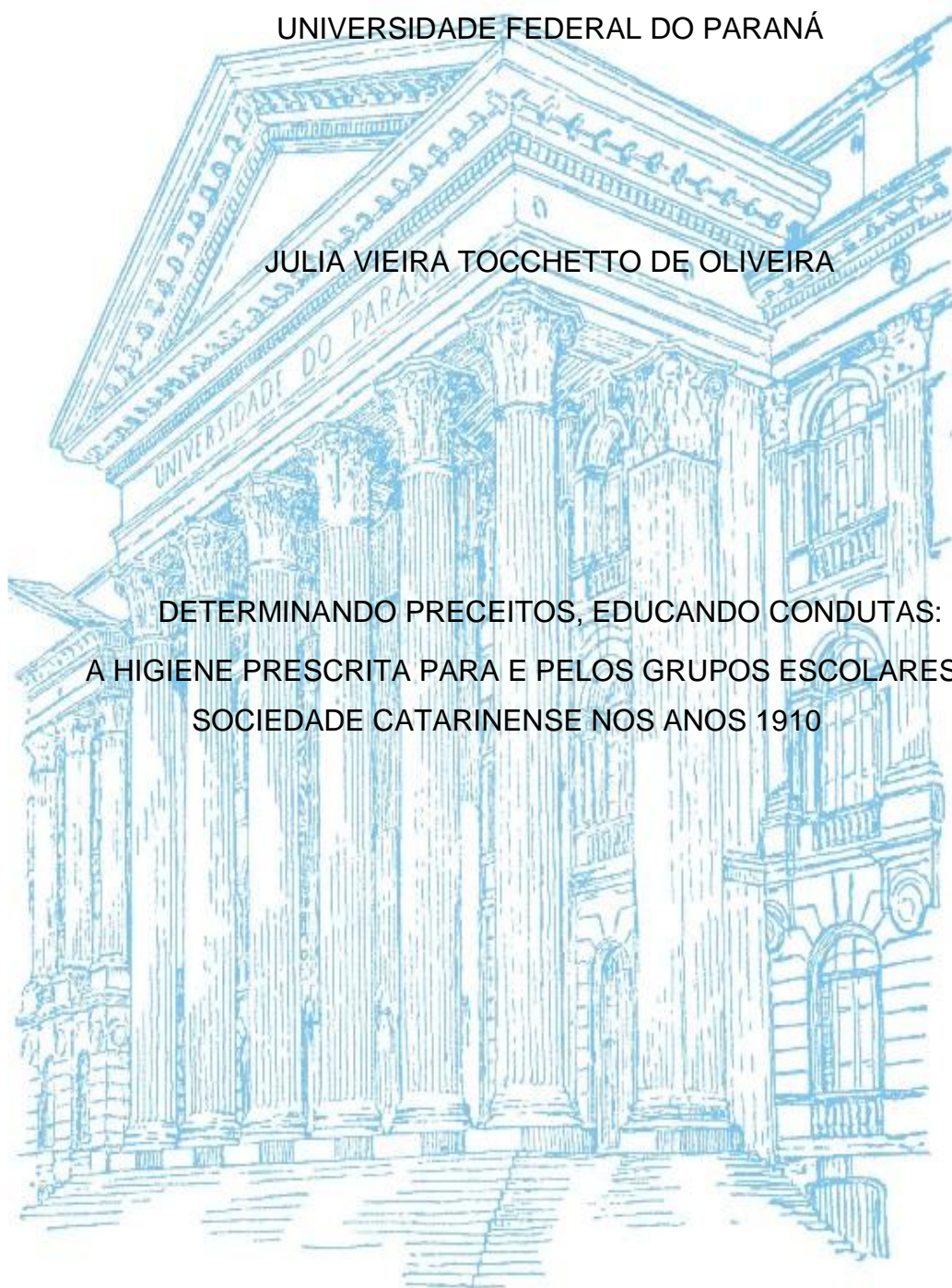
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIA VIEIRA TOCCHETTO DE OLIVEIRA

DETERMINANDO PRECEITOS, EDUCANDO CONDUTAS:
A HIGIENE PRESCRITA PARA E PELOS GRUPOS ESCOLARES E A
SOCIEDADE CATARINENSE NOS ANOS 1910

CURITIBA

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIA VIEIRA TOCCHETTO DE OLIVEIRA

DETERMINANDO PRECEITOS, EDUCANDO CONDUTAS:
A HIGIENE PRESCRITA PARA E PELOS GRUPOS ESCOLARES E A
SOCIEDADE CATARINENSE NOS ANOS 1910

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Oliveira, Julia Vieira Tocchetto de

Determinando preceitos, educando condutas: a higiene prescrita para e pelos grupos escolares e a sociedade catarinense nos anos 1910 / Julia Vieira Tocchetto de Oliveira – Curitiba, 2015.
128 f.

Orientadora: Profa. Dra. Liane Maria Bertucci
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – Santa Catarina - História. 2. Estudantes – Saúde e higiene – Séc. XX. 3. Hábitos de saúde - Legislação. 4. Higiene escolar - Currículos. I. Título.

CDD 371.7




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



PARECER

Defesa de Dissertação de Julia Vieira Tocchetto de Oliveira para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, Prof.^a Dr.^a Gladys Mary Ghizoni Teive, Prof.^a Dr.^a Nádia Gaiofatto Gonçalves, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "DETERMINANDO PRECEITOS, EDUCANDO CONDUTAS: A HIGIENE PRESCRITA PARA E PELOS GRUPOS ESCOLARES E A SOCIEDADE CATARINENSE NOS ANOS 1910".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIAÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Liane Maria Bertucci		APROVADA
Prof. ^a Dr. ^a Gladys Mary Ghizoni Teive		APROVADA
Prof. ^a Dr. ^a Nádia Gaiofatto Gonçalves		Aprovada

Curitiba, 24 de março de 2015.


Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

A viagem não acaba nunca.
Só os viajantes acabam.
E mesmo estes podem se prolongar
em memória, em lembrança, em narrativa.
José Saramago

À minha avó Vitorina (*In memoriam*)
que prolonga sua viagem em minhas
narrativas, memórias e lembranças.
À minha mãe, Mariland.

AGRADECIMENTOS

Ao olhar o percurso que me trouxe até aqui percebo quantas pessoas foram essenciais para esta empreitada. Sem elas não teria sido possível. Assim, agradeço:

Em primeiro lugar à minha mãe, por todo seu cuidado e amor incondicionais. Pela revisão rigorosa do texto desta dissertação e por todos e quaisquer outros motivos. Sem ela nada disso seria possível e a ela todo meu amor;

À minha orientadora, doutora Liane Maria Bertucci, por sua leveza, seu caráter firme, seu rigor, sua paciência e carinho. Pelo comprometimento com o trabalho acadêmico, sem perder nunca, nem por um momento sequer, a humanidade. Pessoas assim são raras. Tive sorte em tê-la como orientadora. A ela meu carinho e agradecimento;

Ao meu pai Renato e minha madrastra Terezinha pelo apoio e carinho de sempre;

Ao meu irmão Arthur, que compreende minhas ausências, que se orgulha de mim e é meu melhor amigo nesta vida;

Aos meus avós Eugênia e Alcidio pelo carinho e pela ajuda essencial para realização desta dissertação;

À minha avó Vitorina [*in memoriam*]. Foi por meio de suas narrativas dos tempos de professora que conheci pela primeira vez (mesmo sem saber) a história da educação. A senhora é inspiração para minhas pesquisas, escritas e para o cotidiano no chão da escola. Obrigada, vó!

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos;

Agradeço também as professoras doutoras da linha pelas disciplinas ministradas: Dulce Onsinski, Gizele de Souza, Lesiany Daniel e Nádia Gonçalves;

Às professoras doutoras Gladys Teive e Nádia Gonçalves por disponibilizarem seu tempo para leitura da minha dissertação e para compor minha banca de defesa pública. Agradeço também à professora doutora Meily Linhales pelas valiosas sugestões na ocasião da banca de qualificação;

À professora Gladys, além disto, tudo, pelo empréstimo de fontes e materiais essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, pelo carinho e amizade de

sempre e por ter me acompanhado nos primeiros passos da pesquisa, ainda na iniciação científica;

Às amigas de sempre Juliana, Maristela, Maria Fernanda, Erica e Luiza que têm me acompanhado há tanto tempo;

Às meninas da linha, Silvia, Silvete, Sibebe, Sabrina, Ester, Flávia, Amanda e Carla.

À Carla, meus agradecimentos especiais, por ter me acolhido em sua casa, pelas caronas, pela entrega de trabalhos em meu nome quando não pude estar em Curitiba e pela amizade sincera. Agradeço também à sua família, em especial a dona Lurdes, por me acolher em seu lar e fazer com que me sentisse em casa, sempre.

A todos e todas, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a higiene prescrita para e pelos primeiros grupos escolares de Santa Catarina. A pesquisa, mesmo considerando os anos 1910, centra-se em 1911 e 1914, nos quais ocorreram reformas significativas do ensino público catarinense, a partir da organização dos grupos escolares, sob o comando do paulista Orestes Guimarães, durante sua gestão na Inspetoria Geral da Instrução Pública de Santa Catarina, que se encerrou em 1918. Partindo da perspectiva de Edward P. Thompson, a lei é aqui percebida, não como imposição “de cima para baixo”, mas antes como espaço no qual se travam inúmeros conflitos sociais. Como tal, a lei expressa possibilidades de mudanças do mesmo modo que evidencia conflitos e costumes sociais. Assim, esta pesquisa captou indícios de tensões, conflitos e/ou costumes sociais que permeavam a promulgação destas legislações concernentes à higiene prescrita para e por estas instituições. Deste modo, podem-se perceber as relações entre a higiene prescrita para e por estas instituições e o que estava em pauta no âmbito da saúde pública na sociedade de Santa Catarina. Considerando que a legislação, em uma de suas facetas, pode se tratar de uma estratégia de governantes e legisladores para alcançar determinado objetivo, foi possível também compreender como as primeiras prescrições de higiene para os grupos escolares, representaram estratégias governamentais. Entendo estratégia, a partir de considerações de Michel de Certeau como cálculo ou manipulação de relações de forças que são assim geridos em prol de um dado objetivo. Paralelamente, observamos as táticas envolvidas nas prescrições e apropriações destas determinações. Para realização desta dissertação foram utilizadas leis, decretos, programas de ensino dos grupos escolares, correspondências, minutas, circulares, Relatórios de Governo, Relatórios da Inspetoria Escolar, Relatórios da Inspetoria de Higiene, regulamentos, regimentos internos dos grupos escolares de Santa Catarina nos anos 1910. São também utilizados jornais do período pesquisado, Relatório do Colégio Municipal de Joinville, uma tese médica e memórias escritas por um diretor de grupos escolares.

Palavras-chave: higiene; grupos escolares; legislação escolar; currículo; Santa Catarina.

ABSTRACT

The primary purpose of this research is to analyse the hygiene prescribed to and from the first school groups of Santa Catarina. Although taking into account the year 1910, this research is centred around the years 1911 and 1914, when several important changes occurred in the public education system in Santa Catarina, due to the organization of the school groups under the command of Orestes Guimarães, in his administration period in the General Inspectorate by Public Education of Santa Catarina, which ended in 1918. From the perspective of Edward P. Thompson, law is seen not as an imposition “from up high to down below”, but rather as the environment where many social conflicts arise. As such, law not only shows possibilities for change, but it also highlights social conflicts and traditions. Therefore, this research captured evidence of social tensions, conflicts and/or traditions that permeated the enactment of legislations that concerned hygiene prescriptions to and from those institutions. Thus, it's possible to understand the relationship between the hygiene prescriptions to and from those institutions and what was on the agenda of the public health system in Santa Catarina. Moreover, considering that legislation, in one of its forms, may be a strategy employed by rulers and legislators to reach a particular objective, it was also possible to understand how the first hygiene prescriptions to school groups may have simply been strategies from the Government. Strategy here is understood from the perspective of Michel de Certeau, as a manipulation of power relations that are created in favour of a particular objective. At the same time, we observed the tactics involved in the prescriptions and appropriation of these regulations. To accomplish this thesis were used laws, decrees, the school groups' education programmes, correspondence, minutes, leaflets, governance reports, school inspection reports, hygiene inspection reports, regulations, and internal statutes of the school groups in Santa Catarina in 1910. In addition, I also look at newspapers from that period in time, reports from Colégio Municipal de Joinville, a medical thesis and memoirs written by a school groups' director.

Keywords: hygiene; school groups; school legislation; sylla

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I - A QUESTÃO HIGIENE NA CAPITAL DO ESTADO E AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE EM SANTA CATARINA. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ANOS 1910	27
 1.1 HIGIENE E SAÚDE, ENTRE A VIRADA PARA O SÉCULO XX E O SANITARISMO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1910	28
1.2 ÁGUA E ESGOTO: PRÉ-REQUISITOS PARA HIGIENE E SAÚDE	32
1.3 SAÚDE E EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE. A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE.....	42
 CAPÍTULO II PRIMEIROS TEMPOS: ENTRA EM CENA A HIGIENE PARA OS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES	52
 2.1 ENSAIANDO NOVOS RUMOS PARA INSTRUÇÃO EM SANTA CATARINA: O ENSINO PÚBLICO E A ATUAÇÃO DE ORESTES GUIMARÃES EM JOINVILLE ..	53
2.2“SEMEANDO O NOVO”: PRIMEIRAS PRESCRIÇÕES DE HIGIENE PARA OS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES	66
 CAPÍTULO III A HIGIENE NOS E PELOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES A PARTIR DO REGIMENTO INTERNO E DO PROGRAMA DE ENSINO DE 1914.....	82
 3.1 A HIGIENE DOS EDIFÍCIOS, ESPAÇOS E MATERIAS NA LEGISLAÇÃO ESCOLAR CATARINENSE	83
3.2 EDUCANDO PARA PREVENIR DOENÇAS: CONDUTAS DE HIGIENE NOS GRUPOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA	97
3.3 OS CONHECIMENTOS SOBRE HIGIENE, A DISCIPLINA HIGIENE: A SAÚDE COMO OBJETIVO	105
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FONTES.....	117
BIBLIOGRAFIA	122

INTRODUÇÃO

Durante parte da minha graduação em Pedagogia na Universidade do Estado de Santa Catarina atuei como bolsista de Iniciação Científica em projetos¹ que tinham como foco principal investigar o currículo dos grupos escolares de Santa Catarina. A pesquisa se deu em dois momentos. Em um primeiro momento a investigação voltou-se ao período de implantação dos grupos escolares catarinenses, com especial atenção a reforma empreendida pelo professor paulista Orestes Guimarães na Instrução Pública Catarinense entre 1911 até o ano de 1935, quando outra reforma foi realizada na educação deste Estado. No segundo momento a pesquisa avançou no tempo e nossos olhares voltaram-se a outra reforma, efetivada pelo educador catarinense Elpídio Barbosa, e posta em execução no ano de 1946, que tinha por base os postulados do movimento escolanovista.

Nesta ocasião, em dois momentos diversos, pesquisei a higiene nos grupos escolares catarinenses, sobretudo, no que diz respeito ao currículo. Partindo de estudos curriculistas como referencial, busquei compreender como a higiene foi transformada em disciplina-saber e como perpassava diferentes tempos e lugares da escolarização, procurando, sobretudo, entender qual sua função nos grupos escolares, para quais objetivos servia e que sujeito buscava-se formar com o ensino dos preceitos higiênicos.

Ao percorrer os arquivos, ter contato direto com as fontes históricas e ampliando as discussões por meio de leituras e grupos de estudos, novas indagações foram surgindo e com elas a necessidade de aprofundamento do tema. Além das questões que se desdobravam e ganhavam impulso o encantamento com a temática, aqui entra a subjetividade da pesquisadora, fez com que buscasse percorrer novos caminhos com este tema, a higiene nos grupos escolares catarinenses, já antigo em minha vida acadêmica, porém com desejo e possibilidade de novos estudos.

Deste modo, esta dissertação tem por intuito compreender as primeiras prescrições de higiene para os grupos escolares de Santa Catarina no período de

¹ Orientação da professora-doutora Gladys Mary Ghizoni Teive. Projetos “Grupo escolar e a produção do sujeito moderno: um estudo sobre o currículo e a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses (1911-1935)” e “Grupos escolares: entre a escola nova e a pedagogia moderna”.

sua implantação, bem como as maneiras que estas regulamentações legislativas, permeadas por demandas sociais (THOMPSON, 1987), representaram uma estratégia (CERTEAU, 2011) dos governantes catarinenses com o objetivo de formar sujeitos higienizados, capazes de salvaguardar sua saúde e de seus pares e, por conseguinte, capazes de impelir Santa Catarina ao moderno mundo civilizado².

No final do Século XIX, debates acerca do fim da escravidão e da política de imigração foram conjugados com a ideia de formação (física e moral) do povo brasileiro. Atrelada aos ideais de progresso e civilização, a formação do homem nacional, na maior parte das vezes permeada por ideias raciais, estava vinculada também à necessidade da manutenção de sua saúde, através dos cuidados indispensáveis com a higiene das pessoas, das coisas e dos lugares (salubridade) (BERTUCCI, 2013; 2014).

Estas discussões ganham notoriedade e novos adeptos ao longo das primeiras décadas do século XX. Sobretudo, a partir de meados da década de 1910, o que ficou conhecido como Movimento Sanitarista ganha importante repercussão, impulsionado com a divulgação em 1916 da expedição científica realizada pelos doutores³ Arthur Neiva e Belisário Penna pelo chamado Brasil central (BERTUCCI, 2007; HOCHMAN; 2013).

Composto por médicos, engenheiros, advogados e educadores, dentre eles muitos políticos e militares, este movimento ligado ao nacionalismo tinha por intuito a “regeneração” da nação e de sua população e para tanto era imperioso dispor de políticas nacionais em prol da saúde pública, saneando os espaços públicos e privados e higienizando o homem brasileiro, sobretudo educando-o para saúde. Assim, educar as pessoas nos preceitos básicos de higiene foi percebido como meio eficiente de cura e profilaxia, uma vez que o sujeito bem educado, conhecendo e seguindo de perto os princípios higiênicos, seria capaz de salvaguardar sua saúde e de seus pares (BERTUCCI, 2007; 2013; 2014).

Educar, instruir, higienizar, estes foram temas também debatidos concomitantemente entre os catarinenses das primeiras décadas do século XX e o governo de Santa Catarina realiza medidas profiláticas que visavam à educação da

² Nesta dissertação as ideias moderno e civilizado, geralmente atreladas a noção de progresso (entendido como resultado de inovações científicas e tecnológicas e se materializavam de maneira mais evidente no espaço urbano e fabril), se confundem ou complementam, reproduzindo a maneira como, em geral, foram difundidas no Brasil entre o final do século XIX e início do XX.

³ Nesta dissertação o termo doutores será utilizado como sinônimo de médicos.

população para saúde. A escola primária, instituição que se renova com propostas que tinham como modelo o grupo escolar (o primeiro deles inaugurado na capital do Estado de São Paulo em 1894) (SOUZA, 1998), foi eleita em terras catarinenses, como em grande parte do Brasil, como lugar privilegiado para educação da criança (futuro cidadão) nos preceitos higiênicos indispensáveis para constituição de uma população capaz de impelir o país aos rumos do progresso.

Em Santa Catarina os primeiros grupos escolares passam a ser implantados no início da década de 1910, durante o governo de Vidal Ramos. Nesta conjuntura, o Estado de São Paulo e suas instituições escolares eram vistos pelo governo catarinense como modelo de civilidade e progresso que se pretendia alcançar também em Santa Catarina (HOELLER, 2009). Por esta razão, procurando correspondência com o modelo de São Paulo de escolarização, o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães é convidado por Ramos, no ano de 1911, para dirigir a reforma na Instrução Pública catarinense, assumindo meses depois o cargo de Inspetor Geral do Ensino Público de Santa Catarina⁴.

Egresso da Escola Normal de São Paulo e com larga experiência na direção de grupos escolares paulistas e na criação das primeiras escolas noturnas para adultos neste Estado, Orestes Guimarães havia atuado em Santa Catarina entre 1907 e 1909, quando reformou o estabelecimento de ensino, com classes primárias, denominado Colégio Municipal de Joinville⁵, que viria a se transformar posteriormente no primeiro grupo escolar catarinense. Orestes Guimarães fez parte da primeira geração de normalistas republicanos que alcançou grande prestígio e autoridade intelectual ao longo da Primeira República (TEIVE, 2008) ⁶. Segundo Teive,

⁴ Importa evidenciar, conforme aponta Hoeller, que ter como modelo o ensino público primário paulista não significou uma transposição simples e pura destes moldes aos outros Estados. Seus governantes, e isso vale também para Santa Catarina, buscavam correspondência com esta forma escolar, de modo a adaptá-lo as peculiaridades de cada Estado. (HOELLER, 2009).

⁵ Nesta dissertação nomearei esta escola de Colégio [Escola] Municipal de Joinville. O Colégio Municipal de Joinville, apesar do nome, era composto por classes primárias, sendo que os alunos de origem alemã eram divididos por série de acordo com suas idades e graus de adiantamento, enquanto que os chamados alunos brasileiros ocupavam uma grande sala de aula com uma única professora ensinando para crianças com idades e graus de adiantamentos diferentes, situação parecida com a que ocorria nas escolas isoladas.

⁶ Orestes Guimarães permaneceu no cargo de Inspetor Geral do Ensino Público de Santa Catarina até o ano de 1918, quando foi convidado a exercer, também em Santa Catarina, a função de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, cargo que ocupou até 1931, ano de seu falecimento.

Suas ideias são uma síntese do positivismo, reinterpretado pelos mestres da Escola Normal, do cientificismo de caráter spenceriano, do liberalismo e das ideias de Comenius, Rousseau e Pestalozzi, reinterpretadas por Norman Calkins e traduzidas/adaptadas por Rui Barbosa. Tal como seus mestres positivistas, acreditava no poder da educação escolar pública na disseminação de uma nova ética, uma ética civil, e de uma atitude prática e científica diante do mundo. (TEIVE, 2008, p.79)

Orestes Guimarães, respeitado por sua trajetória, inclusive realizada em Santa Catarina, era tido como o reformador ideal, capaz de, por meio da educação, levar o Estado catarinense aos novos moldes de civilização. A convicção de Guimarães, que abusava em seus discursos das “figuras preferidas pelos reformadores do primeiro período republicano – escuridão/luz; tradicional/moderno; ignorância/instrução; atraso/progresso” (TEIVE, 2008, p.80), efetivaria transformações educativas imprescindíveis para o progresso de Santa Catarina e ganhou vários adeptos.

Com base nestes postulados, em 1911 o professor Orestes Guimarães começa sua reforma com a reestruturação da Escola Normal Catarinense, para que os futuros professores tivessem plenos conhecimentos da moderna pedagogia, seguido da reestruturação das escolas isoladas⁷ e implantação dos sete primeiros grupos escolares no Estado. Assim, organizou inicialmente o Grupo Escolar Conselheiro Mafra, na cidade de Joinville, em 1911 e posteriormente o Grupo Escolar Lauro Muller, em Florianópolis⁸; o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, no ano de 1912 e, em 1913, os Grupos Escolares Vidal Ramos, em Lages; Silveira de Souza, em Florianópolis; Victor Meireles, em Itajaí e Luiz Delfino, em Blumenau.

Estes grupos escolares guardavam em Santa Catarina íntima ligação com os preceitos higiênicos. Escola da República por excelência, modelo ideal de educação escolar primária, aos grupos escolares é dada a missão de “regenerar” o povo por

⁷ As escolas isoladas, em geral, funcionavam em casas alugadas ou na residência do professor e reunia alunos de várias idades e séries em uma única turma, sendo que um mestre lecionava a todos. Sabe-se que esta modalidade escolar foi responsável pela maior parte da escolarização da infância catarinense, contando com um número de escolas e crianças matriculadas superior ao número de grupos escolares (HOELLER, 2009). Entretanto, esta dissertação se volta aos grupos escolares, uma vez que, na época estudada, eram tidos como representação do modelo ideal de escola pública primária.

⁸ Localizado na região central de Florianópolis, o Grupo Escolar Lauro Muller inaugurado no dia 24 de maio de 1912, foi construído para servir de modelo para os outros grupos escolares do Estado e para prática das alunas da Escola Normal Catarinense. (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

meio da instrução e educação, inclusive a higiênica (tanto higiene das pessoas, quanto a higiene dos lugares e coisas – salubridade). Construídos a partir das normas de cientificidade, esta forma escolar não escapou aos olhares atentos dos doutores, que viam na instrução de pequenos brasileiros a possibilidade de influir em comportamentos para manter a saúde e combater doenças. As crianças ofereceriam maiores condições de serem educadas de acordo com os postulados da higiene, uma vez que ainda não tinham entranhados vícios e hábitos considerados pelos médicos como prejudiciais à saúde (BERTUCCI, 2013). Ademais, a criança poderia ser um meio de educar também os adultos ao divulgarem entre famílias os preceitos higiênicos.

Deste modo, os saberes médicos acerca da higiene influem de maneira contundente na implantação dos grupos escolares, adentrando seus muros por meio de uma série de saberes que reconfiguraram os tempos e espaços, os métodos, os conhecimentos a serem ensinados, os materiais e mobiliários escolares, de modo a estabelecer a postura correta do/da aluno/a ao realizar a lição, bem como estabelecendo intervalos de descanso necessários à manutenção da saúde. Segundo Rocha,

[...] a produção e divulgação de estudos sobre o edifício, o mobiliário, os trabalhos escolares e sua influência sobre o crescimento dos alunos e as doenças infantis produzidas ou adquiridas no meio escolar, acompanhadas da constituição de novos campos profissionais, criação de sociedades científicas, realização de congressos, produção de impressos de divulgação de hábitos higiênicos e da institucionalização de serviços de inspeção médica nas escolas, em diversos Estados brasileiros, em sintonia com o que vinha ocorrendo em países europeus, figuram dentre as estratégias que participaram da constituição da escola em objeto do saber médico (2010, p.159-160).

Sobre esta conjuntura, em que ideais de saúde e educação se unem pelo propósito de impelir a nação rumos ao progresso e civilidade, de modo a consolidar o regime republicano, cabe inquirir, levando-se em consideração a realidade particular do Estado de Santa Catarina: como os preceitos higiênicos influíram na implantação e regulamentação dos grupos escolares catarinenses? De que maneiras a higiene foi prescrita para e pelos primeiros grupos escolares de Santa Catarina?

Ainda é preciso considerar que escolas primárias e grupos escolares catarinenses no período estudado atendiam indivíduos que, em geral, contavam entre 7 e 14 anos e que esta faixa etária era denominada na época “infância, infantil” e estes indivíduos chamados “criança” em relatos de professores, autoridades escolares e governamentais e imprensa; assim mesmo entendendo que criança (uma definição biológica) e infância (uma construção social) diferem (KUHLMANN JR e FERNANDES, 2004), nesta dissertação os dois termos serão utilizados indistintamente.

Partindo das proposições de Edward P. Thompson acerca da lei no livro **Senhores e Caçadores** (1987) como referencial teórico-metodológico, esta dissertação tem como objetivo principal analisar as prescrições para higiene contidas nas legislações que regulamentavam os grupos escolares de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1914, efetuadas durante a atuação de Orestes Guimarães na Inspetoria Geral do Ensino Público deste Estado. Pois para Thompson: “como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado” (THOMPSON, 1987, p. 358). Assim, resultado de demandas sociais, a lei pode traduzir costumes do mesmo modo que pode expressar possibilidades de mudanças, evidenciando as tensões sociais. Desta forma:

Thompson [...] mostra como o estudo de uma proposta de lei, sua aprovação ou não, expressa sempre o resultado de uma configuração social, os diferentes contornos e disputas desta configuração, que mudam com o tempo com a sociedade. (BERTUCCI, FARIA FILHO e OLIVEIRA, 2010, p. 38)

Neste sentido, além do objetivo supracitado, esta pesquisa tem também por finalidade captar indícios de tensões e conflitos, bem como costumes sociais, que permeavam a promulgação das leis concernentes aos aspectos higiênicos para os grupos escolares de Santa Catarina, buscando, portanto, perceber as interlocuções entre as ideias defendidas para e pela escola e a sociedade catarinense. A opção quanto à utilização nesta dissertação das formas [da higiene prescrita] *para* e *pelos* grupos escolares e a sociedade catarinense se deu para evidenciar o caráter dinâmico e multifacetado destas prescrições, bem como por em destaque a relação indissociável entre estas duas esferas, quais sejam, escola e sociedade. Neste sentido, ao nos referirmos ao termo *para* os grupos escolares e a sociedade de

Santa Catarina estamos evocando o movimento que parte do social para o escolar, levando em consideração os costumes, demandas e/ou conflitos sociais que acabam por incidir também nas determinações de higiene para os grupos escolares.

A higiene prescrita *pelos* grupos escolares, por sua vez, se refere ao movimento que parte da escola para sociedade. Assim, estas instituições aparecem como agentes que prescrevem e ensinam normas de higiene com o objetivo de interferir na esfera social, modificando e/ou reforçando costumes e/ou formando novos hábitos. Deste modo, pode-se dizer que a higiene prescrita *pelos* grupos escolares diz respeito aos usos que estes fazem das determinações legais, atribuindo a estas novos significados e visando intervir na sociedade.

Ainda que as fontes consultadas para esta pesquisa nos ofereçam poucas pistas acerca da higiene prescrita a partir dos grupos escolares de Santa Catarina é possível captar indícios, ainda que sutis, de apropriações destas determinações no interior destas instituições possibilitando a compreensão, ainda que parcial, do movimento que parte da escola para sociedade no que tange as prescrições de higiene, sem perder de vista a relação intrínseca destas dimensões. Cabe ainda evidenciar que a legislação é aqui tomada como o conjunto de regulamentações prescritas, tais como regulamentos, regimentos internos e programas de ensino e não apenas como leis e decretos.

Partindo destas proposições, compreendemos que a legislação, em uma de suas facetas, representa uma estratégia da qual os governantes e legisladores lançam mão com certa finalidade. Assim, esta dissertação tem também como objetivo compreender como as primeiras prescrições de higiene para os grupos escolares, representaram uma estratégia do governo catarinense para formar o futuro cidadão educado e saudável que concorreria para o progresso de Santa Catarina. Entendo estratégia, a partir de considerações de Michel de Certeau, como cálculo ou manipulação de relações de forças que são assim geridos em prol de um dado objetivo (CERTEAU, 2011, p.93). De maneira complementar a estratégia e essencial para reflexão quanto às correlações de forças, busco também nesta pesquisa perceber táticas envolvidas na higiene prescrita para e pelos grupos escolares catarinenses, levando em consideração que um mesmo sujeito pode ora atuar em uma perspectiva estratégica, ora em uma perspectiva tática. Partindo das

considerações de Michel de Certeau, tática é aqui compreendida como “a arte do fraco”. Nas palavras do autor:

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’. [...] Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar, Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994, p.100).

Para responder a este objetivo, são utilizadas nesta dissertação fontes tais como: leis, decretos, programas de ensino dos grupos escolares, correspondências, minutas, circulares, Relatórios de Governo, Relatórios da Inspeção Escolar, Relatórios da Inspeção de Higiene, regulamentos e regimentos internos dos grupos escolares de Santa Catarina nos anos 1910. São também utilizadas fontes tais como textos de jornais que circulavam nas seis cidades sedes dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina (Florianópolis, Joinville, Laguna, Blumenau, Itajaí e Lages) durante o período pesquisado, Relatório do Colégio [Escola] Municipal de Joinville (que diz respeito à atuação anterior de Orestes Guimarães no Estado de Santa Catarina), a tese do médico catarinense Oswaldo Cabral (1929) sobre questões educacionais de higiene e memórias escritas pelo professor João dos Santos Areão, quando atuou como diretor dos grupos escolares Jerônimo Coelho (1912 - 1917) e Vidal Ramos (1917 – 1919).

A historiografia contemporânea, sob a influência da Nova História (e os debates que proporcionou), ampliou nas últimas décadas a própria concepção de documento histórico e multiplicou os temas de pesquisa. Como escreveu Le Goff (1990, p. 29) aconteceu uma “revolução documental”, de modo a considerar os mais diversos textos/indícios/materiais como possibilidades de fontes para pesquisa em história com ênfase na valorização do informal e do cotidiano. Assim ganharam

ênfase como possibilidades de fontes: memórias, diários, fotografias, materiais de escavações, documentos orais, impressos, registros paroquiais, processos judiciais, estatísticas, elementos da cultura material dentre outros. Tal concepção teve suas ressonâncias também na História da Educação, que para além de documentos emanados do Estado, procura vestígios para compreensão dos processos educativos, formais e/ou informais, em fontes tais como cadernos de alunos/as, relato de professores/as, memórias, fotografias, impressos, mobiliários escolares e etc. Entretanto, cabe ressaltar que a Nova História para além da ampliação dos usos de outras fontes históricas redimensiona também o olhar e as formas de inquirir documentos já utilizados. Deste modo, tão importante quanto o tipo de fontes utilizadas para pesquisa é o olhar que lançamos a estas e para fontes tradicionalmente utilizadas pelos historiadores, como a legislação, bem como para as formas de inquiri-las. Portanto, a utilização de leis, decretos e documentos oficiais como fontes privilegiadas para o desenvolvimento desta dissertação corresponde, em certa medida, a esta perspectiva, uma vez que o legal não é tomado aqui como expressão unívoca de fatos históricos, mas antes como possibilidade de interpretação de conflitos, demandas sociais e costumes que permeavam as prescrições para higiene nos grupos escolares de Santa Catarina durante o período pesquisado.

Importa evidenciar que as fontes não são dotadas de neutralidade e objetividade. Conforme lembra Ragazzini (2001, p. 14) “[...] as fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem – como podem e a um número limitado de fatos – às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador [...]”. Para este autor as fontes são partes integrantes da própria operação historiográfica, devendo ser lidas em suas múltiplas relações, tais como:

[...] relações subjacentes a sua produção, seleção, modo de reunião, conservação e, também, de forma comparativa, na perspectiva de encontrar reiteração ou especificidade diferencial. Comparação não somente com outras fontes análogas-homólogas ou heterólogas, mas também com outros lugares de produção, com outros momentos de transmissão, com outros estudos que a interrogam (RAGAZZINI, 2001, p. 17).

No que diz respeito às fontes para história da educação, Ragazzini (2001) aponta para dois aspectos que devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar o autor destaca os usos das fontes para história da educação, ou seja, aquelas que auxiliam na compreensão dos processos educativos em suas relações com os contextos aos quais estão inseridos, tais como documentações oriundas das normas da jurisprudência, dos debates legislativos, da administração pública, dos partidos políticos e/ou do Estado. Deste modo a análise de fontes tais quais relatórios da inspetoria de higiene, mensagens do governo do Estado e/ou meios de circulação de ideias acerca dos saberes médicos-higiênicos são essenciais para compreensão das formas pelas quais a higiene foi prescrita nos grupos escolares catarinenses, de maneira a correlacioná-las com o contexto mais amplo de suas produções.

O segundo aspecto evidenciado por Ragazzini (2001) trata dos usos das fontes da história da educação e da escola, isto é, das documentações que provêm das próprias práticas escolares. Portanto, para o desenvolvimento desta dissertação são também analisadas fontes provenientes, de maneira direta ou indireta, do interior dos próprios grupos escolares catarinenses, dentre estas, relatórios de inspetoria escolar, correspondências, minutas e/ou circulares enviados a Diretoria da Instrução Pública de Santa Catarina pelos diretores e/ou inspetores dos grupos escolares⁹. Entretanto, é preciso considerar as condições de produção destes documentos históricos, certamente não dotados de neutralidade, bem como quem eram os sujeitos que os produziam. Ainda que possam vir do interior dos grupos escolares catarinenses, estes documentos foram produzidos por diretores e inspetores, homens que ocupavam cargos de confiança do governo estadual. Assim, estes relatórios poderiam por, estrategicamente, em evidência os pontos positivos destas instituições, o que evidenciaria a qualidade do trabalho do diretor, por exemplo, ou ainda seguir formalidades que possivelmente não retratavam o cotidiano escolar.

No que tange a legislação como fonte para História da Educação, Faria Filho (1998), propõe que lancemos a esta um olhar em suas múltiplas dimensões. Desta maneira, o autor corrobora com a perspectiva de Thompson, recusando a ideia de lei

⁹ A administração pública do Estado de Santa Catarina era organizada a partir da Secretária Geral do Estado, centro do poder administrativo, e dividido em três diretorias, quer sejam: Diretoria do Interior e Justiça (dentre outras coisas, responsável pela higiene e saúde pública); Diretoria da Instrução Pública e Diretoria da Viação, Terras e Obras (NOBREGA, 2000).

como expressão de imposições, destacando seu caráter dinâmico. Assim sendo, para Faria Filho (1998) a legislação educacional como fonte pode ser lida em seus aspectos de ordenamento jurídico, linguagem, prática social e campo de expressão das relações e lutas sociais. Considerar esta diversidade de aspectos implica em compreender a lei em sua dinâmica de produção, seus meios de circulação e organização, os sujeitos que a produzem e as formas de execução e/ou apropriação, levando-se em conta, inclusive, as maneiras de burlar as prescrições legais.

As relações entre saúde e educação representam uma extensa produção bibliográfica no campo da História da Educação brasileira. Analisados a partir de diversos olhares, referenciais teóricos e períodos, os trabalhos produzidos ora se debruçam sobre as relações entre educação formal (escolarizada) e saúde, ora esta relação é enfocada a partir do caráter não formal (não escolarizado) da educação.

Dentre os trabalhos que versam sobre higiene, saúde e educação no século XIX, destaca-se a tese de Gondra (2004) intitulada **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Nesta obra, o autor aborda a constituição do campo médico e suas interfaces com a educação, oferecendo importantes subsídios para compreensão da construção do campo médico-higienista no Brasil durante o período imperial e suas relações com a escolarização da higiene, também no século seguinte.

Sobre o século XX as produções aparecem em maior número, focado períodos distintos e com perspectivas teórico-metodológicas diversas. Deste modo, destaca-se o trabalho de Heloísa Rocha (2003), intitulado **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). O foco da autora recai, nesta produção, sobre as estratégias de divulgação dos preceitos higienistas e como estes eram difundidos dentro e fora das escolas, tendo como fio condutor a criação do Instituto de Hygiene de São Paulo. Assim, Rocha (2003), chama à cena a legitimidade alçada pelo campo médico ao longo do século XX, seus desdobramentos e suas influências no âmbito da educação.

Enfoco também a obra intitulada **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discursos eugênicos, de autoria de Vera Marques (1994). A partir de uma perspectiva foucaultiana, a autora discorre acerca dos discursos eugênicos

apregoados ao longo da década de 1920 e o papel atribuído à escola na formação de corpos hígidos e na “regeneração” da raça.

A tese **Tratar e educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX, de Maria Stephanou (1999) também recebe destaque. Stephanou (1999) busca perceber a emergência de discursos médicos nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, e em especial no estado do Rio Grande do Sul, seus reflexos nas escolas e os dispositivos que visavam à educação sanitária mais ampla. Tais obras postas em destaque dialogam com esta pesquisa, uma vez que permitem compreender a elaboração de ideias sobre higiene e saúde pública em relação à escolarização dos preceitos higiênicos.

No que se refere às relações entre saúde e educação informal evidencio os trabalhos de Bertucci (2005; 2007; 2013) intitulados “Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX”; “Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro” e “Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920”. Enfatizo também a dissertação de Marinice de Oliveira intitulada **Em páginas impressas e nas ondas do rádio**: ações educativas para combater a tuberculose. Curitiba, 1937-1952, que busca perceber de que maneiras médicos e imprensa buscaram educar a população curitibana, por meio da circulação de informações e do saber científico, para como prevenir e/ou tratar a tuberculose entre os anos de 1937 e 1952. Estas produções colaboram com a presente dissertação na medida em que põem em evidência as diversas formas de educar a população de acordo com os preceitos médicos e higienistas, bem como a importância da higiene e de uma educação profilática que alcançava espaços distintos e iam além das instituições escolares.

As relações entre higiene e educação escolar são abordadas por Paiva (2013) na dissertação intitulada **Noções para persuadir e educar**: os discursos médico – higiênicos na formação do ofício do professor primário (1914 - 1928). A autora trata de discursos advindos da medicina e de impressos direcionados aos professores primários, bem como do papel da higiene na formação docente, destacando a importância atribuída à escola e aos professores na educação para saúde no período entre 1914 e 1928.

Bezerra (2010) na tese intitulada **A higiene escolar em Pernambuco**: espaços de construção e os discursos elaborados, trata também das interfaces entre

educação escolarizada e higiene, com destaque aos discursos elaborados e ao currículo das instituições escolares do Estado do Pernambuco durante as últimas décadas do século XIX até meados do século XX.

Ainda que o foco recaia sobre os discursos emanados do campo médico, a tese **Higienizar, cuidar e civilizar**: discurso médico para escola paranaense (1886-1947), de Liliana Larocca (2009) aborda as relações entre higiene e escola. A tese busca compreender a constituição da ciência higiene e os discursos dirigidos a escola paranaense entre os anos de 1886 e 1947. Desta maneira, enfatiza as influências da medicina nos processos de escolarização da higiene. A dissertação de Pykosz (2007) intitulada **A higiene nos grupos escolares curitibanos**: fragmentos de uma Disciplina Escolar (1917 – 1932), parte da perspectiva de uma história das disciplinas escolares e aborda a constituição da disciplina higiene nos grupos escolares de Curitiba. Tais produções, ainda que tratem de espaços e períodos distintos ao desta pesquisa mantêm interlocução com esta dissertação na medida em que colaboram para discussão acerca dos processos de escolarização dos preceitos de higiene em diferentes tempos e lugares.

Nesta relação de obras supracitadas, que representam apenas uma pequena parte das produções da área, a higiene e educação são vistas sobre diversos aspectos, quer sejam estes, discursivos emanados do campo médico, da imprensa ou do próprio campo da educação, quer sejam em suas práticas cotidianas não formais que, por meio da transmissão de costumes acaba por educar para saúde também fora das escolas, ou ainda nas formas pelas quais os preceitos higiênicos foram apropriados pelas instituições escolares.

Representam também uma vasta produção no campo da História da Educação pesquisas que versam sobre os grupos escolares. Acerca disso, Souza e Faria Filho (2006, p. 22) afirmam:

A história dos grupos escolares emerge nos anos 90 como fruto do movimento de renovação dos estudos em história da educação e na confluência de duas temáticas ou eixos de investigação para os quais se voltavam os historiadores: a história das instituições educativas e o interesse pela cultura escolar. Pode-se dizer que essa história significou uma redescoberta do ensino primário investigado com bases em novas abordagens e interpretações epistemológicas e explorando uma multiplicidade de temas e objetos.

Ao apresentarem um balanço preliminar e parcial das produções acerca da história dos grupos escolares, Souza e Faria Filho (2006), apontam para o caráter de regionalidade presente em grande parte das investigações, bem como para uma preocupação com as origens, isto é, os olhares se voltam, em grande parte, para o momento de implantação dos grupos escolares nos Estados brasileiros. Outra característica diz respeito ao viés de interpretação a partir da perspectiva de uma história institucional que focaliza uma escola ou grupo de escolas. Quanto às abordagens, os autores destacam a influência marcante da História Cultural e “[...] o foco numa história sociocultural da educação valorizando os processos de escolarização, as relações entre práticas e discursos e a escola como objeto historiográfico” (SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p. 23). Assim, as investigações se debruçam sobre cultura material da escola, história das disciplinas escolares, história da escolarização da infância, dos manuais didáticos, da arquitetura escolar, culturas escolares, dentre outras. Deste modo, torna-se relevante compreender a higiene nos grupos escolares, levando-se em consideração suas múltiplas relações contextuais.

Quanto aos trabalhos que enfocam a história dos grupos escolares em Santa Catarina, temos a dissertação de autoria de Nóbrega (2000), intitulada **Ensino Público, Nacionalidade e Controle Social: Política Oligárquica em Santa Catarina na Primeira República. 1900-1922** e a dissertação **O novo compõe o velho: o lugar do grupo escolar no cenário do ensino público primário na cidade de Lages, Santa Catarina (1904-1928)** de Tânia Cordova (2008). A obra de autoria de Teive e Dallabrida (2011) **A Escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)** enfoca a implantação dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a direção de Orestes Guimarães. Neste trabalho, embora não sejam temática central, os autores abordam também as questões relativas à higiene nos grupos escolares de Santa Catarina. O papel da higiene na escola primária catarinense permeia também a dissertação de Solange Hoeller (2009) intitulada **Escolarização da infância catarinense: normatização do ensino público primário (1910–1935)**. Ao focar a escolarização da infância catarinense (via grupos escolares e escolas isoladas) a autora desdobra em seu último capítulo o papel da higiene nos processos de escolarização e normatização da infância. Cabe destacar que o trabalho de Hoeller (2009), bem como a obra de Teive e Dallabrida (2011), mantém constante e importante interlocução com esta

dissertação, uma vez que fornecem bases para se compreender não apenas os aspectos higiênicos presentes nos grupos escolares catarinenses, mas também de suas diversas dimensões, tais como as normatizações e os públicos aos quais os grupos escolares se destinavam.

Ainda no que diz respeito à higiene nos grupos escolares catarinenses, a tese de Teive (2008) **Uma vez normalista, sempre normalista**. Cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935) e a dissertação de Cardoso (1998) **A ‘cientifização’ da prática pedagógica**: o papel da biologia na formação do professor nos anos 10, embora tratem especificamente da formação de professores por meio da Escola Normal Catarinense, abordam os aspectos relacionados à higiene e sua interlocução com os grupos escolares em Santa Catarina.

Entretanto, entre as produções mais recentes na área da História da Educação não existem trabalhos que têm como temática principal a higiene nos grupos escolares de Santa Catarina, tema que me acompanha desde os tempos da graduação, quando tive a oportunidade de, como bolsista de iniciação científica, investigar a higiene no currículo dos grupos escolares catarinenses.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, “A questão higiene na Capital do Estado e ações de educação para saúde em Santa Catarina. Considerações gerais sobre os anos 1910” busca-se perceber como as questões relativas à higiene, intimamente ligadas à saúde, estavam em pauta na sociedade e imprensa catarinense e como culminaram em diversas reformas com o intuito de sanear a capital do Estado. Pretende-se também analisar, sobretudo a partir de artigos publicados pela imprensa diária e pelos relatórios de Inspetoria de Higiene de Santa Catarina, como estas questões pontuaram também ações que tinham por intuito educar as pessoas para saúde, ainda que de maneira informal.

No segundo capítulo, “Primeiros tempos: entra em cena a higiene nos grupos escolares catarinenses”, a análise centra-se nas primeiras prescrições para higiene contidas nas regulamentações dos grupos escolares de Santa Catarina expedidas no ano de 1911, estabelecendo-se interlocuições com a atuação anterior de Orestes Guimarães no Estado de Santa Catarina, quando reformou o Colégio [Escola] Municipal de Joinville, onde funcionavam classes primárias.

No terceiro capítulo intitulado, “A higiene nos e pelos grupos escolares catarinenses a partir do Regimento Interno e do Programa de Ensino de 1914”, busco evidenciar como o tema higiene prescrito para e pelos grupos escolares catarinenses ganhou desdobramentos nas determinações de práticas de professores e alunos destas instituições escolares. Nesta conjuntura as determinações educacionais, sobretudo os regimentos e programas, são analisadas em interlocução com os Relatórios de Inspeção de Higiene do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO I
A QUESTÃO HIGIENE NA CAPITAL DO ESTADO E AÇÕES DE EDUCAÇÃO
PARA A SAÚDE EM SANTA CATARINA. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE
OS ANOS 1910

1.1– HIGIENE E SAÚDE, ENTRE A VIRADA PARA O SÉCULO XX E O SANITARISMO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1910

A república brasileira foi instalada, sob o lema “ordem e progresso”, em um período que as fábricas se multiplicavam, o afluxo de imigrantes europeus aumentava e o crescimento nos principais centros urbanos do país era evidente. Foi nesse contexto que os governantes republicanos realizaram intervenções que tinham a pretensão de impulsionar o desenvolvimento nacional, para fazer do Brasil um país moderno, civilizado, assim como nações da Europa e os Estados Unidos. Nesse contexto saúde e educação ganham relevância como meios para transformar e formar o brasileiro que tornaria possível a realização dessa empreitada (BERTUCCI, 2007). Assim, uma série de medidas foi tomada no sentido de reordenar as cidades de modo a transformar espaços públicos e privados em ambientes salubres, capazes de salvaguardar a saúde de seus habitantes. Cortiços e habitações coletivas, nos quais vivia grande parte da população mais pobre, considerados lugares degradantes e insalubres, nos quais toda sorte de doenças e degenerações morais proliferavam, foram sistematicamente vasculhados, por vezes remodelados, muitas vezes demolidos, mesmo antes da virada para o século XX (cf. CHALHOUB, 1996; RAGO, 1985). Mas era preciso, por diferentes meios, educar as pessoas, para liquidar o que era entendido como práticas anti-higiênicas e difundir práticas cotidianas que estavam de acordo com modernos preceitos para a manutenção da saúde, tais como, manter unhas e cabelos limpos, lavar as mãos antes das refeições e tomar banho diariamente. Nesse contexto, a reforma da educação primária, com a criação do grupo escolar, ganhou importância singular ao difundir um modelo de formação escolar que se espalhou, pouco a pouco, por todo o país (VIDAL, 2006), que estava indissociavelmente ligada a questões de salubridade (começando pelo prédio escolar), higiene e saúde dos alunos e, indiretamente, seus familiares.

Nos primeiros anos do século XX, a ideia de regenerar o povo brasileiro através de práticas relacionadas à saúde, muitas vezes conjugadas com a educação das pessoas, ganhou diversos adeptos entre médicos, educadores, advogados, políticos e vários outros segmentos sociais. Ideia que podia ser combinada com a tese da necessidade de branquear o país (que ganhou singulares traduções no país,

a partir de discussões com teses europeias sobre raça e civilização (NAXARA, 1998; SCHWARCZ, 1993), mas que enfatizava a possibilidade de reabilitação do homem nacional (LIMA; HOCHMAN, 1996)). Nesse contexto a higiene ganhou destaque.

Importante lembrar que, como escreveu Mota, nesse período a higiene era uma “ciência independente”, por contribuir para o desenvolvimento teórico e prático de várias áreas do conhecimento científico, tais como a sociologia, a biologia e a terapêutica, e “[...] pretendia alcançar um “domínio total” quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do meio em que ele estaria inserido” (MOTA, 2003, p.43).

Para os que comungavam o ideal de regeneração nacional era prioritário liquidar as precárias condições higiênicas e a falta de asseio da grande maioria da população brasileira e investir na educação das pessoas em preceitos básicos de saúde. Entregue a toda sorte de moléstias e vícios o homem brasileiro precisaria ser recuperado, salvo de seu triste destino. Nesta conjuntura, discursos eugênicos que a partir de meados da década de 1910 enfatizavam a eugenia “positiva” e “preventiva” (STEPAN, 2004) ¹⁰ também concorreram para a empreitada de recuperação do homem brasileiro que motivou intervenções desde o espaço urbano e até na legislação escolar (BERTUCCI, 2013; 2014; MARQUES, 1994). Nesses anos o chamado Movimento Sanitarista, que pretendia a criação de políticas nacionais de saúde e educação para a saúde, ganhou muitos adeptos (BERTUCCI, 2011, p.10). Como escreveram Alfonso-Goldfarb e Ferraz,

[...] teríamos aí um quadro em que as ideias eugênicas pareciam fornecer a base para se alcançar o ideal de “ordem e progresso”. Ainda que, nas primeiras décadas do século XX, o que se denominou e considerou eugenia estivesse confundido com o sanitarismo. Este último deu sustentação a uma série de medidas propugnadas em finais do século anterior, de forma a regenerar a nação, através dos cuidados com a saúde e educação. Tratava-se de curar um país doente, erradicando doenças e endemias, de forma a trazer civilidade e higiene. (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2013, p. 12-13).

¹⁰ Segundo Nancy Stepan, a pioneira Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, dividiu a eugenia em três tipos: “positiva”, que se preocupava com uma procriação sadia; “preventiva”, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento), e “negativa”, que visava a impedir a procriação dos que não tinham saúde” (STEPAN, 2004, p.352). Em muitos textos a divisão feita é “eugenia positiva” (incluindo ações preventivas) e “eugenia negativa”.

O Movimento Sanitarista da segunda metade dos anos 1910 foi impulsionado com a divulgação, em 1916, do relato integral da expedição científica (1912) realizada pelos doutores Arthur Neiva e Belisário Penna. Como escreveu Bertucci:

Várias expedições foram organizadas pelo governo federal, entre o final do século XIX e início do XX, com o objetivo de desbravar e possibilitar a exploração do território brasileiro. [...] Mas, para viabilizar a construção de uma 'nação civilizada', era imperiosa a constituição do 'povo brasileiro'. Tema debatido desde as discussões sobre uma política imigratória para o país nos Oitocentos, a questão da formação do brasileiro, permeada por teses raciais, no período republicano foi combinada com a difusão dos feitos da medicina experimental, que apresentava a possibilidade de recuperação dos habitantes do país que eram diagnosticados como doentes, e também com a divulgação de ideias eugênicas, a partir de meados dos anos 1910 [...] Foi nesse contexto que a expedição de Neiva e Penna foi realizada e seu relatório publicado (BERTUCCI, 2011, p. 9).

Partindo do Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), Rio de Janeiro, atendendo solicitação da Inspetoria de Obras contra a Seca, órgão do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas e percorrendo o chamado Brasil central, o “sertão” (Goiás de norte a sul, norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco e sul do Piauí), a expedição chefiada pelos médicos Neiva e Penna foi pioneira na denúncia da situação de miséria, ignorância e enfermidades em que viviam os habitantes destas regiões. Apesar de ter como primeiro objetivo estudar as causas e propor soluções para a questão do avanço da seca na região, as considerações dos doutores que ganharam divulgação nacional foram as sobre os habitantes da região, os sertanejos, e suas péssimas condições de vida. Nessa viagem pela região central do país os dois médicos se depararam com pessoas vivendo em condições muito precárias e insalubres e em estado de completa ignorância. Para Neiva e Penna, o homem do sertão deveria ser curado e, sobretudo, educado. Os médicos também propunham o incentivo à imigração, notadamente europeia, para essa região como forma de retirar seus moradores de seu estado de apatia, uma vez que o contato com outras culturas concorreria para ampliar sua percepção de mundo, além disso, a possibilidade de miscigenação com o branco europeu era bem vinda. Entretanto, para os doutores a situação de abandono, miséria e doença do brasileiro não era

exclusividade do Brasil central, em praticamente todo o país as pessoas padeciam desses males, era preciso agir em todo o Brasil (BERTUCCI, 2007).

A publicação em 1916 do relato da viagem de Neiva e Penna concorreu para ampliar as discussões sobre o homem brasileiro, que já pontuavam em jornais de várias partes do país, e acabariam resultando na organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), sob o comando de Belisário Penna. Nos anos seguintes, com os acordos entre a Fundação Rockefeller¹¹ e diversos Estados brasileiros (para combater endemias e formar profissional em saúde), medidas delineadas pelo governo federal (com a organização do Departamento Nacional de Saúde Pública, por exemplo) e ações de governos estaduais (em geral conjugadas com a União e iniciativas da Fundação americana), o Brasil viveu o que Hochman denominou de “era do saneamento” (HOCHMAN, 2012)¹².

Em Santa Catarina é possível perceber o ressoar de ideias e práticas sanitárias, a começar pelo empenho governamental da efetiva implementação de redes de encanamentos de água e de esgoto, obras fundamentais para manutenção da saúde da população, que precisa ser alertada/educada sobre os inconvenientes da ingestão de água poluída e de dejetos que não eram devidamente eliminados¹³. No final da década de 1910, o início das obras da Avenida do Saneamento em 1919, depois chamada Hercílio Luz (homenagem ao governador que a idealizou) foi saudado pelo jornal **República** (órgão oficial do Partido Republicano) com as seguintes palavras: “A ação da picareta está se fazendo sentir e um novo aspecto, um aspecto agradável e sadio apresenta aquelle trecho da nossa capital” (**República**, 30/10/1919, p.1). A Avenida, margeada pelo canal do rio da Bulha,

¹¹ A Fundação Rockefeller era uma entidade filantrópica e milionária, fundada em 1909 nos Estados Unidos e tinha como um de seus objetivos desenvolver pesquisas e ações profiláticas contra, principalmente a ancilostomíase em cooperação com os governos de diversos países. No Brasil a parceria dos governos estaduais e federal com a Fundação Rockefeller se iniciou em 1917, no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo posteriormente estendido a diversos Estados da nação. (Cf. HOCHMAN, 2012, p. 99-100). Em Santa Catarina as ações da Fundação Rockefeller começaram em 1919 e foram interrompidas em 1921, quando em 13 de setembro do mesmo ano o Estado assina o contrato com a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural que era administrada pelo governo federal.

¹² “Sanitarista (a maioria médico ou engenheiro), denominação pela qual higienistas passaram a ser conhecidos ao fazerem da política de saúde pública (que envolve atenção múltipla com homens, lugares e coisas) sua principal preocupação” (BERTUCCI, 2007, p.117).

¹³ Desde os primeiros anos do século XX a cidade de Florianópolis, como outras do Brasil, já passava por remodelação inspirada no “bota abaixo” carioca e em práticas que procuravam higienizar o espaço urbano, remodelando-o seguindo padrões considerados civilizados. Segundo Teive “[...] hábitos de higiene e de conduta [dos mais pobres] passaram a ser considerados atrasados e inconvenientes para a parcela da população que começava a enriquecer e civilizar-se, aburguesar-se, constituindo portanto uma séria ameaça à modernidade pretendida” (2008, p.90).

inaugurada oficialmente em 1922, ligava pela primeira vez a baía sul à baía norte da região. Sua construção representou, para muitos, o marco distintivo entre um passado que se desejava apagar e o futuro luminoso que se pretendia construir (ARAÚJO, 1989; MÜLLER, 2002; TEIVE, 2008; BORGHEZAN, 2014) ¹⁴. Mas, se a Avenida do Saneamento, cujo nome emblemático repetia denominação de obras semelhantes realizadas em diferentes cidades brasileiras pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito (1864-1929) (cf. ANDRADE, 1992), era marco de uma “nova era”, a década de 1910 começou com outras significativas intervenções urbanas relacionadas à higiene/saúde de pessoas.

1.2- ÁGUA E ESGOTO: PRÉ-REQUISITOS PARA HIGIENE E SAÚDE

Elevada à categoria de cidade em 1823, Desterro, que seria rebatizada de Florianópolis em 1894¹⁵, conservou por quase toda a primeira metade dos Oitocentos ares de uma vila-cidade. Povoada em grande parte por descendentes de açorianos a capital caracterizava-se por ser uma cidade marítima e comercial (ARAÚJO, 1989, p.68). Entre as suas construções destacavam-se as pequenas residências de “porta e janela”, construídas de estuque, sem assoalho com uma porta e uma única janela sem vidro, dividida em dois ou três cômodos onde vivia grande parte da população. No século seguinte, essas casas foram sendo retiradas do cenário citadino, dando passagem às novas ruas e avenidas largas, nas quais se destacavam sobrados de alvenaria (ARAÚJO, 1989). Mas esse foi um longo processo. Desenhada por ruas estreitas e sinuosas, que dificultavam a circulação do ar (importantíssima desde os tempos da teoria miasmática), a velha Desterro cresceu lentamente e pouco salubre, não obstante o empenho de parte dos letrados da capital catarinense do final dos Oitocentos que por meio da imprensa buscavam

¹⁴ Segundo Müller (2002, p.109), as obras de saneamento do rio da Bulha foram acompanhadas pela ação da Fundação Rockefeller.

¹⁵ A capital catarinense passou a se chamar Florianópolis em 1894, em uma homenagem ao presidente Marechal Floriano Peixoto. No ano de 1893, devido sua posição estratégica a capital de Santa Catarina tornou-se sede dos movimentos contrários ao governo de Floriano Peixoto (Revolução Federalista iniciada no Rio Grande do Sul e Revolta da Armada originada no Rio de Janeiro). Em 1894 aconteceu o “acerto de contas” com o fuzilamento dos revoltosos na ilha de Anhatomirim. Seis meses depois, via Projeto de Lei nº 111, aprovado pelo Congresso Representativo ocorre a mudança do nome da cidade (TEIVE, 2008, p.89).

difundir os novos ideais de higiene (agora em plena era bacteriológica) ¹⁶ (cf. ARAÚJO, 1989; TEIVE, 2008).

No final do século XIX, dejetos de toda sorte (fezes, lixo, animais mortos e etc.) ainda eram lançados nas praias, nas ruas, nos quintais ou em terrenos baldios. A água que abastecia as casas dos moradores da cidade provinha de carroças pipas ou de poços. A localização do cemitério municipal, construído próximo à região central e em terreno elevado, era criticada por vários cidadãos que denunciavam o cheiro pútrido que em dias de vento fortes se espalhava a partir do local, o que poderia espalhar miasmas e provocar doenças (MÜLLER, 2002; SEBRÃO, 2010). Em 1888, a Lei nº 1238, de 22 de outubro, prescreveu novo Código de Posturas que procurava modificar tal situação, proibindo o lançamento de dejetos nas praças, ruas, quintais e praias (locais de circulação constante). Entretanto esta determinação autorizava o lançamento de materiais fecais no mar entre as dez da noite e às cinco horas da manhã seguinte. (MÜLLER, 2002). É preciso considerar que isso talvez fosse considerado suficiente para impedir o contato de pessoas com material nocivo para a higiene e, conseqüentemente, à saúde.

Certo é que ações relativas à higiene das pessoas e dos lugares foram se avolumando e transformando desde a virada para o século XX. Em março de 1909 contrato assinado pelo governo do Estado regulamentou a implantação do sistema de abastecimento de água encanada na cidade, como noticiou o jornal **O Dia**:

Foi celebrado hontem [10/03], entre o thesouro do Estado e o Engenheiro Eduardo Simmonds, o contracto para o abastecimento de agua potável no perímetro urbano desta cidade. Os trabalhos devem principiar com toda brevidade, afim de estar concluído dentro de nove mezes (**O Dia**, 11/03/1909).

¹⁶ A teoria miasmática baseava-se na crença de que as doenças eram causadas pela transmissão dos chamados miasmas – emanções ou substâncias nocivas e invisíveis que se originavam em lugares úmidos e insalubres, na putrefação de corpos e etc. - e que eram transmitidos pelo ar (MASTROMAVO, 2011). Deste modo, de acordo com a teoria miasmática era preciso manter os ambientes limpos, arejados e desodorizados, permitindo a circulação do ar. A teoria microbiana, por sua vez, vinha demonstrar a causa biológica das moléstias, bem como a necessidade de atacar as enfermidades com outros meios científicos, como a vacina e os medicamentos. No final do século XIX e início do século XX, no Brasil, estas teorias foram conjugadas unindo a necessidade de manutenção do asseio e da circulação do ar como norma para evitar a proliferação de diversas doenças com novos meios de combatê-las (BERTUCCI, 1997, 2009).

Meses depois esse jornal informava aos seus leitores que a obra deveria ser concluída em pouco tempo. Segundo o autor da reportagem, a qualidade do material empregado na obra era excepcional, afinal os canos “[...] são de ferro fundido, de fundição muito homogênea e de excelente acabamento” (**O Dia**, 26/05/1909). E elogiava, sem meias palavras, a iniciativa do governo do Estado:

Agua potavel a esta cidade é, parece-nos, uma questão de mezes e os bem intencionados, bem formados de caracter bem dirão o nome do republicano honesto, tolerante e progressista que, nos governando, vae proporcionando para o bem estar publico, uma serie de melhoramentos materiaes, e entre esses, o da agua, o elemento o mais primitivo da vida, indispensável para manutenção da nossa saúde e higiene (**O Dia**, 26/05/1909, p.1).

As palavras publicadas no jornal não apenas faziam propaganda explícita do governo estadual como, também, alardeavam para a população os benefícios de um tipo de abastecimento de água que os médicos consideravam mais adequado para evitar várias moléstias (como febre tifoide e disenteria amebiana) que o líquido poderia veicular. Um benefício para todos (**“bem estar público”**) que o progresso/modernidade possibilitava. A obra foi inaugurada, com festa, em 1910.

Entretanto, nos anos seguintes nem todos concordariam com tais palavras. Em 1915 artigo do jornal **O Clarão**, em meio à discussão sobre o pagamento da taxa de água (deveria ser paga pelo dono do imóvel ou pelo inquilino?) afirmava, sem maiores considerações, que “[...] o encanamento da água potável veio difficultar nos a abundancia que deste liquido tinhamos quando em carroças [pipas]” (**O CLARÃO**, 18/09/1915, p.4).

Semanas depois, em novembro de 1915, **O Clarão** retomava suas críticas ao serviço de água potável prestado à população, que deixava de operar parte do dia, por razão, argumentavam as autoridades, da escassez de água potável causada pela ausência de chuvas e, portanto, da necessidade de racionamento. Todavia, este jornal acusava a empresa fornecedora e o governo catarinense de agirem de má fé, afinal, a taxa continuava sendo paga integralmente apesar de o serviço funcionar de maneira reduzida. Sobre isso:

Dia a dia vae a desposta empreza da agua diminuindo a agua nos domicílios. Os primeiros avisos reduzia as 24 horas do dia em que é obrigada pelo artigo 5º do Regulamento a suprir os domicílios com mil litros deste liquido a DEZ horas, e agora vemos nos jornaes desta

capital o aviso roubando mais 2 horas e portanto reduzindo o dia de 24 a 8 horas (**O Clarão**, 13/11/1915, p. 4)

E apontava os culpados:

E a Directoria de Obras Publicas a quem esta afecta a fiscalização deste serviço vae pondo o “Amen” a essa fraude com prejuizo da população que paga a taxa integral como se houvesse consumido os mil litros nas 8 horas do dia (**O Clarão**, 13/11/1915, p. 4)

Para este jornal, a solução seria o Governo intervir reduzindo a taxa de água pela metade, afinal “[...] em muitos predios, nem mesmo nessas 8 horas se obtem GOTTAS água” (**O Clarão**, 13/11/1915, p. 4). As considerações do periódico pararam por aqui, pelo menos nesse caso. Contudo é possível notar que, salvo as breves palavras de setembro de 1915, sobre a suposta “abundância” da água distribuída via carroças pipas (**O Clarão**, 18/09/1915, p.4), todas as outras considerações, inclusive as mais críticas, não contestavam a importância da água encanada no dia a dia das pessoas, para higiene ou saúde dos moradores da cidade (mesmo que muitos ainda não desfrutassem dessa modernidade, o que, aliado à seca, manteve bicas públicas e poços em funcionamento (RAMOS, 1986)). Aliás, críticas à prestação/prestadores de um determinado serviço podem, também, educar sobre sua importância.

De fato, problemas quanto ao abastecimento de água eram admitidos por governantes estaduais durante toda a década de 1910. Algumas vezes de maneira discreta: em 1913, na mensagem enviada ao Congresso Representativo, Vidal Ramos justificava: “Os serviços de agua e illuminação publica¹⁷ têm sido feitos regulamente e é justo reconhecer que os pequenos incidentes, inevitáveis em serviços de tal natureza, são aqui menos frequentes do que em outras cidades” (SANTA CATARINA, 1913, p. 78). Em 1917, o governador¹⁸ Felipe Schmidt era mais contundente:

¹⁷ Ainda em 1910 o governo catarinense fez contrato com os engenheiros Edward Simonds (o mesmo da rede de água encanada) e Adriano Saldanha para instalação da energia elétrica em Florianópolis, que deveria ficar pronta em oito meses. Inaugurada neste mesmo ano, a eletricidade viria iluminar as vias públicas e as casas particulares. O jornal **O Clarão** publicou críticas ao serviço de iluminação elétrica, por exemplo, em 13/11/1915, p. 4.

O abastecimento d'água à cidade, principalmente nas estiagens é feito de modo deficiente. Esse importante serviço continua, na vigência de um contracto, arrendado a Simmonds e Williamson, por 25 annos. Os termos deste contracto tem creado ao governo grandes difficuldades, principalmente no tocante ao serviço de saneamento da capital (SANTA CATARINA, 1917c, p. 63).

As considerações do governador, entretanto, tinham alvo certo, os arrendatários do serviço de água e, estrategicamente, valorizavam sua ação de levar adiante obra considerada complementar ao abastecimento de água: a realização da rede de esgoto¹⁹. A implantação de uma rede de esgoto em Florianópolis, prevista desde 1906 (Lei nº 687), havia sido sinalizada por Vidal Ramos em 1911, que na mensagem enviada ao Congresso Representativo afirmava:

Como complemento do serviço de saneamento desta Cidade, dotando-a de maior conforto e habitalidade, se torna necessário o estabelecimento de uma rede de exgotos com a adopção do systhema mais aperfeiçoado de depuração biológica (SANTA CATARINA, 1911f, p. 22).

A rede de esgoto teve sua construção iniciada em 1913, depois de vários preparativos, ainda durante o governo de Ramos, sendo, no entanto, paralisada no ano seguinte, por conta da dificuldade de importação dos materiais necessários, vindos, sobretudo da Europa, que vivia os confrontos da Primeira Guerra Mundial (RAMOS, 1986; ARAÚJO, 1989). Mas, segundo o governador²⁰ Felipe Schmidt, esta obra encontrou outros impasses ao longo de sua construção. Acerca disso afirmava:

Alem do embarço de material outras circunstancias ocorreram para o retardamento da conclusão da terceira rede (Praia de Fora) inclusive a opposição creada pelo Sr. Williamson, um dos arrendatarios do serviço de agua e luz, à passagem da rêde em terreno de sua propriedade (SANTA CATARINA, 1917c, p. 64-5).

¹⁹ Nesse ano Florianópolis já contava com o forno para incineração do lixo (RAMOS, 1986; ARAÚJO, 1989). Segundo artigo do jornal **O Olho**: O forno de incineração do lixo contractado com o Sr. Alexandre Villa, em junho de 1911, quando Superintendente Municipal o Sr. Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, actual vice-governador do nosso Estado, é uma obra que muito contribuiu para o saneamento da nossa bela capital. O forno que está localisado em ponto afastado do centro d acidade, obedeceu em sua construcção todos os requisitos exigidos pela higiene (**O Olho**, 29/05/1916, p.7).

²⁰ As fontes consultadas ora usam a forma Presidente de Estado, ora Governador do Estado. Assim, optou-se por utilizar apenas esta ultima nomenclatura por ser mais recorrentes nos documentos históricos consultados para esta pesquisa.

Quanto à oposição do senhor Williamson em permitir a passagem da rede de esgoto em sua propriedade é possível supor que fosse uma tática para criar obstáculos ao projeto do qual não participava. Por ocasião da inauguração da rede de esgoto, artigo do jornal **O Estado** afirmava: “Essa captação naturalmente vem entrar em colisão com os interesses da empresa arrendataria [da qual o senhor Williamson era um dos donos] do abastecimento d’água desta capital” (**O Estado**, 29/10/1916, *apud* RAMOS, 1986, p. 60). Cabe ressaltar que não há identificação do autor do texto publicado no periódico.

A rede de esgoto, concluída durante a gestão Felipe Schmidt, foi efetuada sob a responsabilidade do engenheiro Luís José da Costa, indicado ao governo estadual por Saturnino de Brito. Segundo o jornal **O Estado** “[...] bastava esta recomendação, mesmo quando nenhum outro trabalho o tivesse notabilizado, para podermos ter a máxima segurança na perfeição de sua obra” (**O Estado**, 29/10/1916, *apud* RAMOS, 1986, p. 60). É possível, de fato, perceber na obra projetada pelo engenheiro Luís Costa, em Florianópolis, semelhanças com as características do chamado urbanismo sanitaria de Brito (cf. ANDRADE, 1992), tais como a canalização dos rios que cortavam a cidade, bem como o intuito de embelezar a urbe e ao mesmo tempo saneá-la de acordo com os princípios indispensáveis da higiene.

Inaugurada em 1916 com a presença do engenheiro que a projetou, de “pessoas ilustres” e de operários que trabalharam na sua construção, a rede de esgotos era melhoria saudada em artigo do jornal **O Estado**:

Essa obra de capital importância para o saneamento da nossa “urbs”, foi iniciada ainda no governo do Sr. Coronel Vidal Ramos [...] projectada e orçada pelo illustre Luiz Costa, foi pelo mesmo engenheiro executada com muita pericia e economia para os cofres públicos. Da sua solidez e perfeição não é lícito duvidar (**O Estado**, 29/10/1916, *apud* RAMOS, 1986, p. 60).

Entretanto, antes mesmo de ser levada a termo, esta obra foi também, como no caso da água encanada, alvo de críticas do jornal **O Clarão** que desacreditava de sua eficiência. Sobre isso asseverava:

[...] a projectada rede de exgotos que se pretende levar a efeito (sem agua), porque, si não temos agua para beber quando no fim de uma semana sem chuva, a Empresa decreta secca e fecha o registro durante a metade do dia de 24 horas, façamos Idea que perfeição de exgoto não será este “sem agua” (**O Clarão**, 13/11/1915, p. 4).

É preciso considerar, como sinaliza LUCA (2010), que os jornais trazem em suas páginas pensamentos e práticas de determinado grupo social em um dado contexto histórico, ideias e práticas estas, especialmente selecionadas para serem divulgadas e compartilhadas. No caso do **O Clarão** as perspectivas políticas são mais evidentes, graças a repetidas críticas, muitas delas ácidas, ao governo catarinense (e também ao clero). Quanto ao jornal **O Estado**, considerando os indícios disponíveis, parecia alinhado com mandatários locais. Mas foi o jornal **O Estado** que revelou um aspecto de resistência de parte da população à instalação da rede de esgoto domiciliar em Florianópolis.

Em 4 de novembro de 1916, poucos dias depois da inauguração da obra, artigo do **O Estado** relatava:

Diversas pessoas vieram ao nosso escriptorio queixando-se do excessivo custo das installações domiciliarias dos esgotos que estão actualmente sendo feitas [...] Muitos dos reclamantes afirmaram-nos que não podendo arcar com o encargo que vão ser gravados estão na dura contingencia de se desfazerem de suas propriedades. Ora, si bem que os esgotos constituam um melhoramento para cidade, parece-nos que o governo deveria tambem tomar consideração a situação dos pequenos proprietarios não esmagando-os com exigências excessivas. (**O Estado**, 04/11/1916 *apud* Ramos, 1986, p.136).

Quem eram os “pequenos proprietários” de imóveis da Florianópolis de 1916? Não sabemos. Nesse período a cidade deveria contar cerca de 14.000 moradores. Segundo Borghezán (2014, p.49), durante as primeiras décadas da república a capital de Santa Catarina passou por um importante crescimento populacional: o distrito central urbano da localidade, que em 1890 contava com 11.400 moradores, passando para mais de 20.000, em 1920. No ano de 1890 a população total do município chegava a 30.687 pessoas, enquanto que em 1920 este número passou a 41.338. Estes números parecem ínfimos quando comparados a grandes centros como São Paulo ou Rio de Janeiro, todavia, é significativos (a cidade quase dobrou

de tamanho) se considerarmos as peculiaridades da capital catarinense, com sua economia/localização que não estava diretamente vinculada aos produtos de exportação nacional, como o café, que impulsionavam, mesmo indiretamente, o comércio e as fábricas do país. Assim, no contexto socioeconômico da década de 1910 não foi possível sequer especular sobre a identidade dos donos de casas e outros bens que protestaram quanto às exigências financeiras para a instalação da rede de esgoto. E se o protesto chegou aos ouvidos dos governantes catarinenses a reação não foi a esperada pelos chamados “pequenos proprietários”: em 1917 a Lei nº 1.178 tornou obrigatório o serviço de esgotos das casas ainda que os proprietários se opusessem (RAMOS, 1986).

Deste modo pode-se inquirir: as pessoas de fato queriam a instalação das redes de esgoto? Seriam apenas os custos que incomodavam a população? Podemos inferir, ainda que não possamos chegar a respostas conclusivas que provavelmente a população não via a instalação dessa rede de esgoto como uma medida necessária ou prioritária já que até então tinham vivido sem e por esta razão resistia ao pagamento da taxa. Afinal se a rede de esgoto era alardeada por autoridades médicos-governamentais como melhoramento ideal para eliminar dejetos, fossas (e não apenas em Santa Catarina) eram amplamente utilizadas e recomendadas em ações sanitaristas (cf. BERTUCCI, 2011, p.11) para tal finalidade, inclusive como determinava o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1911, no seu Artigo 34º, Parágrafo 3º: “As fósas devem ser estanques e, si a agua potavel fôr de poço, importa que estes estejam afastados, quanto possivel, daquelas” (SANTA CATARINA, 1911c, p.8) ²¹.

Mas poder dispor dos benefícios higiênicos de uma rede de esgoto era o ideal e o governo catarinense em 1917 lança mão da legislação como meio de obrigar as pessoas não apenas ao pagamento, mas também a modificarem costumes ao aderirem, por força da lei, a uma medida de higiene que autoridades médicos-governamentais julgavam indispensável para manutenção da saúde coletiva.

²¹ As determinações sobre as fossas desaparecem no Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914 (SANTA CATARINA, 1914a). As regras não precisariam mais ser explicitadas, pois eram exemplarmente seguidas? A construção, iniciada em 1913 da rede de esgoto de Florianópolis ‘anunciavam’ para o Estado a paulatina e efetiva substituição das fossas?

Não podemos perder de vista que a lei, como tal, não se trata de mera imposição “de cima para baixo”, mas é antes permeada por demandas e tensões sociais, evidenciando costumes e/ou o desejo de modificá-los (THOMPSON, 1989). É preciso também levar em consideração as distintas maneiras de se aplicar a lei, bem como as possibilidades de burla, de acordo com as especificidades de cada sociedade em particular. Neste sentido, cabe indagar: a Lei nº 1.178 que tornava obrigatório o serviço de esgotos nas casas ainda que seus proprietários se opusessem foi cumprida? Sua promulgação resultou na mudança de costumes por parte dos moradores da capital catarinense?

Em 1917 haviam 1.137 casas conectadas a rede de esgotos, o que correspondia a algo em torno de 38% das casas localizadas na área urbana da capital (ALVES, 2012, p.13). Segundo o governador Felipe Schmidt em mensagem enviada ao congresso representativo de Santa Catarina neste mesmo ano, destas 1.137 residências 1.050 já estavam contribuindo ou orçadas para contribuir com a taxa de esgoto a partir daquele ano (SANTA CATARINA, 1917c). Não foi possível, por meio das fontes consultadas, ter acesso a dados quantitativos acerca da adesão ao sistema de esgoto por parte dos moradores da área urbana da capital dos anos posteriores, de modo que não podemos afirmar se houve ou não um crescimento significativo nas ligações das casas com esta rede. Todavia, poucos anos depois da promulgação da Lei nº 1.178 e dos protestos quanto aos custos financeiros para sua instalação, o jornal **República** anunciava o edital oficial:

A Imprensa Oficial de hoje publica o edital sobre a taxa de esgoto, convidando às pessoas que se acham em débito para com a Fazenda do Estado a satisfazer-o no prazo de trinta dias a contar da publicação do referido edital. Depois de expirado o prazo legal, a cobrança será efetuada executivamente. Para este edital chamamos a atenção dos leitores (**República**, 27/01/1919, p.2).

Deste modo, diante desta publicação, podemos inferir que a inadimplência no pagamento desta taxa continuava a ser um problema para o governo catarinense. Ainda que mais proprietários houvessem aderido a esta medida sanitária (que aprovavam?), os custos para sua manutenção continuavam sendo motivo de protestos por parte dos proprietários que não pagavam regularmente esta taxa

(talvez por falta de condições ou mesmo por terem muitas de suas propriedades alugadas e julgarem ser responsabilidade do inquilino arcar com estas despesas).

No ano seguinte, em 1920, no mesmo documento em que afirmava que a rede de esgotos funcionava com “soffrivel regularidade” (SANTA CATARINA, 1920, p.43) devido à falta de água, o governador Hercílio Luz asseverava:

As installações continuam a ser feitas; e, tendo já a população sentido as vantagens deste serviço, são solicitadas com interesse não só novas installações como reforma e ampliação nas existentes (SANTA CATARINA, 1920, p. 43).

Estas palavras de Hercílio Luz sugerem que lentamente os costumes da população estavam sendo modificados e que, pouco a pouco, as pessoas iam aderindo a esta medida de saneamento. Por outro lado as melhorias no sistema de redes de esgoto era demanda constante, segundo Alves (2012, p.13) projetado inicialmente para atender 27.000 pessoas por 20 anos, desde sua implantação até o ano de 1950 esta rede passou por uma série de reformas e ampliações que atendiam apenas parcialmente as necessidades da população. Este contexto parece sinalizar que o governo catarinense exigia de sua população algo que primeiro gerou protestos depois grande adesão (apesar de dificuldades financeiras de pagamento) e que ele mesmo não conseguia cumprir a demanda/manutenção: as pessoas arcassem com os custos do uso da rede de esgoto conectada em suas casas, entretanto, ela apresentava mal funcionamento, explicitando as tensões entre o prescrito e o efetivado.

Certamente as questões abastecimento de água e o destino do esgoto, que ganhavam atenção redobrada em meio à cruzada sanitária dos anos 1910, também motivaram debates e ações (mesmo que pontuais) nas cidades de Lages, Joinville, Blumenau, Itajaí e Laguna, localidades catarinenses que junto com Florianópolis sediaram os sete primeiros grupos escolares do Estado²², inclusive

²² Nos jornais pesquisados não foi possível captar indícios de reformas relativas ao abastecimento de água e rede de esgoto nas cidades de Lages, Joinville, Blumenau, Itajaí e Laguna, localidades que, junto com Florianópolis, sediaram os sete primeiros grupos escolares catarinenses. Números esparsos de outros periódicos foram localizados e consultados, entretanto, no material não havia informações relacionadas com o tema desta dissertação. Confira: **A Comarca**, Joinville; **A Defesa**, Itajaí; **A Encrenca**, Itajaí; **A Tarde**, Laguna; **A Época**, Florianópolis; **Gazeta de Joinville**, Joinville; **O Albor**, Laguna; **O Cruzeiro**, Itajaí; **O Líque**, Joinville; **O Palhaço**, Itajaí; **O Parufuso**, Itajaí; **O Typógrafo**, Itajaí; **O Vagdo**, Itajaí.

porque para combater doenças endêmicas, como as verminoses, e concretizar os ensinamentos de uma educação higiênica como efetivada através dos grupos escolares, era imprescindível dispor de água de boa qualidade e de formas adequadas de eliminação de dejetos, mesmo que grandes redes de encanamentos ainda estivessem distantes da realidade cotidiana destas localidades.

1.3 - SAÚDE E EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE. A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE

Em 1913 o doutor Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina, em relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, já apontava a necessidade de reformar o serviço de saúde pública de Santa Catarina, começando pelo próprio local que sediava este serviço. A Inspetoria de Saúde não tinha prédio próprio, a sua sede ficava na parte inferior do edifício da Chefatura de Polícia de Florianópolis. Segundo o Inspetor, “[...] a Inspectoria de Saúde no lugar em que se acha, é até um atentado a esthetica e à propria hygiene, de que se supõe ser ela a sede” (SANTA CATARINA, 1913a, p.1). Continuando seu relatório Ferreira Lima defendia a urgente reforma deste ramo do serviço público, que deveria passar a se chamar Inspetoria de Higiene, com autonomia administrativa e sede própria que pudesse contar com toda estrutura necessária ao bom andamento das atividades. Em 1914 o Inspetor continuava a demonstrar seu desagrado em relação ao serviço de higiene do Estado de Santa Catarina; em relatório apresentado a Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado, estrategicamente afirmava:

É desolador dizer-se que Santa Catharina, onde todos os ramos da administração publica têm sido conduzidos de modo admiravel e, em alguns delles, de modo a excederem em perfeição as vantagens, mesmo a muitos Estados mais poderosos, nada tem feito em relação a hygiene. [...]

De que servirá predios bonitos e vistosos, ruas bem cuidadas, commercio activo, serviços automotivos e tudo que pode concorrer para revelar o adiantamento de um povo; si se mantem sob os riscos e a ameaça, sem defeza das invasões epidêmicas, na ignorancia

completa dos princípios substanciais de hygiene, entregues enfim unicamente aos azares da sorte?! (SANTA CATARINA, 1914d, p. 1).

No ano seguinte o doutor Ferreira Lima reafirmava:

Sta. Catharina que indiscutivelmente se acha collocada em lugar vantajoso entre os demais estados brasileiros, pela regularidade, methodo e adiantamento de sua instrução, pelo admiravel desenvolvimento de sua viação, por tudo, enfim, que pode recomendar as boas e bem orientadas adiministrações. Sta. Catharina que possui uma população intelligente, culta e laboriosa, dotada de grande capacidade de iniciativa e de trabalho, não pode, nem deve permanecer estacionaria quanto a hygiene, cuja evolução ininterrupta e cada vez mais profícua vai se modificando e melhorando dia a dia, sempre no sentido do bem-estar individual, do conforto, da grandezza e da força das colectividades dos povos (SANTA CATARINA, 1915a, p. 1).

Em janeiro de 1918 é promulgado o Regulamento de Higiene do Estado de Santa Catarina²³, desdobrando a inspetoria em serviço estadual de hygiene que passou a contar com as esferas “[...] estadual e municipal, o primeiro a cargo da Inspectoria de Hygiene com sede na Capital e jurisdição em todo Estado, e o segundo a cargo dos municipios” (SANTA CATARINA, 1918, Capítulo I, Art. 1, p.4). Com a nova legislação antigas demandas reclamadas constantemente pelo doutor Ferreira Lima são atendidas, e a Inspetoria de Higiene passa a contar com sede própria, maior número de funcionários, serviço de estatística e demografia, bem como com a organização de seu arquivo. São também regulamentados os seguintes serviços: inspetoria de lacticínios; delegacias municipais de hygiene; obrigatoriedade do registro do diploma de médico, farmacêutico ou dentista; regulamentação do matadouro público; fiscalização de construção de novos prédios ou de reformas e ainda a desinfecção e visitas domiciliares (MULLER, 2002; ARAÚJO, 1989; BORGHEZAN; 2014). Neste mesmo ano são registradas mudanças no serviço de saúde pública de São Paulo que, organizado desde 1891, passa em 1918 a contar com um novo Código Sanitário (BERTUCCI, 1997). Modelo de instrução, São Paulo poderia também ser modelo de saúde pública para Santa Catarina, já que contava com o que era considerado melhor e mais moderno em termos de saúde e hygiene,

²³ SANTA CATARINA. Decreto nº1082 de 5 de janeiro de 1918. Approvando o Regulamento para o Serviço de Hygiene do Estado.

inclusive com seus próprios institutos de pesquisa, que serviam de base para apoio as ações sanitárias paulistas e até de outros Estados (como no caso da febre tifoide em Curitiba em 1917 (BERTUCCI, 2011, p. 9)). As mudanças no que diz respeito ao serviço de higiene em Santa Catarina, ainda que não tão intensa quanto o doutor Ferreira Lima gostaria, haviam sido, segundo o médico, imprescindíveis. Nas suas palavras:

A repartição que dirijo, que representa um dos mais importantes departamentos da administração publica, têm felizmente passado por modificações e melhoramentos que, se não tem sido radicaes e completos como era para desejar e como se fazia mister, em todo caso pouco a pouco têm posto em condições melhores e bem differentes daquellas em que de longos annos vinha se arrastando e que encontrei quando assumi o cargo que occupo (SANTA CATARINA, 1919, p. 1).

Neste cenário, ainda no ano de 1918, foram designadas pelo Inspetor de Higiene, em consonância com o novo regulamento sanitário, as chamadas Comissões Sanitárias. Compostas por grupos de três pessoas e chefiadas por um médico, estas comissões eram encarregadas de procederem a visitas sanitárias em seis zonas distintas da Capital, sendo uma sétima comissão designada para proceder a visitas na cidade como um todo, em especial em habitações coletivas (MULLER, 2002; BORGHEZAN; 2014). No interior do Estado as inspeções ficavam a cargo do Delegado de Higiene municipal, obrigatoriamente um médico diplomado (SANTA CATARINA, 1918, Capítulo II, Art. 10, §1) e cada município, com exceção da Capital, formava um distrito sanitário (SANTA CATARINA, 1918, Capítulo II, Art. 10).

Sua função era verificar, fiscalizar e ensinar a higiene pessoal e domiciliar aos moradores, bem como atuar na profilaxia de diversas endemias, sobretudo do impaludismo e da ancilostomíase, que há anos grassavam em terras catarinenses. Ensinar estes preceitos básicos de higiene pessoalmente, de casa em casa, poderia colaborar para que as pessoas, em médio prazo, os incorporassem às suas experiências cotidianas, aderindo a hábitos mais saudáveis que, em longo prazo, alterariam costumes. Desta forma, mais do que fiscalizar, estas Comissões tinham como tarefa educar a população (de maneira informal) para saúde.

Acerca das doenças endêmicas, já no ano de 1916, o governador Felipe Schmidt alertava quanto ao seu perigo e as dificuldades em combatê-las:

As nossas populações do littoral são trabalhadas por endemias que as reduzem a um estado disforme de morbidez e de abatimento moral e physico, degenerando a raça, inutilizando-a para o trabalho e acabando por exteminal-as. Refiro-me a ankylostomiasse e ao impaludismo [...] o meio de combatel-as é, porem, dispendioso e complexo. A alimentação, o vestuario, as habitações e o regimem da vida constituem-se a base da defensiva da hygiene individual, com as quaes somente poderão ser habitáveis as zonas infeccionadas pelo impaludismo (SANTA CATARINA, 1916d, p. 28).

Santa Catarina, segundo o Governador, com seus “parcos recursos” não poderia, sem o auxilio do governo federal, levar a cabo propostas significativas de profilaxia e/ou mesmo erradicação destas doenças. Ainda assim, segundo Schmidt, urgia a necessidade de tomar uma atitude e para tanto, propunha:

[...] o empreendimento de uma propaganda de defeza sanitária realizada entre as populações mais flageladas, orientando-as nas medidas de prophylaxia, complindo-as, mesmo coercitivamente, á observância de prescrições, constantes de um regulamento de hygiene urbana e rural (SANTA CATARINA, 1916d, p. 30).

Foi nesse ano, 1916, que Felipe Schmidt anunciou os primeiros contatos com a Fundação Rockefeller que poderia viabilizar tal empreendimento. Todavia, a necessidade de arcar com parte dos custos desse serviço adiou a realização do contrato entre o governo estadual e a Fundação que foi assinado anos depois, em 26 de julho de 1919, com o objetivo de sanear e atuar na prevenção de epidemias na ilha e litoral catarinense (ARAÚJO, 1989; MULLER, 2002; BORGHEZAN; 2014)

²⁴.

As diversas formas de educar a população nas normas de higiene em distintos espaços, para além da escola, foi pauta de debates entre os adeptos do movimento sanitaristas ao longo dos anos 1910. Campanhas de profilaxia por meio da distribuição de folhetos, de conferências, da imprensa diária ou mesmo das visitas domiciliares poderiam ser veículos capazes de abranger ensinamentos acerca da higiene e salubridade (higiene das coisas), para além da escola,

²⁴ Fundação Rockefeller e Movimento Sanitarista, ver Capítulo I - Parte 1.1.

educando um leque muito maior de pessoas em espaços distintos. Como escreveu o doutor Oswaldo Rodrigues Cabral²⁵ anos depois:

A campanha em prol da educação hygienica, que deve fazer parte da cogitação dos governos e de todos em geral, deve ser atacada inicial e ininterruptamente por varios lados, de varias maneiras e sob multiplos aspectos. Será educação, será instrucção, nas escolas, nas casernas, nos navios; será propaganda nas fabricas, nas repartições publicas, e para o povo em geral (CABRAL, 1929, p.13).

Em 1915, também o Inspetor de Higiene Ferreira Lima propunha como meio de prevenção de moléstias contagiosas uma campanha profilática por meio da circulação de impressos que contivessem informações sobre as enfermidades, modo de tratá-la e evitá-la, escrito estrategicamente, não só em português, mas também em alemão. Desta forma, boa parte da população catarinense de origem alemã que desconhecia a língua vernácula poderia compreender os ensinamentos que as autoridades médicos-governamentais pretendiam inculcar na população (SANTA CATARINA, 1915a).

Preocupação constante de médicos e governantes na época, ancilostomíase, denominada em jornais e outros textos de “mal da terra” (também chamada popularmente de opilação ou amarelão) era acusada de degenerar a raça, enfraquecer o físico e o caráter do homem brasileiro, e catarinense, pois, era considerada uma das principais causas pela indolência e aversão ao trabalho de grande parte da população. E também a imprensa diária cumpriu papel nessa empreitada educacional para a saúde. Através de suas páginas os jornais não somente informavam sobre como prevenir esta doença, como associação higiene e saúde com civilidade, educação e progresso. Sobre isso, o jornal **O Municipio de Joinville** publicava no dia 9 de julho de 1919:

Ha certas moléstias que os povos respeitadores de si mesmos não estão tolerando mais que persistam entre elles. São as moléstias que, devido aos nossos conhecimentos actuais, podem ser facilmente exterminadas, que somente o descaso das autoridades e a ignorancia e a degradação social do povo explicam. A esta classe de moléstias a uncinaridose ou a opilação. Diferente dos da

²⁵ Oswaldo Rodrigues Cabral, catarinense, foi médico, memorialista, folclorista e professor. No ano de 1929 apresentou sua tese intitulada “Problemas educacionais de hygiene” a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutor em Medicina.

tuberculose e da variola, que penetram aos centros mais civilizados e prósperos, os parasitas immundos da uncinarirose vivem da ignorancia humana e do seu desmazelo. Elles estão dessangrando [sic] a nação brasileira [...] convertendo os homens, as mulheres e as crianças em fantasmas amarells (**O Município de Joinville**, 9/07/1919, p.1).

E as palavras do autor deste artigo (como as de outros jornalistas que escreviam para diversos jornais) concorriam para educar a população de Joinville, ao mostrar, por exemplo, o quanto a falta de higiene era decisiva para o contágio de diversas moléstias²⁶. Prática educativa cotidiana muito importante, se considerarmos o que escreveu o Governador Schmidt, no ano de 1916: “A ignorancia da maioria das populações do littoral, a aversão a todos os preceitos de hygiene tornam muito difficil a pratica de medidas salutaes de prophylaxia” (SANTA CATARINA, 1916d, p.28). Tendo como representação o Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato²⁷, o homem brasileiro, e catarinense, era visto como miserável e enfermo entregue à própria sorte e sem condições básicas de higiene, e, por isso, suscetível a contrair as mais diferentes moléstias. Era preciso, e com urgência, pensavam os doutores e autoridades, tratá-lo, educá-lo e assim regenera-lo, retirando-o das condições de atraso em que se encontrava ensinando-lhe as noções de higiene, indispensáveis para manutenção de sua saúde, o que o tornaria saudável e um próspero trabalhador. Em Santa Catarina, essa missão foi delegada a Diretoria de Higiene do Estado e a recém-chegada Fundação Rockefeller e, também, indiretamente, a escola primária, que ensinava em suas aulas noções de higiene.

²⁶ Além de ensinar às pessoas as práticas de higiene necessárias para manutenção da saúde individual e coletiva, os governantes, médicos e imprensa catarinense buscavam educar também contra o que era chamado de charlatanismo. Sobre isso, alertava, por exemplo, conferência do médico Ernesto de Oliveira, dirigida aos soldados de Joinville e reproduzida em jornal da cidade de Joinville. Além de sua reprodução em veículo de comunicação de massa, chama a atenção o fato de a conferência ter sido realizada com a finalidade de educar as pessoas (soldados) que tinham dentre suas atribuições o dever de coibir ações de charlatães. (**O Município de Joinville**, 04/06/1919, p.2).

²⁷ O personagem Jeca Tatu, foi criado em 1914, por Monteiro Lobato para representar o brasileiro do interior (do início do século XX) e tinha como características ser um homem indolente, ignorante, preguiçoso, não civilizado e avesso ao trabalho. Em 1918, fortemente influenciado pelo movimento sanitário, Monteiro Lobato escreve uma série de artigos que compilados formaram o livro **Problema Vital**. Neste livro, Lobato apresenta o Jeca Tatu reformulado, com influência de ideias sanitaristas: o estado em que o Jeca estava era consequência de doença, ele seria vítima de um sistema escasso em medidas de saúde e precisava ser curado por meio de uma intervenção governamental médico-educacional. Em 1924 este Jeca Tatu se popularizou como Jeca Tatuzinho, personagem infantil que protagonizou um almanaque criado pelo Laboratório Fontoura (cf. LIMA; HOCHMAN, 2004).

Mas, se o grande alvo dessas ações eram as endemias, as doenças epidêmicas não representavam preocupação menor, entre elas, destaque para a varíola, doença contagiosa que grassava não só em Santa Catarina, mas em diversas regiões do país e que exigiu permanente vigilância dos governantes catarinenses nos anos 1910. A doença mereceu especial atenção no Regulamento de higiene de 1918 e foi alvo de uma das mais importantes campanhas de profilaxia empreendidas pelo governo de Santa Catarina: a tentativa de vacinação da população. Único preventivo considerado eficaz, a vacina antivariólica era recomendada constantemente pelas autoridades sanitárias e pela imprensa local, mas o resultado de tal campanha aparentemente era pífio. Acerca disto o jornal **O Dia** afirmava:

Apezar das vantagens desse meio ser tão fácil de ser empregado contra uma molestia tão horrorosa, o povo se mantém indiferente a Ella, não procurando vaccinar-se como era de desejar. Nesta Capital nascem mensalmente umas 60 a 80 creanças; entretanto o serviço de vacinação que poderia estar em proporção ao menos do numero de nascimentos, mantem-se sem animação e em uma cifra extremamente baixa, apezar de todos saberem que na Inspectoria de Hygiene funciona diariamente um posto vaccinico, pois alem das vantagens sanitárias, é hoje obrigatória a apresentação de attestado de vacinação para todas as pretenções á empregos públicos, matricula nas escolas e etc. (**O DIA**, 25/05/1918).

O que fica evidente com estas palavras publicadas pelo **O Dia** é que, apesar da eficiência afirmada por vários especialistas, as pessoas ainda tinham receio quanto à vacinação. Diversas eram as razões que levavam as pessoas a duvidarem (ou mesmo temerem) os efeitos da vacina antivariólica, de castigo divino a violação da liberdade individual, passando pelo temor de contrair outras doenças, muitos eram os motivos. Assim diante da resistência de boa parte da população, caberia ao governo estadual educar, ainda que de maneira não formal, a população ensinando (inclusive com dados estatísticos) as inúmeras vantagens da vacinação enquanto preventivo da varíola, função esta delegada à Inspetoria de Higiene que deveria ser a responsável pela “[...] direcção e propagação do serviço de vaccinação contra varíola” (SANTA CATARINA, 1918, p.4, Capítulo I, Art.1, § 5). Esta resistência da população refletia também no universo escolar e tornar a vacina requisito para o ingresso nos grupos escolares e escolas isoladas (SANTA CATARINA, 1914a, Art.

218, p. 57) poderia ser também uma tática para a difusão da vacinação entre toda a população²⁸.

Outra enfermidade que preocupava sobremaneira autoridades governamentais e médico-sanitárias e que exigia medidas de prevenção era a tuberculose (apesar das propagandas de muitos remédios, aprovados pelos Serviços Sanitários dos Estados brasileiros, que afirmavam curar a doença (p.ex. **A República**, 30/10/1918, p.3) Vinculada à falta de higiene, a péssimas condições de moradia e alimentação e a vícios nocivos a saúde (como o álcool e o fumo) a tuberculose requeria medidas de profilaxia (cf. OLIVEIRA, 2012). Para tanto, eram realizadas pela Inspetoria de Higiene de Santa Catarina desinfecções em residências onde houvessem falecido recentemente pessoas atacadas desta moléstia e, em 1913, foi solicitado pelo Inspetor Ferreira Lima que os médicos residentes na Capital informassem à repartição governamental de higiene os casos de tuberculose que aparecessem em seus consultórios (SANTA CATARINA, 1913a). Esta determinação fez parte do Regulamento de higiene de 1918, que confirmou a tuberculose como moléstia de notificação compulsória (SANTA CATARINA, 1918, Cap. XXVI, Art. 332 p. 31).

Em 1913, ano que solicitou a notificação de casos de tuberculose aos médicos de Florianópolis, o doutor Ferreira Lima afirmava terem sido poucas as notificações de casos desta doença na Capital, mas parecia convencido de que a falta de notificação não significava poucos doentes desta moléstia, pois, reafirmando a necessidade da reorganização da Inspetoria afirmava: “[...] uma vez reorganizada, dispondo dos recursos necessários poderá iniciar a campanha contra a tuberculose” (SANTA CATARINA, 1913a, p. 9). Diante desta falta de notificações, é possível supor que as pessoas pouco haviam procurado os serviços médicos, porque eram descrentes dos recursos terapêuticos para uma doença cujo tratamento era longo (por vezes incluindo internação hospitalar) e muitas vezes ineficaz e que era estigmatizada há séculos: não eram poucos os doutores que escondiam a identidade de seus pacientes que eram tratados em casa (cf. BERTUCCI, 1997, p.169-212). As notificações de casos de tuberculose cresceram a partir das determinações do Regulamento de 1918? Não sabemos, mas a preocupação do doutor Ferreira Lima de iniciar uma “campanha contra a tuberculose” é significativa,

²⁸ Sobre vacinação antivariólica e uma discussão relacionada ao universo escolar catarinense, ver Capítulos II e, principalmente, o Capítulo III desta dissertação.

tanto da dimensão do problema de saúde em terras catarinenses, quanto da importância da educação da população no combate à tuberculose, afinal, higiene e salubridade eram os melhores preventivos contra a doença causada pelo bacilo de Koch.

Nesta conjuntura a imprensa cumpria também uma função educativa, informando à população os riscos e modos de contágio da tuberculose, bem como meios de evitá-los. Medidas higiênicas simples, como não escarrar no chão, não partilhar louças e utensílios, não visitar doentes, alimentar-se bem e manter necessário asseio (do corpo, das coisas, da casa) seriam imprescindíveis para impedir que as pessoas contraíssem essa doença. Até o beijo era condenado, inclusive em periódicos publicados no interior do Estado, como a **Gazeta do Commercio**, de Joinville (**Gazeta do Commercio**, 08/08/1914, p.1)²⁹.

Entretanto, em Santa Catarina como em outras partes do Brasil, quando o tema era a manutenção da saúde em geral, a educação formal, sobretudo, por meio das escolas primárias foi cotidianamente chamada para cumprir seu papel de formar os pequenos brasileiros nos preceitos básicos da higiene e saúde. As crianças, acreditavam os doutores, eram mais aptas para aprender novas normas e adquirir novos hábitos, afinal ainda não haviam entranhado formas de vida que os médicos consideravam nocivas à saúde. Ademais, educar as crianças era investir no futuro da nação, pois as futuras gerações ensinariam os cuidados com a higiene às gerações seguintes e assim sucessivamente (BERTUCCI, 2013; ROCHA, 2003; MARQUES, 1994). Nesse contexto, nas primeiras décadas do século XX, os grupos escolares, modelos de escola primária, foram construídos também em consonância com as normas de salubridade e higiene que então se difundiam cada vez mais pelo país. Suas salas de aula, pátios, corredores e outros espaços; seus mobiliários, materiais e métodos de ensino, bem como o tempo escolar e as disciplinas que, de diferentes formas, ensinavam higiene às crianças, concorreram para educar para uma vida saudável os alunos dessas escolas e também funcionários, professores e até, indiretamente, outros membros da sociedade (ROCHA, 2010). Também em

²⁹ Este tipo de educação impressa, muitas vezes reproduzindo determinações médicas, ganhou excepcional importância durante a epidemia de gripe espanhola (cf. BERTUCCI-MARTINS, 2003). Em outubro 1918 o jornal **A República** de Florianópolis publicou, com o título “Conselhos ao povo”, medidas preventivas anunciadas pela Inspetoria de Higiene para tentar evitar a propagação da doença, tais como: “Evitar noites perdidas, excessos de meza ou de outra qualquer sorte [...] Não visitar doentes de influenza, nem permanecer em lugares de ar confinado, isto é, onde o ar não seja francamente renovado” (**A República** 30/10/1918, p. 3)

Santa Catarina as relações intrínsecas entre saúde e educação fizeram parte da implantação de seus primeiros grupos escolares. E é esta relação o foco dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II
PRIMEIROS TEMPOS: ENTRA EM CENA A HIGIENE PARA OS GRUPOS
ESCOLARES CATARINENSES

2.1 ENSAIANDO NOVOS RUMOS PARA INSTRUÇÃO EM SANTA CATARINA: O ENSINO PÚBLICO E A ATUAÇÃO DE ORESTES GUIMARÃES EM JOINVILLE

Na conjuntura da instalação da República, os discursos em torno da necessidade de educar o povo, sobretudo a infância, ganham importantes proporções. A escola pública primária é alçada como uma das principais bandeiras dos republicanos brasileiros. Por meio da educação escolarizada seria possível forjar uma nova nação, orientada pelos ideais apregoados pela nova ordem política. Entretanto, conforme assinala Hoeller (2009, p. 26) “[...] essas não foram apenas intenções do período republicano. Antes mesmo, no Brasil Império, os esforços frente à educação e à instrução das crianças já eram preocupações dos governantes daquela época”. E como escreveu Gondra (2004), a escolarização da infância, segundo os preceitos da higiene, também não era preocupação única dos republicanos, já no Império encontravam-se iniciativas e discursos em prol da educação higiênica.

No Estado de Santa Catarina, o ensino público foi durante o período imperial foco de uma série de determinações legais que tinham por intuito sua reforma, inspirada em especial nos modelos educativos implantados pela Corte (NÓBREGA, 2000). No que tange à instrução primária, no ano de 1830 foram criadas as cinco primeiras escolas primárias por ordem do Imperador Dom Pedro I, mesmo ano de criação da Diretoria Geral da Instrução Pública da Província de Santa Catarina. Em 1853 foi expedido o primeiro regulamento da instrução primária catarinense (TEIXEIRA, 2005).

Todavia, é no período republicano que a tese da educação popular ganha ênfase, uma vez que:

Para os instituidores da República, a instrução popular – a Escola Normal e a instrução primária – é um centro multiplicador das luzes, que colocam as ideias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade (MONARCHA, 1999, p. 172).

Acreditavam os republicanos, inclusive em Santa Catarina, por meio da instrução primária seria possível impulsionar o país nos rumos do progresso e da ordem ao ensinar aos pequenos brasileiros, além de ler, escrever e contar, os princípios de moral, patriotismo e higiene. Com o intuito de melhor responder a estes

anseios, o modelo de escola primária graduada ou grupo escolar, como ficou conhecido, é implantado no Brasil ainda nos primeiros anos da República³⁰.

A chamada escola primária graduada surgiu em alguns países europeus e nos Estados Unidos em meados do século XIX. A implantação deste modelo de escolarização nos países da América Latina, entendida como pilar de modernização, coincidiu com o desenvolvimento da Pedagogia Moderna no fim dos Oitocentos e na difusão do método intuitivo e lições de coisas³¹. Esta forma particular de ensino se distinguia no Brasil da outra forma que mais existia até então, a chamada de ensino misto, que combinava o método mútuo/monitoral ou lancasteriano³² com ensino individual (professor atendo cada aluno em sua carteira). A escola primária graduada apresentava traços inéditos, tendo como principais características o agrupamento dos (as) alunos (as) em uma única classe (o auxílio do quadro negro foi fundamental), separados por grau de adiantamento, divididos em quatro séries, e gênero; um (a) único (a) professor (a) ensinando todos (as) os (as) alunos (as) simultaneamente; conteúdos preestabelecidos das diferentes disciplinas e graus e promoção rígida e inflexível dos (as) alunos (as) (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 17-18). Sob a direção de Caetano de Campos a Escola Normal de São Paulo foi reestruturada para que as transformações propostas pudessem ser efetivadas a partir de mudança na formação do futuro professor, o que culminou com a criação da Escola-modelo. A partir das experiências da Escola-modelo, foram implantadas as primeiras escolas primárias graduadas no Estado de São Paulo, a partir de 1894,

³⁰ Cabe ressaltar que as escolas isoladas ou casas-escola, principal forma de escolarização da infância durante o período Imperial não foram extintas com a criação dos grupos escolares. Ao contrário, continuaram a existir em quantidade superior a de escolas primárias graduadas e a receber em seus bancos boa parcela da infância. (Cf. HOELLER, 2009; TEIVE; DALLABRIDA, 2011)

³¹ O método intuitivo, ou lições de coisas como ficou conhecido, tinha como pilar a educação dos sentidos, pressupondo-se de que a educação deveria acontecer seguindo a sua ordem natural. Partindo do simples para o complexo, do conhecido para o desconhecido, do local para o geral e do concreto para o abstrato, nada deveria ser dito à criança que ela não pudesse descobrir por si, as matérias deveriam ser sintetizadas até seus elementos mais simples e o ensino deveria partir da observação e manipulação de objetos (lições de coisas). Deste modo, a educação deveria repetir, em menos tempo, os estágios de evolução do homem respeitando a natureza infantil. (SCHELBAUER, 2005; VALDEMARIN, 2000).

³² O método mútuo ou monitorial, criado por Joseph Lancaster e André Bell, foi também denominado de método lancasteriano em referência ao nome de um de seus idealizadores. Em breves palavras, constituía-se em um único mestre ensinando a vários alunos de idades e graus de adiantamento diferentes em um mesmo espaço, isto era possível com o auxílio de monitores (alunos mais adiantados nas lições) que eram aqueles que efetivamente repassavam aos aprendizes as lições determinadas pelo professor. No Brasil o método mútuo, que para sua aplicação necessitava de amplos espaços, rigorosa divisão do tempo das atividades, divisão de espaço para os diferentes grupos de alunos e mobiliário adequado, sofreu adaptações. Confira sobre este método: BASTOS, 2005.

que ficaram conhecidas como grupos escolares e pouco a pouco, em arranjos e tempos diferentes, se instalaram pelo Brasil (SOUZA, 1998; MONARCHA, 1999; VIDAL, 2006). A implantação destes grupos escolares seguia a primazia da seriação, racionalização (inclusive de tempo e de espaço) e padronização do ensino e os programas passam a ser compostos por conteúdos de caráter enciclopédico (até então o ensino primário era restrito ao ler, escrever e contar). Além disso, os grupos escolares deveriam ser instalados em edifícios próprios, erguidos de acordo com os preceitos de salubridade, em geral, localizados nos grandes centros urbanos e capazes de reunir várias salas de aula em um único prédio. Nesta conjuntura surgem também as figuras do diretor e inspetor escolar, responsáveis pela organização e eficiência do ensino (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

Signo da instauração da nova ordem, à escola primária graduada foi delegada a tarefa de civilizar, instruir e moralizar a população; de inculcar novos modos de pensar e agir (CARVALHO, 2003). Esse propósito educativo também incluiu a educação para saúde. Escola da República e para a República por excelência, (SOUZA, 1998); aos professores do grupo escolar é dada a missão civilizatória de “regenerar” a nação por meio também da “regeneração” física dos alunos, através da instrução em preceitos higiênicos e educação em práticas saudáveis. Era preciso educar e instruir³³ as crianças de acordo com os princípios da higiene e os grupos escolares deveriam funcionar em edifícios próprios e salubres, com materiais e mobiliários que, respeitando a constituição biológica da infância, não pusessem em risco sua saúde, bem como com métodos de ensino capazes de imprimir na criança aspectos correlatos à higiene do corpo, das coisas, da casa, dos lugares. (BERTUCCI, 2013).

Em Santa Catarina, muito embora a implantação dos grupos escolares tenha se dado em sua materialidade na década de 1910, iniciativas que demonstram o intuito de criá-los são observadas desde os primeiros anos do século XX (SILVA, 2006; NÓBREGA, 2000). Proclamada a República, os governantes catarinenses esforçavam-se em evidenciar o atraso e a precariedade da instrução pública, referindo-se constantemente à necessidade de se empreender uma reforma no

³³ Na época, o termo Instrução referia-se a educação das faculdades intelectuais, enquanto que o termo educação estava correlacionado com os aspectos psicológicos e morais dos indivíduos (HOELLER, 2009, p.26). Entretanto, nesta dissertação os termos instruir e educar serão utilizados indistintamente.

ensino público de Santa Catarina. O governador do Estado, Felipe Schmidt em Mensagem enviada ao Congresso Representativo³⁴ no ano de 1902 afirmava:

São infelizmente precárias as condições da instrução ministrada pelo Estado, condições essas, resultantes da organização rudimentar de tão importante ramo do serviço publico, que está exigindo uma reforma completa e sadia (SANTA CATARINA, 1902a, p. 16).

Entretanto, é preciso considerar que ao colocar em destaque a precariedade do ensino público o Governador do Estado, estrategicamente, poderia pôr em evidência as possíveis melhorias realizadas durante seu governo. Ainda assim é necessário levar em conta que no ano de 1902, segundo o Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, o senhor Horácio Nunes Pires, o total de alunos matriculados era de 4.456, sendo que a frequência média era de 3.280 crianças (SANTA CATARINA, 1902b, s/p). No ano de 1912, um ano após o início da Reforma da instrução pública catarinense, este número avança para o total de 11. 721 crianças matriculadas contando com uma frequência de 8.395 (SANTA CATARINA, 1915a, p. 29). Deste modo, ainda que as considerações do Governador do Estado pudessem se tratar de uma estratégia para colocar posteriormente em ênfase as realizações de seu mandato em prol do ensino público catarinense, pode-se afirmar que a instrução pública vinha exigindo dos governantes melhorias significativas.

Assim, a criação dos grupos escolares aparece como medida capaz de remediar o mal causado pela precariedade do ensino público, dando-lhe organicidade e racionalidade, de modo a impulsionar Santa Catarina ao progresso e civilização pretendidos. Conforme assinala Silva (2006), no ano de 1904 uma lei³⁵ já se referia a essa modalidade escolar, facultando ao Governo a contratação temporária dos serviços de um diretor aos moldes de São Paulo ou do Distrito Federal, para assumir o comando do primeiro grupo escolar do Estado. No ano anterior ao da promulgação desta lei, o Governador do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos³⁶, já sugeria a instalação de grupos escolares como meio de alavancar a instrução pública catarinense

³⁴ O Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, termo utilizado pelas fontes, era referente ao Congresso Estadual.

³⁵ SANTA CATARINA, Lei Nº 636 de 12 de Setembro de 1904.

³⁶ Vidal José de Oliveira Ramos, natural da cidade de Lages, assumiu o governo de Santa Catarina durante a Primeira República em dois momentos. Em 1902 foi eleito vice-governador, entretanto,

A instituição dos grupos escolares, que tem provado bem em alguns Estados, deve, segundo penso, ser adoptada nesta capital e nas cidades, onde existam edifícios com as necessárias condições para instalação dos grupos, cuja direcção deve ser confiada a professores de reconhecida idoneidade (SANTA CATARINA, 1903, p. 21).

Atos legais posteriores indicam ainda a intenção de implantar grupos escolares na capital do Estado e/ou nos principais centros urbanos. Em lei expedida no ano de 1907³⁷, era facultado ao governo de Santa Catarina contratar um professor de reconhecida idoneidade com ao menos dois anos de exercício do magistério para estudar os métodos e organização do ensino em qualquer um dos Estados da Federação³⁸, nos quais a instrução parecesse melhor orientada de acordo com os ideais comungados pelos republicanos. Outra legislação datada de 1908³⁹ tratava do fechamento de seis escolas públicas da capital e da construção de dois grupos escolares para substituí-las. Segundo esta determinação:

Parágrafo único - Para este fim mandará [o governo do Estado] construir dous edificios especiais que satisfaçam todas as condições hygienicas e que tenham a necessária capacidade de conter o numero de alumnos das escolas suprimidas (SANTA CATARINA, 1908, p. 10).

Neste sentido, a higiene escolar aparece como uma das preocupações dos governantes catarinenses, sobretudo no que diz respeito às condições de salubridade dos espaços destinados ao ensino das crianças. Nesta época, a escola era, em grande parte, responsabilizada pelas moléstias que o aluno pudesse vir a desenvolver, sendo desta forma, tida como causadora de diversos males para saúde infantil. O ar impedido de circular, a aglomeração de alunos em um espaço pequeno e a falta de asseio concorreriam para proliferação de doenças contagiosas. Do mesmo modo, a postura incorreta causada por bancos e/ou cadeiras inapropriadas, bem como a iluminação precária, poderiam implicar no desenvolvimento de

diante da renúncia do titular assumiu o comando do governo catarinense entre os anos de 1902 e 1905. Seu segundo mandato se deu entre 1910 e 1914, mediante a eleições diretas. Em seu primeiro mandato, Vidal Ramos, empenhou-se em trazer para Santa Catarina os padres jesuítas, que fundaram o Ginásio Catarinense, de caráter privado e responsável pela educação da elite local (TEIVE e DALLABRIDA, 2011, p. 56-7).

³⁷ SANTA CATARINA, Lei Nº 765 de 17 de Setembro de 1907.

³⁸ Atos posteriores indicam que o Estado de referência, alçado como modelo para reformar a instrução pública de Santa Catarina foi São Paulo (SILVA, 2006)

³⁹ SANTA CATARINA, Lei Nº 780 de 22 de Agosto de 1908.

moléstias físicas nas crianças, tais como problemas de visão, de coluna, respiratório e etc. (BERTUCCI, 2013; CARDOSO, 1998). Por esta razão, as instalações inadequadas das escolas eram vistas como prejudiciais a saúde da criança. Diante desta perspectiva, em circular datada do ano de 1907, é mandado fechar a Escola Isolada do Estreito, por não atender aos princípios de higiene, o que poderia constituir em sério risco à saúde das crianças que frequentavam esta instituição. Antes disso, no ano de 1904, Vidal Ramos assinalava:

Todos vós deveis estar convencidos, por conhecimento próprio, da falta de edifícios apropriados ao funcionamento das escolas, quer nesta capital, quer nas localidades do interior, onde o ensino é ministrado contra todos os preceitos pedagógicos e prescrições hygienicas, em casas acanhadas sem ar e sem luz.

Urge, portanto, remediar esse mal habilitando o Governo a ir mandando construir, nas cidades pelo menos, prédios nas devidas condições para instalação dos grupos escolares que vós falei na minha primeira Mensagem (SANTA CATARINA, 1904b p. 17).

Era imprescindível, segundo o governador do estado, construir escolas e assim dispor de edifícios que respeitassem os modernos preceitos de higiene. No entanto, os problemas orçamentários do Estado, eram lançados como justificativa para o adiamento da tão necessária Reforma na Instrução Pública e a implantação dos primeiros grupos escolares catarinenses foi adiada até o ano de 1911 quando, convidado por Vidal Ramos, o professor paulista Orestes Guimarães deu início à reforma no ensino público de Santa Catarina (NOBREGA, 2000). Porém, sua presença neste Estado é anterior a esta data. Entre os anos de 1907 e 1909, Guimarães assume a direção do Colégio [Escola] Municipal de Joinville, cidade que deveria ter cerca de 19.000 habitantes⁴⁰ a maioria deles alemães, conforme relatou o senhor Jurandyr Pires Ferreira⁴¹ (1959, p. 206), com o intuito de reformar esta instituição de ensino de acordo com os modernos preceitos pedagógicos recém-implantados nos grupos escolares paulistas, pois apesar do nome, Colégio, o estabelecimento de ensino abrigava escolas/classes primárias.

⁴⁰ Segundo o Censo de 1900, a cidade contava com 18.054 moradores (BRASIL, 1900).

⁴¹ Jurandyr Pires Ferreira foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os anos de 1956 e 1960. Planejou, dirigiu e orientou as seguintes obras: “Enciclopédia dos municípios brasileiros” (1958 – 1960); “Atlas do Brasil” (1958) e “Carta do Brasil ao milionésimo” (1960). (Disponível em: < <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/jurandyr-de-castro-pires-ferreira>> Acesso em 05 de abril de 2014).

Ao chegar ao Colégio [Escola] Municipal de Joinville, Orestes Guimarães deparou-se com uma organização escolar que feria gravemente preceitos patrióticos e pedagógicos. Num total de 345 alunos, apenas 125, chamados de “brasileiros”, conheciam a língua vernácula e estes eram ensinados sob a regência de uma única professora brasileira, em uma grande sala, com materiais didáticos e currículo nacional. Os demais alunos, “alemães”, divididos em cinco classes mistas, regidas por professores de nacionalidade alemã⁴², com material didático e currículo alemão (TEIVE, 2008). Em Relatório apresentado ao Superintendente Municipal de Joinville no ano de 1909, Orestes Guimarães informa que reproduz em seu relato os termos “alemães” e “brasileiros” para explicitar “[...] um hábito inveterado [condenável], por parte dos senhores professores, hábito que perdurava mezes depois de assumir a direcção não obstante os meus pedidos” (GUIMARÃES, 1909, p. 4).

Outro ponto condenável apontado por Orestes Guimarães (1909) na precária organização escolar até então existente nesta instituição era a promiscuidade dos sexos (reunião de meninos e meninas em uma mesma classe). Ademais, as instalações físicas, materiais didáticos (maior parte em alemão), mobiliários e métodos de ensino não estavam em consonância com os ideais apregoados pela “moderna pedagogia”, longe disso, representariam, segundo Guimarães, o que havia de mais arcaico em termos de educação. Dessa forma, Orestes Guimarães passa a reorganizar as classes primárias do Colégio [Escola] Municipal de Joinville conferindo-lhe características de um grupo escolar. Esta reforma pode ser assim resumida, a partir de treze pontos principais sintetizados por Teive:

- 1) reunião em uma mesma classe de “alemães” e “brasileiros” da mesma série; 2) unificação dos programas utilizados pelos professores 3) difusão de livros e materiais didáticos nacionais; 4) ênfase no ensino da língua portuguesa 5) ênfase na educação moral e cívica das crianças, de modo a desenvolver o amor a pátria brasileira e a nacionalidade; 6) adoção do livro de leitura em substituição aos compêndios por disciplina; 7) inclusão das ciências naturais e experimentais no currículo escolar; 8) inclusão do canto, ginástica e desenho; 9) introdução da prática de lições de coisas; 10) inclusão das festas cívicas; 11) ênfase no ensino lento, variado e recapitulativo; 12) sistema de avaliação centrado em exames finais públicos, e 13) separação das classes por sexo (TEIVE, 2008, p. 83 - 84).

⁴² Nesta época, ainda que nascidos no Brasil, filhos, netos e bisnetos de imigrantes alemães diziam-se e identificavam-se como tal (SILVA, 2006).

Entretanto, é preciso evidenciar que a atuação de Orestes Guimarães nesta instituição não se deu sem a resistência da população local. Acerca disso Guimarães assevera:

De facto – a fusão dos lusos e teutos, a separação de sexos no convívio interno do estabelecimento; a reforma do material em allemão (mappas) e a reforma do ensino da língua nacional, mais do que a qualquer outro facto se deve a retirada de alumnos para outras escolas. Si acontecesse o contrario, muito mais serio para admirar, pois, como é sabido: - quase toda população teuta local, sahida da antiga escola publica, estava por esse motivo acostumada a ver na dita escola uma instituição intanggivel, por espaço de trinta e oito anos (GUIMARÃES, 1909, p. 8).

Diante deste relato de Orestes Guimarães, pode-se conjecturar o quanto sua reforma chocava-se com tradições da população local, aqui entendidas como parte efetiva do cotidiano (THOMPSON, 1998), parte de sua identidade e, cuja manutenção também acontecia nesta escola que, segundo Guimarães (1909, p.5) antes de ser um estabelecimento municipal foi dirigida por um padre alemão.

Deste modo, a higiene aparece de maneira tímida na reorganização do Colégio [Escola] Municipal de Joinville empreendida sob a direção de Orestes Guimarães. O novo programa elaborado pelo diretor não faz menção direta aos aspectos de higiene. Observa-se, apenas, na disciplina de “Sciencias physicas e Naturaes” ministrada no primeiro ano do ensino primário brevíssima referência à medicina como conteúdo escolar, conforme pode ser observado no Programa desta instituição de ensino, transcrito em anexo por Orestes Guimarães em seu relatório apresentado ao Superintendente Municipal no ano de 1909:

Sciencias Physicas e Naturaes:

Programma – Classificação dos animaes pelo aspecto exterior: - animaes que andam, que vôam. Animais com digo (sic) de dois pés; de 6 e de mais de 6. Animaes com o corpo coberto de pennas de pellos e de escamas. Conhecimento e nomeclatura das partes exteriores do corpo. Utilidades de alguns vegetaes a alimentação, *medicina*, construcção. Estados do corpo, sólido, liquido, e gasoso, aspecto, liso, pegadiço, escorregadio, frágil, resistente, compressível, elástico, transparente, opaco. As cores typicas (GUIMARÃES, 1909, p. 137. Grifo meu).

A higiene aparece com mais ênfase de maneira indireta, em se tratando da mobília escolar, destaque para as carteiras. Estas, segundo Guimarães (1909), como mesas, armários, etc., estavam em estado de precariedade, e contrariavam todos os princípios de higiene, podendo, portanto, ser causadoras das mais diversas moléstias relacionadas ao desenvolvimento físico da criança, além de incômodas e impróprias à disciplina e prejudiciais para o estudo, mas, apesar dessas considerações do diretor do Colégio, as carteiras, e outros itens do mobiliário, não teriam sido trocadas na instituição por falta de verba (GUIMARÃES, 1909). Como escreveu Orestes Guimarães no início de seu Relatório:

Desde já digo - si a reforma do estabelecimento foi fracca, por deficiência de meios, no entanto ella foi cabal, considerada relativamente ao seu objetivo principal: fundar em Joinville um estabelecimento de instrução primária integral, em língua do paiz, seguindo aproximadamente, os processos adaptados ou adoptados nas escolas de S. Paulo (GUIMARÃES, 1909, p.2).

Deste modo, pode-se inferir que a atuação de Orestes Guimarães frente à direção do Colégio [Escola] Municipal de Joinville tinha por princípio uma nacionalização do ensino, tratava-se muito mais de “abrasileirar” os filhos de estrangeiros, ensinando-lhes a língua vernácula e imprimindo-lhes o amor pela nação. Nesta perspectiva, a formação da população brasileira e catarinense tinha por primazia o patriotismo, regado pela exaltação da pátria.

Esse patriotismo que exalava das palavras de Guimarães, provavelmente herdado da experiência realizada pela escola primária paulista, estava permeada de teses sobre a boa constituição das crianças, não raras desde meados do século XIX graças à ação de médicos higienistas que, com a pretensão de sanear a cidade e sua população, preocupavam-se com o universo escolar (GONDRA, 2000), tais discussões ganharam relevância e perspectiva singular com o movimento sanitaria e a difusão da eugenia na segunda metade da década de 1910 e anos seguintes. Preocupados com a formação do brasileiro e da pátria, médicos, professores, advogados, jornalistas políticos em geral e outros cidadãos, percebiam a escola primária como local formador por excelência, inclusive do físico do futuro homem do Brasil.

Assim, a escola primária, seus espaços e mobiliários, métodos de ensino e os tempos de atividade e descanso, tornaram-se, cada vez mais e de forma mais

detalhada, objeto do saber médico, pois a instituição escolar seria responsável, caso não seguisse de perto preceitos científicos, pela proliferação de doenças contagiosas e males físicos que a criança poderia vir a desenvolver, tais como problemas de coluna, visão, etc.. Por outro lado, em período de difusão nacional do sanitarismo, aderir aos princípios de higiene (de pessoas e coisas) tornava a escola veículo imprescindível para educação de jovens brasileiros em preceitos indispensáveis para manutenção da saúde individual e coletiva. Provavelmente esta ênfase dos sanitaristas na educação para a saúde tenha motivado o destaque que a questão higiene ganhou nos anos que Orestes Guimarães atuou na reforma da Instrução Pública de Santa Catarina e não na reestruturação do Colégio [Escola] Municipal de Joinville.

De fato, no dia 6 de janeiro de 1911, meses antes da efetivação da Reforma na Instrução Pública de Santa Catarina coordenada por Orestes Guimarães, o jornal **O Dia** noticiava a promulgação da Lei Municipal nº 312. Transcrita por este impresso, esta regulamentação tratava, dentre outras coisas de aspectos correlatos à saúde pública e a educação higiênica, que passavam a partir da década de 1910 a ser discutida entre legisladores e sanitaristas. Segundo esta legislação:

Art. 1º. Fica o executivo Municipal autorizado a convocar uma reunião, nesta capital, de todos os demais Superintendentes Municipaes do Estado, afim de se tratar:

- a) dos meios mais expedientes a combater o analfabetismo, proporcionando-se mais amplamente o ensino primário, de modo que a aprendizagem seja verdadeiramente efficáz e a educação cívica, com ensinamentos de moral e hygiene uma realidade; [...]
- h) da hygiene infantil, alimentação natural e racional das crianças, criação dos recém-nascidos pelo leite materno;
- i) da propaganda contra o álcool, o fumo e o jogo; [...] (**O Dia**, 06/01/1911, p.1).

O que fica evidente com esta determinação é que a educação para saúde estava em pauta entre as autoridades catarinenses no início da década de 1910, período de implantação dos grupos escolares, do mesmo modo em que era divulgada para população ao ser noticiada no jornal **O Dia**. Esta regulamentação demonstra também o intuito de educar nos preceitos de higiene não apenas via escola, mas também sugere a intenção de educar a população de forma mais ampla, seja discutindo sobre as medidas necessárias para salvaguardar a saúde das crianças, como, por exemplo, ensinar as mães os necessários cuidados com a

saúde e higiene de seus filhos ou ainda propondo campanhas de combates a vícios nocivos à saúde tais como o álcool, o fumo e os jogos. A este exemplo, podemos conjecturar que a educação higiênica ganha maior ênfase nos anos de 1910, pouco antes da reforma na instrução pública de Santa Catarina.

Retomando as considerações sobre a ação de Orestes Guimarães, não obstante a resistência de parte da população de Joinville (evidenciada com a retirada de vários alunos de origem alemã do Colégio [Escola] Municipal da cidade), o nome de Guimarães foi cogitado pelo governo catarinense para empreender a Reforma na Instrução Pública de Santa Catarina no ano de 1911. Neste sentido, cabe inquirir: por que Orestes Guimarães, apesar da saída de grande número de alunos do Colégio [Escola] Municipal de Joinville (durante sua atuação como diretor), foi convidado pelo governo de Santa Catarina para dirigir a reforma estadual na instrução pública na década de 1910? A resposta talvez comece a ser dada pelo próprio Guimarães, quando afirma que reorganizou a instituição que se tornaria posteriormente o primeiro grupo escolar catarinense, apesar da “deficiência de meios” (GUIMARÃES, 1909, p.2). E podemos acrescentar diminuição do número de alunos (“alemães”). No seu Relatório de 1909 Orestes Guimarães esforça-se em demonstrar os pontos positivos de sua reforma, colocando em evidência o cumprimento dos objetivos estabelecidos ao assumir a direção daquela instituição de ensino, sobretudo, no que diz respeito à nacionalização do ensino nesta instituição. Ele também reúne em anexo diversos relatos de visitantes e notícias da imprensa local elogiando seu trabalho realizado na cidade de Joinville.

Ao apresentar as dificuldades encontradas e a resistência da população local, Guimarães não somente justifica-se como também apresenta soluções. No que diz respeito à saída de diversos alunos de origem alemã da escola por ele dirigida afirma:

Porém, a isto responderei: 1º não é exacto em absoluto a affirmativa, pois, muito honrosamente, para os descendentes de allemães, grande número de paes desta origem, alli mantem seus filhos, os quaes estudam as duas línguas com grande applicação. Assim é que de 172 matriculados, 128 são de origem alemmã, 2º Roma não se fez n'um dia, basta ver o numero de tentativas do Sir Willian Harris; 3º que para o Collégio encher-se de alumnos, cumpre melhoral-o, de modo a tornar uma escola de primeira ordem (GUIMARÃES, 1909, p. 14).

Em seguida apresenta as possíveis soluções:

Para isto acho necessário: a) que como já disse, ser desdobrado o 4º ano; b) o director só cuidar da parte tecnica, systematisando por meio de uma fiscalização rigorosa – a seriação do ensino, os processos e métodos empregados; c) contratar um professor perfeitissimo conhecedor da lingua portugueza e allemã para leccionar diariamente em cada classe; d) manter quatro classes em cada secção, sendo as duas primeiras (1º ano masculino e 1º ano feminino) regidos por professores regularmente conhecedores das duas linguas. Realizadas estas reformas o Collegio encher-se-a de alumnos... (GUIMARÃES, 1909, p. 14)

Neste contexto, o ensino concomitante das línguas portuguesa e alemã aparece como estratégia de nacionalização do ensino primário, de maneira a manter e/ou atrair para a instituição parcela significativa de alunos imigrantes. E para justificar esta ação, Orestes Guimarães não hesita em citar o diretor da Escola Normal de São Paulo, Oscar Thompson, que no discurso de formatura de 1907 afirmava a importância de nacionalizar o imigrante⁴³, e o norte-americano Willian Harris⁴⁴, que havia atuado na nacionalização das escolas primárias localizadas, sobretudo, em bairros ocupados por imigrantes alemães em St. Louis nos Estados Unidos.

Assim, pode-se sugerir que as ações empreendidas por Orestes Guimarães para o enfrentamento das adversidades encontradas em Joinville, bem como a retórica que lançou mão ao relatar sua atuação no Colégio [Escola] Municipal desta cidade, unidas à indicação dos governantes de seu Estado natal e sua larga atuação nos grupos escolares de São Paulo, lhe rendeu a indicação para assumir a reforma

⁴³ Oscar Thompson atuou em importantes cargos da instrução pública de São Paulo, dentre eles como diretor da Escola Normal e como Diretor Geral do Ensino deste Estado. Em seu discurso citado por Guimarães afirmava: “a necessidade de nacionalizar e abrigueirar o imigrante adulto, assim, como seus filhos, quer nascidos aqui, quer fora, é para mim o magno problema da actualidade” (THOMPSON *apud* GUIMARÃES, 1909, p. 12).

⁴⁴ Willian Torrey Harris (1835-1909), educador e filosofo norte-americano, atuou como professor em St. Louis (1858) e como Superintendente de escolas, também em St. Louis entre os anos de 1868 e 1880. Na década de 1890 trabalhou em comitês de investigação da Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos. Com forte influência de Hegel, publicou inúmeras obras educativas e filosóficas, dentre elas: Introdução ao estudo de filosofia (1889); A Lógica de Hegel: uma exposição crítica (1890) e Fundamentos psicológicos da educação (1898). (<http://education.stateuniversity.com/pages/2030/Harris-William-T-1835-1909>. Acesso em 8 de agosto de 2014)

da instrução pública de Santa Catarina no ano de 1911, sendo nomeado Inspetor Geral do Ensino Público Catarinense meses depois⁴⁵.

Cabe ressaltar que Orestes Guimarães alcançaria grande prestígio e reconhecimento por parte dos governantes catarinenses. Na Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário de Santa Catarina, de 1927, embora já não estivesse mais no cargo de Inspetor Geral do Ensino Público deste Estado, Guimarães recebe moção de agradecimentos e reconhecimento por sua atuação na Reforma empreendida em 1911, e é chamado de “Paulo de Tarso — o semeador do novo” (SANTA CATARINA, 1927). Antes disso, havia recebido elogios relativos ao seu desempenho na cidade de Joinville, bem como menção a sua competência e idoneidade. Segundo Vidal Ramos, em mensagem enviada ao Congresso Representativo do Estado em 1911:

A preferência que dei por esse provecto educador [Orestes Guimarães] fundou-se no conhecimento da sua idoneidade, reconhecida em seu Estado Natal e comprovada, entre nós, pelo cabal desempenho que deu à comissão que lhe foi confiada pela municipalidade de Joinville, de fundar a Escola Municipal daquela prospera cidade (SANTA CATARINA, 1911f, p. 1).

Assim, seguindo os moldes do ensino público paulista, Orestes Guimarães redesenha a instrução pública no Estado de Santa Catarina, lhe conferindo traços até então inéditos, embora mudanças pontuais fossem realizadas (como em Joinville) há alguns anos.

⁴⁵ Orestes Guimarães é nomeado Inspetor Geral do Ensino Público do Estado de Santa Catarina mediante ao Decreto Nº 597 de 22 de junho de 1911.

2.2 “SEMEANDO O NOVO”: PRIMEIRAS PRESCRIÇÕES DE HIGIENE PARA OS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES

Em 1911, ano da chegada de Orestes Guimarães a Santa Catarina para empreender a reforma no ensino público deste Estado, o jornal **O Clarão** anunciava com entusiasmo a modernização alçada por sua capital – Florianópolis. Retirada do atraso e obscurantismo, a capital catarinense modernizava-se, marchava rumo ao progresso em passos largos. Segundo este jornal:

Florianópolis a nossa capital de heroes, dormia silenciosa, pacata erma e esquecida de todos, o sono da inação! [...] Então o viajante comparava-a com um grande cemiterio, cada casa um tumulo, e cada luz mortiça de um lampião um fogo fatuno que errava doidamente aqui [...] Sonhava com o progresso! Mas o corvo negro, o agorento e appavorante corvo, a política, esvoaçava-lhe sobre a cabeça! Um dia porém Florianópolis acorda-se assombrado! Como que por encanto estava puricamente illuminada! Suas ruas cortadas por bondes! Grande movimento! Áqui, ali constroem-se (sic) casas! Novos cafés, novos e modernos! Discussões calorosas, a instrução a derramar o saber a todos! [...] Florianópolis outra cidade! Florianópolis a marchar gloriosa na vanguarda dos que progridem. Em cada parte, em cada esquina em cada phisionomia o progresso estampado! Caminhamos! Caminhamos sempre! O seculo das luzes, e o nosso seculo. Sigamos! (**O Clarão**, 20/08/1911, p.3)

O despertar idealizado da cidade para o progresso e modernidade significava também novas medidas em prol da saúde pública e educação. Nessa tessitura, são realizadas ações para o saneamento das cidades e reorganização dos centros urbanos, contando com a edificação de novos prédios, construídos de acordo com os preceitos sanitaristas, bem como com a construção de novas e largas avenidas que permitiriam a circulação do ar evitando a transmissão de inúmeras doenças. Assim, tudo aquilo que representava o obscuro, o sujo e o velho (antigas residências, cortiços, prédios sem condições de higiene) deveria ser retirado do cenário citadino trazendo à cena as ruas e avenidas cortadas por linhas de bondes, as novas casas e os modernos cafés.

A Florianópolis que se modernizava e o Estado de Santa Catarina como um todo, precisavam também de novas e modernas escolas. A instrução pública é então alçada como meio eficaz de impelir o Estado ao progresso e civilidade e a instauração dos grupos escolares corresponderia a este ideal. O jornal **A Época**

explicava o que era um grupo escolar, enfatizando suas benéficas, que dentre outras coisas, seria erguido seguindo-se os preceitos de higiene e contribuiriam para manutenção da saúde individual e coletiva. Segundo este jornal:

Nas cidades, onde a densidade da população requer varias escolas publicas primarias, em vez de se disseminarem todas ellas aqui e acolá, umas a pouca distancia das outras, são muitas vezes reunidas algumas em um só edificio, constituindo o que se chama um grupo escolar. Este systema vai ser adoptado entre nós [...] Com metade da quantia necessaria para o levantamento de seis ou oito escolas isoladas, que satisfaçam a todas as condições de commodidade e de hygiene exigidas para os edificios escolares [...] pode ser erguido predios vastos, luxuosos mesmo, com amplos pateos e dependencias e capaz de comportar creanças de varias escolas (**A Época**, 01/01/1911, p.1).

É neste contexto que o paulista Orestes Guimarães reestrutura a instrução pública catarinense tendo por base as ações desenvolvidas em seu Estado natal, com o objetivo de trazer a Santa Catarina o que houvesse de mais moderno em termos educacionais. Em linhas gerais, a Reforma de 1911 teve por base as seguintes ações:

- a) reestruturação da Escola Normal Catarinense, com a finalidade de que os futuros professores formados por esta instituição tivessem plenos conhecimentos da Pedagogia Moderna (método intuitivo ou lições de coisas);
- b) reorganização das Escolas Isoladas;
- c) Implantação dos sete primeiros grupos escolares nos principais centros urbanos;
- d) instituição da fiscalização do ensino mediante a criação das inspetorias escolares⁴⁶;
- e) instituição de festas cívicas, a fim de se nutrir o amor pela pátria brasileira;
- f) nacionalização do ensino com ênfase no ensino da língua vernácula;
- g) instituição das escolas complementares⁴⁷;

⁴⁶ Tidas como imprescindíveis para execução da Reforma na Instrução Pública catarinense, foram criados no ano de 1911 os cargos de inspetores e chefes escolares, responsáveis pela fiscalização dos grupos escolares e escolas isoladas.

⁴⁷ As escolas complementares eram destinadas à formação de professores para as escolas isoladas para aqueles que não poderiam frequentar a Escola Normal (única instituição voltada à formação de professores para os grupos escolares), localizada na capital, e poderiam existir em cidades onde houvessem grupos escolares.

- h) estabelecimento do método simultâneo de ensino em substituição ao método mútuo seguindo-se os pressupostos da Pedagogia Moderna;
- i) unificação dos programas escolares, que passam a ser compostos por disciplinas de caráter enciclopédico;
- j) normatização da obrigatoriedade do ensino para crianças entre 7 e 14 anos, prevendo, inclusive, multas aos pais que não obrigassem seus filhos a frequentarem a escola;
- k) proibição de castigos físicos;
- l) graduação do ensino entre as escolas isoladas, grupos escolares, escolas complementares e escola normal⁴⁸ (HOELLER , 2009; TEIVE, 2008; TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

Estas ações foram respaldadas por uma série de decretos e regulamentações⁴⁹ que tinham por intuito a normatização do ensino público catarinense, culminando com as determinações do Regulamento da Instrução Pública de Santa Catarina (Decreto nº 585) expedido em 19 de abril de 1911; do Programa de Ensino para os Grupos Escolares e do Regimento Interno destas escolas, ambos expedidos dia 22 de abril de 1911 (Decretos nº 587 e 588) (SANTA CATARINA, 1911b; c). No mês seguinte, entre os dias 9 e 12 de maio de 1911 o Regulamento da Instrução Pública de Santa Catarina foi transcrito pelo jornal **O Dia**. Ainda que sem comentários e discussões dos redatores deste impresso acerca dos novos rumos do ensino público catarinense, é preciso considerar que a população estava sendo informada sobre esta determinação (**O Dia**, 09/05/1911, p.2; 10/05/1911, p.2; 11/05/1911; p.2 12/05/1911, p. 2).

Meses depois, o Decreto nº 614, expedido em 12 de setembro de 1911, autorizou o governo catarinense a criar os primeiros grupos escolares de Santa Catarina. Segundo esta determinação:

⁴⁸ Os alunos que concluíssem o terceiro ano das Escolas Isoladas poderiam requerer matrícula no quarto ano dos grupos escolares. Da mesma forma o aluno que concluísse a escola complementar poderia ser matriculado no último ano da Escola Normal.

⁴⁹ São estas regulamentações: SANTA CATARINA. Lei Nº 846 de 11 de Outubro de 1910. **Reformando o Ensino Público**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Horário e Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 588 de 22 de abril de 1911. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 597 de 8 de junho de 1911. **Nomeando o professor Orestes Guimarães para o cargo de Inspector Geral do Ensino Público**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 614 de 12 de setembro de 1911. **Creando os Grupos Escolares na Capital do estado e outros municípios**.

O Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado de Santa Catharina, no uso das suas attribuições, e de accordo com a Lei n. 846 de 11 de Outubro de 1910, resolve crear um Grupo Escolar nesta Capital, assim como um outro em cada uma das cidades de Joinville, Lages, Laguna, Blumenau e Itajahy (SANTA CATARINA, 1911e, p.101).

No interior nas cidades Lages, Laguna, Blumenau, Itajaí e Joinville, nesta última o Colégio [Escola] Municipal, rebatizado de Grupo Escolar Conselheiro Mafra, que, de fato, desde 1909 já havia tomado forma de um grupo escolar, embora sua denominação como tal tenha se efetivado apenas em 1911. Na capital catarinense foram implantados dois grupos escolares; o primeiro deles (segundo do Estado) foi o Grupo Escolar Lauro Muller, inaugurado em 1912, construído para servir de modelo aos demais grupos escolares de Santa Catarina e no ano seguinte foi inaugurado o Grupo Escolar Silveira de Souza.

Construídos nos principais centros urbanos do Estado⁵⁰ e, assim como em São Paulo, caracterizando-se como “típicas escolas urbanas” (SOUZA, 1998, p.89), os grupos escolares procuravam seguir em Santa Catarina o primado da visibilidade. Como escreveu Carvalho, enquanto signo da instauração da República, esta escola precisava “se dar a ver” e para tanto, era preciso dispor de prédios suntuosos e em localização privilegiada (CARVALHO, 2003, p. 23).

Mas, se prédios efetivamente suntuosos não foram muitos (HOELLER, 2009, p. 147), mesmo aqueles outros construídos ou reformados para abrigar os grupos escolares, deveriam contar com instalações que estivessem pelo menos em consonância com os preceitos apregoados pela higiene. Enquanto escola primária símbolo da nova ordem política-social, os grupos escolares faziam parte de um projeto de reordenamento e saneamento das cidades, que tinha por intuito engendrar o progresso e a civilização ao livrar as urbes das doenças e proporcionar condições de vida salubre aos seus moradores (SILVA, 2006; TEIVE, 2008).

No início da década de 1910, com o aumento da população escolar em todo o Brasil e a difusão de teses que apontavam os perigos do contágio, a escola e seus espaços eram responsabilizados pela propagação e transmissão de toda sorte de doenças que as crianças pudessem vir a desenvolver (ROCHA; MARQUES, 2006).

⁵⁰ Estava também previsto legalmente que a criação de grupos escolares aconteceria de maneira prioritária nas cidades em que dispusessem de prédios aptos para instalação destes estabelecimentos escolares (HOELLER, 2009, p. 36).

Espaços insalubres, falta de asseio, aglomeração de alunos em um espaço pequeno, materiais, métodos e mobiliários inadequados, a luz inapropriada e a falta de educação das pessoas em preceitos básicos de higiene no interior das instituições escolares concorreriam para proliferação e desenvolvimento de doenças e males prejudiciais à saúde infantil.

Publicado pelo jornal **O Dia**, de Florianópolis, no dia 6 de setembro de 1911 o artigo “O edifício escolar” enfatizava a necessidade de se seguir de perto as prescrições de higiene, de modo a tornar a escola um ambiente salubre e alegre, capaz de formar o homem são de amanhã. Não seguir esses preceitos implicaria em gravíssimas consequências:

Ora, uma sala cuja luz seja insuficiente e penetre de qualquer lado que não seja o esquerdo, cujas paredes sejam pintadas de cores quasquer; cuja capacidade não forneça seis metros cúbicos por aluno; cujos bancos-cadeiras obriguem a criança a uma posição forçada e anti-higienica; e que não seja alegre – é uma sala positivamente inadequada para uma escola, por isso que, em vez de preparar um homem são, com ar, qualidades preciosas para desenvolver as faculdades intelectuais, lança, sem exagero, nas pobres crianças os germens dessas tantas moléstias que as flagelarão por toda vida (**O Dia**, 06/09/ 1911, p. 1).

Miopia, surdez, deformação na espinha dorsal, estreitamento torácico, tuberculose, deaurastimia e *tics* nervosos seriam apenas algumas das inúmeras doenças contraídas no interior das escolas que não respeitavam as normas de higiene, segundo este jornal.

A atenção quanto à salubridade dos espaços escolares e as consequências nefastas que a falta de higiene (na construção e manutenção dos edifícios, mobiliários, materiais e etc.) poderiam causar nas crianças que os frequentavam foi amplamente discutida entre doutores e legisladores também em outros Estados brasileiros (BERTUCCI, 2013; 2014). Debatido entre médicos, educadores e legisladores, o estado sanitário das escolas primárias, imprescindível para manutenção da saúde de alunos e professores, foi inclusive tema abordado em teses defendidas na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo ao longo da década de 1920. Estas teses propunham meios de manter a higiene escolar, seja por meio da inspeção médica escolar ou ainda dos usos do mobiliário ideal (BERTUCCI, 2013).

Conforme assinalava o Secretário Geral do Estado de Santa Catarina, Caetano Vieira da Costa, em relatório apresentado no ano de 1912: “Sem hygiene e commoda installação, a escola não seduz a criança nem lhe incute no espírito, como é preciso, a noção do asseio, da ordem e do conforto que ella deve observar quando entrar nos combates pela existência.” (SANTA CATARINA, 1912a, p. 55). Preocupação constante no período, mais que ensinar, a escola deveria estimular a atenção das crianças, de modo que, para além de saber ler, escrever e contar pudessem assimilar novos hábitos correlatos a moral, ao patriotismo e a hygiene. Em estado sanitário inadequado, sem ventilação, sem mobiliário adequado ao corpo infantil, sem asseio e sem iluminação correta e abundante, a escola acabaria constituindo-se em ambiente desestimulante e fatigante, perigoso à saúde do corpo e da mente, e, deste modo, acabaria afastando os alunos. Seguindo esta perspectiva, no Paraná, segundo Bertucci (2014, p. 7), havia também a preocupação com a salubridade dos espaços escolares. Segundo o Secretário deste Estado, Enéas Marques dos Santos era preciso “[...] evitar o funcionamento de escolas em casebres que afugentam as próprias crianças” (SANTOS apud BERTUCCI, 2014, p. 129). Assim, ainda que modestas, as escolas primárias deveriam seguir no Paraná, como também em Santa Catarina, as normas de hygiene, de maneira que, para além de conservar a saúde das pessoas que as frequentavam, pudessem se constituir em espaços agradáveis e estimulantes à infância (além de saudáveis) o que, por conseguinte, manteria a presença constante dos alunos.

Neste sentido, o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1911, em seu Título I, Capítulo IX, dispunha sobre a Higiene Escolar, prevendo regulamentações para construção de edifícios salubres e manutenção constante do asseio no interior destas instituições. Cabe ressaltar que estas determinações do Estado de Santa Catarina eram iguais ao que dispunha o Regimento Interno dos Grupos Escolares de São Paulo (SÃO PAULO, 1904; Título, Cap. IX, Art. 34, 35, 36,37, p.459), quanto à hygiene escolar, coincidindo não apenas no que se refere ao texto, mas também ao número do título, capítulo, artigos e parágrafos. Este fato põe em destaque a importância de um modelo, neste caso o modelo paulista de escolarização, evidenciado também com a presença de Orestes Guimarães em solo catarinense. Entretanto, pode também indicar aplicações diferentes de uma mesma legislação, levando-se em consideração que em cada Estado há uma apropriação singular das determinações legais (ou seja, novos

significados são dados a estas determinações) de acordo com os costumes de cada sociedade em particular.

O Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina, assim como o de São Paulo, previa quanto à higiene escolar:

Art. 34º Nos grupos escolares deverão ser observados as seguintes prescrições relativas a hygiene escolar:

§1º – A disposição da mobília nas salas de aula terá por base a projecção da luz, de modo que os alumnos recebem-na principalmente do alto e do lado esquerdo;

§2º – As necessárias devem estar collocadas fóra do corpo principal do edifício;

§3º – As fôssas devem ser estanques e, si a agua potavel fôr de poço, importa que estes estejam afastados, quanto possível, daquellas;

§4º – durante o recreio e após a retirada dos alumnos, pelo menos, deverão ser abertas todas as janelas, afim de serem arejadas as salas;

§5º – o pavimento deverá ser lavado quinzenalmente com liquido antiseptico mais apropriado, e as paredes ao menos uma vez ao ano, preferindo-se para isso a epocha das férias;

§6º – a limpeza do assoalho será feita diariamente, sendo preferível aplicar um pano humido e varrer a secco;

§7º a desinfecção das necessárias será feita diariamente (SANTA CATARINA, 1911c, p. 8-9; SÃO PAULO, 1904, p.459)

Ainda no que diz respeito ao espaço físico era previsto que “[...] os pateos e recreios devem ser vastos, planos e perfeitamente limpos”. (SANTA CATARINA, 1911c, p. 11). Estas regras, acreditavam os legisladores, deveriam cumprir a função de evitar a proliferação de doenças contagiosas, bem como de exemplificar aos alunos, professores e funcionários dos grupos escolares os cuidados necessários com o asseio do ambiente, essencial à manutenção da saúde. A entrada de luz pelo alto e pelo lado esquerdo preferencialmente evitaria a projeção de sombras durante a escrita, o que, por consequência, inibiria o aparecimento de problemas relacionados à visão. Mais do que a manutenção da limpeza dos edifícios, esta normatização seguia de perto os preceitos apregoados por médicos e sanitaristas e para além de medida profilática serviria também como meio de educar a criança demonstrando as vantagens e os meios de se manter a higiene dos lugares e das coisas.

O Regimento Interno para os grupos escolares de Santa Catarina atentava, tal qual a legislação de São Paulo, aos perigos da propagação das mais diversas

doenças, dentro e fora destas instituições e dentre estas os da varíola. Por esta razão o regimento interno para os grupos escolares de Santa Catarina de 1911 recomendava: “Art. 35 – a vacinação, unico preventivo contra o contagio da variola, deve merecer toda attenção dos directores” (SANTA CATARINA, Art. 35 1911c, p.9).

Esta determinação não trazia explicita em seu texto a obrigatoriedade da vacina como requisito para que as crianças fossem matriculadas nos grupos escolares catarinenses, sendo esta condição explicitada anos depois, quando em 1914 novas regulamentações para estas instituições foram expedidas. Todavia, podemos conjecturar que a vacinação já era, em 1911, requisitada para matrícula de meninos e meninas nas escolas primárias. Anos antes, em 1905, já existiam prescrições e debates quanto à obrigatoriedade da vacina para os alunos que frequentavam estas instituições escolares. Acerca disso o jornal **O Dia**, em setembro de 1905 noticiava, em sua seção dedicada aos atos oficiais do poder executivo:

Ao Director da Instrucção Publica. – Recommendo-vos que providencieis no sentido de ser exigido dos pretendentes à matricula nas escolas primarias desta Capital, a prova de serem vaccinados, de accordo com o que dispõe o art. 2000, de 23 de outubro de 1896 e Resolução n. 1784 de 6 de dezembro de 1895 (**O Dia**, 02/09/1905, p. 2).

As resistências quanto a esta determinação eram também abordadas pelo mesmo ofício (que não era assinado):

Outrossim, convem apurar o que ha de verdade sobre um facto que trouxeram ao meu conhecimento, qual o de estar fazendo propaganda contra a vaccina na escola sob sua direcção o Sr. professor Luiz Pacífico das Neves, facto esse irregular e por tanto censurável, por quanto ser contrario às leis, vai de encontro com as determinações do governo (**O Dia**, 02/09/1905, p.2).

E determinava:

Ao mesmo professor, como aos demais de todo Estado, deveis recomendar que não impeçam em suas escolas ao vaccinador estadual ou municipal de vaccinar os meninos e meninas cujos paes não se opuserem a isto (**O Dia**, 02/09/1905, p.2).

Dias depois, em 5 de setembro de 1905, este mesmo jornal abordava as polêmicas discussões geradas a partir deste ato oficial. Segundo este impresso, o

jornal **O Correio do Povo**⁵¹ havia publicado um artigo, de autor anônimo, censurando a determinação do Secretário Geral do Estado de Santa Catarina de exigir nas escolas primárias públicas da capital o atestado de vacinação como condição para matrícula dos alunos que desejassem frequentá-las. Em resposta a esta atitude, o redator do jornal **O Dia** sai em defesa da obrigatoriedade desta medida profilática, uma vez que a regra era clara ao dispor que “[...] sempre que possível se exigirá que os alumnos das escolas publicas sejam vaccinados” (**O Dia**, 05/09/1905, p. 2). A exceção se daria nas cidades do interior, onde não houvessem nem vacinas e tampouco vacinadores disponíveis. Deste modo, não haveriam desculpas para não adesão da vacinação dos meninos e meninas que frequentavam as escolas da Capital, uma vez que ali existia uma Inspetoria de Saúde que não só oferecia este serviço gratuitamente como também o divulgava constantemente. Além disso, vacinar as pessoas seria a única medida eficaz para evitar o perigo constante do contágio da varíola.

O que fica evidente é que iniciativas das autoridades e debates da sociedade catarinense sobre a vacinação e sua obrigatoriedade para que as crianças pudessem ingressar nas escolas primárias públicas já vinham ocorrendo, ainda que com resistência da população, antes mesmo da implantação dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina.

No início da década de 1910, o número de pessoas que procuraram a vacina contra varíola, segundo o Inspetor de Saúde da capital, havia crescido entre os anos de 1910 e 1911, com a epidemia de alastrim (SANTA CATARINA, 1911g). Com sintomas idênticos ao da varíola, entretanto, mais brandos, esta moléstia causou receio entre as autoridades e a população levando à redistribuição das vacinas em cidades com maior índice de contágio no ano de 1912, segundo o Inspetor de Saúde do Estado, o doutor Joaquim David Ferreira Lima. Sobre isso afirmava:

No fim do anno passado, grassando com certa intensidade o alastrim em Porto-Bello, Itajay e Joinville, enviei para aquellas localidades grande numero de tubos de lympho vaccinica, por estar convencido de que a vaccina jenneriana⁵² é um poderoso meio prophylatico contra

⁵¹ Não foi possível saber onde este jornal foi publicado.

⁵² O doutor Edward Jenner pesquisou na década de 1770, a crença popular inglesa de que as pessoas que trabalhavam ordenhando vacas que estavam com uma doença de provocava úlceras na úbere do animal tornavam-se imunes a varíola, concluindo que aqueles que possuíam pequenos ferimentos nas mãos, chamados de “botões” ficavam imunizados da doença. Anos mais tarde

esta entidade morbida sobre cuja pathogenia ainda controversia. (SANTA CATARINA, 1912b, p.6).

Diante do temor quanto à epidemia de alastrim, os alunos do Grupo Escolar Lauro Muller, segundo este relatório, haviam sido vacinados no ano de 1912. Acerca deste assunto, o jornal **O Dia** em 29 de janeiro de 1911 esclarecia a população com a seguinte notícia:

O notavel clinico dr. Ribas, director de Hygiene do Estado de S. Paulo, conforme noticiamos, publicou extensa e brilhante monografia demonstrando qui a epidemia aqui reinante, que dava o nome de Varicela, é o Alastrim.

Essa opinião foi aceita pelo corpo medico paulista e pelo dr. Henrique Chenand, digno Inspector de Hygiene neste Estado, ao estudar os casos ultimamente ocorridos em Joinville. (**O Dia**, 29/01/1911, p.1)⁵³.

Para além das discussões advindas do campo médico sobre a nomenclatura e natureza desta doença, o que fica evidente é que através do jornal, meio de circulação de idéias, uma perspectiva é validada por meio da palavra de autoridades sanitárias não apenas do Estado, mas também de São Paulo, modelo de instrução pública e possivelmente de salubridade para Santa Catarina.

É preciso ressaltar que as vacinas eram de fato fornecidas as municipalidades, como pode ser observado através da nota oficial publicada pelo jornal **O Dia** em 4 de abril de 1911: “Ao Sr. Inspector de Saude – Remettendo uma caixinha de tubos de lymphas vacinas do Instituto Vaccinico Municipal do Rio de Janeiro” (**O Dia**, 04/04/1911, p. 3). Todavia, o Inspetor de Saúde da capital relatava dificuldades quanto ao seu fornecimento nas cidades catarinenses e sugeria a criação de um Instituto de vacinação no Estado.

Do Instituto de Vacinação do Rio, tem vindo mensalmente um pequeno numeros de tubos de lymphas, que tenho remetido para os municipios, quando solicitam. Mas é preciso dizer que, maior parte

chegou-se ao processo de vacinação anti-varíolica jennneriana que constituía-se na inoculação da vacina animal (cowpox) em uma pessoa, que depois de alguns dias fornece o pus vacínico extraído diretamente de seu braço a outra e que repete o procedimento 8 ou 9 dias depois, vacinando outras pessoas (BERTUCCI, 1997, p. 50)

⁵³ Na década de 1910, o alastrim foi tema de intensa discussão na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (seria varíola ou outra doença?). O médico Emílio Ribas defendia a tese que o alastrim era entidade mórbida diferente da varíola, tese que perdeu força ao longo dos debates. Cf.: TEIXEIRA, 2007, p. 227-257.

delles, pedem a lympho ao Instituto de S. Paulo, que realmente dá melhores resultados. Penso que seria de vantagens ao Estado ter um pequeno instituto vaciogenico; desta forma podia-se ter vaccinas sufficientes e que seja distribuída pelos municipios (SANTA CATARINA, 1911g, p. 1-2).

Apesar destas considerações, o Inspetor de Saúde da Capital afirmava ser insatisfatório o numero de pessoas que procuravam a vacinação como medida profilática (SANTA CATARINA, 1911g). A escassa procura pelo serviço de vacinação, denunciada pelo Inspetor de Saúde nos anos de 1910, a acusação ao professor que, diziam, propagandeava contra a vacina, a censura publicada e debatida na imprensa ao ato legal de exigir a vacinação para aceitação da matrícula das crianças nas escolas primárias ou ainda a necessidade de se enfatizar esta determinação para que fosse garantido seu cumprimento ao ser publicada em nota oficial no jornal, evidenciam a resistência da população catarinense em aderir a esta medida profilática, que ao que indicam as fontes, perdurou por alguns anos.

Ainda que não possamos chegar a respostas conclusivas quanto ao porque desta resistência podemos conjecturar algumas razões. Alvo de contradições entre os próprios médicos, a vacina era acusada, dentre outras coisas de transmitir de fato a varíola e/ou de agravar seus efeitos ou ainda de ser responsável pela transmissão de outras enfermidades, como a sífilis (BERTUCCI, 1997; CHALHOUB, 1996). Talvez, também em Santa Catarina, essas perspectivas estivessem presentes na sociedade. Sendo assim, o professor Luiz Pacífico das Neves, em 1905, pensava estar ajudando seus alunos ao fazer propaganda contra a vacina (Seria simpatizante do positivismo, por isso combatia a vacinação? Não sabemos⁵⁴). Restava às autoridades catarinenses coibir este tipo de atitude e lançar mão de estratégias capazes de levar as pessoas a se vacinarem. Deste modo, recomendar e falar das vantagens da vacina nos grupos escolares catarinenses ou alardear a presença de alunos vacinados e sadios nestas escolas poderia servir de incentivo para que familiares de alunos, de todas as idades, também se vacinassem.

⁵⁴ Como escreveu Bertucci, sobre a questão da vacinação antivariólica, “embates existiram em diversas cidades brasileiras: indivíduos que se rebelavam, por convicção filosófica (no direito de propriedade e na liberdade individual), preceitos morais (proibiam o contato com mulheres e crianças de suas casas), discordância dos métodos científicos [como vários positivistas] ou desconfiança de medidas proclamadas como imprescindíveis para manutenção da saúde” (BERTUCCI, 2011, p.6). Exemplo de ação de positivistas: Bertucci, 1997, p.48-58.

Além da varíola, o perigo constante de epidemias e possibilidades de se contrair doenças contagiosas, dentro e fora dos grupos escolares, punha as autoridades em alerta prevendo medidas que pudessem evitar a proliferação destas moléstias. Assim o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina previa que:

Art. 36 – os alumnos que contraírem moléstia contagiosa ou repugnante, deverão ser retirados do estabelecimento até cessarem as causas que motivaram tal medida;

Parágrafo único – Os directores que tiverem conhecimento de que faltas consecutivas dadas por algum alumno, provem de molestia suspeita deverão communicar esse fato a auctoridade sanitária (SANTA CATARINA, 1911c, p. 9).

O Regimento também determinava que em casos de epidemias nas proximidades da instituição o diretor do grupo escolar deveria comunicar ao Secretário Geral o seu fechamento (SANTA CATARINA, 1911c, p. 9). Estas medidas tinham a explícita intenção de evitar a transmissão de moléstias e eram julgadas essenciais para manutenção da saúde, começando pelas pessoas que frequentavam os grupos escolares, locais que deveria ser exemplos também no quesito prevenção às doenças, notadamente as contagiosas.

Construído para servir de modelo aos demais grupos escolares estaduais, o Grupo Escolar Lauro Muller, segundo as autoridades governamentais, seguia rigorosamente em seu edifício as prescrições de higiene, respeitando as normas do Regimento Interno dos Grupos Escolares. O Secretário Caetano Vieira da Costa descrevia assim a construção desta instituição:

Sem exagero póde-se dizer magnífica a installação deste grupo. Situado no centro da cidade, em terreno elevado, batido de luz por todos os lados, de uma architectura simples mas elegante, dispondo de oito confortáveis salas para aula, sendo duas em pavilhões separados, de dois gabinetes para o director e professores, um para o museu, galpão de abrigo, áreas para recreio, canalização d'agua em todos os compartimentos, boas installações hygienicas, etc., este estabelecimento está nas condições de ser adoptado como typo para os demais que devam ser construídos no Estado. (SANTA CATARINA, 1912a, p. 62)

Entretanto, não obstante estas determinações, problemas não tardaram. Em 12 de fevereiro 1913, um ofício expedido pela Secretaria Geral mandava punir o

servente do Grupo Escolar Lauro Muller com suspensão de oito dias. O motivo era a falta de asseio e cuidados com a higiene do prédio, que teria causado má impressão no Governador do Estado Vidal Ramos em sua visita a este Grupo Escolar. No dia seguinte, outro ofício mandava revogar a pena aplicada ao servente e aplicá-la ao porteiro, justificando que a manutenção do asseio no interior do estabelecimento escolar seria de responsabilidade deste.

Afinal, de quem seria a responsabilidade pela conservação da higiene do edifício escolar? Segundo o Regimento Interno para os Grupos Escolares, ao servente caberia não somente a limpeza das instalações como também este estava sujeito a receber ordens do porteiro, que o auxiliaria na limpeza do prédio. Deste modo, quando até mesmo aqueles que deveriam primar pelo conhecimento do Regulamento (as autoridades estaduais) pareciam confundir-se, ficava difícil difundir regras de comportamento e atividades entre funcionários que deveriam não apenas executá-las, mas prezá-las, pois eram consideradas benéficas para a saúde de todos.

Podemos ainda inquirir sobre quem eram estes funcionários, o servente e o porteiro do Grupo Escolar e de onde vinham. O servente, cuja única exigência era a necessária força física, provavelmente tinha pouca ou nenhuma instrução e possivelmente vivia entre as regiões mais pobres da capital. Lugares estes onde os costumes, considerados pelos médicos e governantes catarinenses como avessos à boa higiene, ainda perduravam (TEIVE, 2008; ARAÚJO, 1989). Assim, sua experiência cotidiana poderia intervir diretamente sobre seu trabalho no Grupo Escolar, ao considerar, por exemplo, desnecessários tantos cuidados com a manutenção do asseio do prédio, mobiliários e materiais escolares, função esta de responsabilidade sua.

Não podemos perder de vista que, apesar de o Regimento Interno para os grupos escolares catarinenses prescrever ao porteiro e ao servente tarefas, em sua maioria, relacionados ao asseio e manutenção destas instituições, estes cumpriam também uma função educativa (ainda que não de maneira direta e explícita como professores e diretores) ao, por exemplo, demonstrar a importância e os meios corretos de se manter limpo os ambientes ou ainda chamando a atenção das crianças para a higiene dos objetos e espaços escolares.

Sobre este contexto de implantação dos grupos escolares no Estado, o mobiliário, sobretudo a carteira (que já havia merecido atenção particular de Orestes Guimarães em Joinville), era alvo preferencial de determinações legais. Figurando também como objeto do saber médico, a mobília escolar, caso não seguisse as prescrições dos doutores, seria, tal qual os edifícios escolares, causadora das mais diversas moléstias e, portanto, prejudicial à saúde da criança. Grande responsável pela manutenção da postura correta do aluno, postura esta que evitaria males físicos e também colaboraria com o rendimento escolar (diminuindo os riscos de problemas de visão, por exemplo), a carteira escolar seria inclusive tema de tese na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo no início da década de 1920. Estas teses defendiam que a carteira, dependendo de suas dimensões (altura, largura, distância) poderia prejudicar a postura do aluno ao realizar a lição, culminando no aparecimento de males tais como problemas de coluna, de visão e por consequência prejudicaria gravemente o rendimento escolar. (BERTUCCI, 2013, p. 229-231).

Com materiais e mobiliários escolares adquiridos em parte no Estado de São Paulo e em parte nos Estados Unidos (SANTA CATARINA, 1911a), o governo catarinense procurava seguir determinações do Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado, de 1911, que previa:

Art. 8. A mobília escolar constará do que for determinado pelo Secretario Geral, com previa indicação do Inspector Geral, devendo sua construção ter por base modelos que mais facilitem a inspecção, a responsabilidade individual do alumno e a satisfação dos preceitos hygienicos (SANTA CATARINA, 1911c, p. 4)

Em 1912, o Secretário Geral Caetano Vieira da Costa escreveu em seu Relatório, acerca dos materiais e mobiliários existentes no Grupo Escolar Conselheiro Mafra, de Joinville:

Todas as classes estão providas com carteiras individuais << Triumph>> importadas da America do Norte, bem como material didactico necessário ao desenvolvimento dos respectivos programmas.

N'este grupo, como nos demais, á par das hygienicas carteiras do systema acima referido, ainda existe mobiliário adequado aos

serviços escolares, confeccionados em typo uniforme para os grupos [...] (SANTA CATARINA, 1912a, p. 62).

Mas, o professor João dos Santos Areão, diretor em 1912 do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, de Laguna, escreveu em suas memórias sobre dificuldades que o texto oficial poderia muitas vezes escamotear:

[...] arrumar um grupo escolar com onze dependências, tendo cada compartimento o material preciso para que não houvesse embaraço no trabalho a ser executado, não é tão fácil, levando-se em conta que mesmo as salas de aula em número de oito eram diferentes, tanto na altura das carteiras para atender a idade das crianças, como no material auxiliar de ensino (AREÃO, 197?, p. 112)

Neste sentido, considerando as informações positivas do Inspetor Geral ou o relato sobre as dificuldades do professor Areão, o que fica evidente é que determinações higiênicas prescritas no Regimento dos Grupos Escolares balizam observações e considerações sobre a materialidade (materiais, mobiliários, edifícios) nestes estabelecimentos. Todavia, isto não era o suficiente, para além da salubridade de espaços e materiais, era preciso educar os corpos das crianças, ensinando-lhes e prescrevendo-lhes condutas, hábitos e saberes.

Segundo o governador Vidal Ramos, em Mensagem enviada ao Congresso catarinense em 1911:

O Brazil, mais do que qualquer outra nação, precisa seria e desveladamente cuidar da educação de seu povo.

As influencias geographicas e históricas e os poderosos factores ethnicos geraram a apathia, a falta de iniciativa e o desanimo, que são na phrase de um escriptor pátrio, as características do povo brasileiro, considerado como typo sociológico.

E' a instrucção, que deve ser uma verdadeira educação, como o querem todos os pedagogistas e estudiosos do assumpto, que incumbe a tarefa de attenuar e eliminar aquellas taras que tanto amollecera e entibiaram o caracter nacional, cuja peor feição, um sabio filho da allemanha apontou na "negação do trabalho regular" (SANTA CATARINA, 1911g, p. 7)

Esta fala de Vidal Ramos evidencia os intuitos da reforma empreendida durante seu governo. A regeneração da nação perpassava nesta ocasião também a regeneração da população catarinense. Nacionalizar e higienizar (também a raça) para civilizar era missão da instrução pública de Santa Catarina.

Nesta conjuntura, a higiene perpassa os primeiros tempos da reforma no ensino público de Santa Catarina levada a cabo por Orestes Guimarães no ano de 1911 e, portanto, permeia também a criação dos primeiros grupos escolares catarinenses, notadamente a construção de prédios salubres, materiais e mobiliários considerados higiênicos, além de pedagógicos. Entretanto, foram nas regulamentações seguintes, expedidas a partir de 1914, ainda sob a direção de Orestes Guimarães, que a higiene ganha maiores repercussões. São essas determinações legais posteriores a 1911 o foco do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

**A HIGIENE NOS E PELOS GRUPOS ESCOLARES CATARINENSES A PARTIR
DO REGIMENTO INTERNO E DO PROGRAMA DE ENSINO DE 1914**

3.1 A HIGIENE DOS EDIFÍCIOS, ESPAÇOS E MATERIAS NA LEGISLAÇÃO ESCOLAR CATARINENSE

Os espaços escolares, segundo Vidal e Faria Filho (2000), enquanto elementos constituintes dos próprios processos de ensino atuam em sua materialidade como discursos que estabelecem significados, valores e um conjunto de aprendizagens sensoriais, motoras, bem como instituem símbolos estéticos, culturais e ideológicos. No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a construção de prédios específicos para escola significou também novas relações com o corpo e com as aprendizagens (VIDAL; FARIA FILHO, 2000). Os edifícios escolares, em suas múltiplas relações tais como sua relação com a cidade, espaços destinados a cada processo educativo (espaços para ensinar e aprender, para brincar, para praticar exercícios físicos e etc.), disposição de moveis e objetos em salas e corredores objetivam, mais do que manter a saúde das pessoas, educar os corpos dos alunos que frequentam estas instituições, produzindo experiências corpóreas e sensoriais (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009).

Partícipe também do rol dos temas discutidos por médicos, educadores e sanitaristas, os espaços escolares deveriam cumprir a função de salvaguardar a saúde das pessoas e de educar nos preceitos de higiene. Para tanto, fazia-se imperioso que os prédios destinados às escolas pusessem em prática os preceitos higiênicos apregoados pelos doutores na época, uma vez que sem o exemplo de nada adiantaria o ensino dos preceitos básicos de higiene. Como escreveu anos mais tarde o médico catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, em sua tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, expressando tese que permeava debates nacionais que aconteciam há anos em diferentes partes do Brasil:

[...] está intimamente ligado à questão da educação hygienica, o facto de preparar o ambiente em que o alumno exercerá sua actividade, em conseguil-o de tal modo que não possa haver discordância entre o meio e aquillo que se ensina. Não seria concebivel alguma cousa se objetivasse da educação e da instrucção hygienicas, que algum resultado satisfatorio se chegasse com esse trabalho importantissimo de se habituar as creanças às praticas de saúde, si a escola não pudesse impressionar pelo seu asseio, pelas suas installações sanitárias, pelo seu conjunto hygienico, si o próprio alumno observando, pudesse surprehender (sic), apontar um único

ponto em desacordo com os princípios ministrados (CABRAL, 1929, p. 105).

Embora presentes desde 1911, as prescrições de higiene para os grupos escolares catarinenses ganham maiores desdobramentos nos anos seguintes. No ano de 1913, por força da Lei nº 967 de 22 de agosto (SANTA CATARINA, 1913a) ficava autorizada a revisão do Regimento, culminando em 1914 em um novo Regimento Interno para os Grupos Escolares (SANTA CATARINA, 1914a) e em um novo Programa de Ensino (SANTA CATARINA, 1914b) para estas instituições, ambos expedidos no dia 2 de maio do ano seguinte. Cabe evidenciar que estas novas regulamentações já não eram cópias das determinações para os grupos escolares paulistas, como ocorreu anos antes com as primeiras legislações escolares em 1911, o que traduzia de maneira evidente, porque na própria redação do texto legal, além da circulação, a apropriação/adequação de um modelo escolar de acordo com as especificidades da sociedade catarinense⁵⁵.

Apesar de manter os princípios apregoados por Orestes Guimarães e pelo governo de Santa Catarina nos dois primeiros anos da década de 1910 e de conservar muitas destas determinações praticamente inalteradas é possível observar maior ênfase no que tange às normatizações voltadas à higiene. Deste modo, os aspectos higiênicos, que já haviam merecido atenção no Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1911, contando nesta época com um capítulo que dispunha acerca da higiene e asseio escolar, além de permear o novo Regimento de 1914 passa a contar também com um Título próprio, dividido em três Capítulos, o primeiro deles intitulado “Da hygiene do prédio e do material escolar”; os outros eram “Da hygiene dos alunos” e “Das moléstias”. Três facetas da mesma questão: a saúde, a partir do espaço e das coisas da escola, de sua materialidade (SANTA CATARINA, 1914b, Título XV, Capítulos, I, II, III, p.86 - 89).

Procurando seguir de perto princípios relacionados aos espaços escolares, e que seriam bem traduzidos nas palavras de Cabral em 1929, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina expedido em 1914, previa regras para construção e manutenção de edifícios salubres destinados a abrigar os grupos escolares catarinenses. Localização, terreno e solo adequados, iluminação, medidas corretas para salas de aulas, gabinetes, galpões, pátios, porões e etc., dimensões

⁵⁵ Mudanças na legislação escolar paulista não foram localizadas neste período.

dos mobiliários, tintas e cores ideais para as paredes, janelas e portas, nenhum detalhe escapou a esta nova regulamentação.

A localização ideal dos grupos escolares catarinenses foi também alvo de prescrições. Assim, Regimento Interno de 1914 determinava a escolha de “[...] boa localização e orientação, de modo a garantir aos alunos: o ar puro e salubre, para o que nas construções serão evitados os lugares baixos e húmidos” e deveriam ocupar “[...] mais ou menos a parte central da cidade;” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 330, p.86).

Assim, mais que oferecer a instrução elementar aos pequenos catarinenses, os grupos escolares deveriam compor um cenário salubre, atentando inclusive para o seu entorno. Deste modo, deveriam ser construídos longe de tudo que pudesse ser considerado sujo, ruidoso e insalubre e, portanto, precisavam permanecer afastados de locais tais como hospitais, fábricas, quartéis, prisões, cemitérios, estábulos, cocheiras e de ruas agitadas. Ao se referir ao discurso médico para as escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX, Rocha (2005) afirma:

Participando da constituição da escola como lugar de ensino, o discurso médico-higienista define uma localização para escola na cidade, propõe modos de organização do espaço escolar e, ao mesmo tempo busca instituir uma dimensão educativa para este espaço. Quanto a localização da escola, inúmeras interdições enunciadas visam produzir um afastamento em relação às fábricas, oficinas, igrejas, estações de trem, quartéis, prisões, hospitais, cemitérios, estábulos e cocheiras. Distante dos ruídos e das exaltações, do mundo do trabalho, da doença e da morte, a escola vai sendo pensada enquanto lugar de silêncio, atenção e, sobretudo, enquanto lugar de saúde. (ROCHA, 2005, p. 95).

Em Santa Catarina as determinações expedidas no ano de 1914 para os grupos escolares observavam também estas regras. Cabe evidenciar que estas instituições faziam parte de um projeto estadual que tinha por intuito o reordenamento e o saneamento das urbes (SILVA, 2006; TEIVE, 2008). No Paraná, Estado vizinho a Santa Catarina, a salubridade dos prédios destinados a abrigar os grupos escolares mereceu também atenção das autoridades e foi objeto de prescrições governamentais. Observando as normas pedagógicas e higiênicas as regulamentações paranaenses, semelhante ao Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914, orientavam quanto aos edifícios escolares

que fossem construídos preferencialmente na parte central das cidades, com fácil acesso e longe de fábricas, locais ruidosos e lugares insalubres (BERTUCCI, 2014; PYKOSZ, 2007).

Segundo Souza, os grupos escolares do Estado de São Paulo foram construídos nos principais centros urbanos ocupando lugar de destaque ao lado de instituições tais como igrejas, correio, coletoria e Câmara Municipal, de modo que estas instituições puderam sintetizar o projeto republicano de modernização da instrução pública: “convencer, educar, dar-se a ver!” (SOUZA, 1998, p. 121). Santa Catarina seguiu também neste item o molde paulista. Erguidos nas regiões centrais das principais cidades do Estado, os sete primeiros grupos escolares inaugurados entre os anos de 1911 e 1913 no início da reforma dirigida por Orestes Guimarães, estavam destacados no cenário citadino, dando, pois, visibilidade a um dos projetos mais caros aos republicanos catarinenses, a modernização da instrução pública (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

Com exceção do grupo escolar Silveira se Souza, segundo da capital, que ficava localizado no bairro Praia de Fora, região residencial composta por chácaras e habitada por pessoas de alto poder aquisitivo (talvez o motivo para a exceção), todos os outros seis grupos escolares foram erguidos nas regiões centrais das principais cidades catarinenses. O Grupo Escolar Lauro Muller, construído para servir de modelo aos demais, estava localizado no centro de Florianópolis próximo a Catedral Metropolitana e ao Palácio do Governo. Em localização privilegiada, esta instituição seria representação da modernidade da instrução pública catarinense e ao lado de edifícios modernos e higiênicos compunha um cenário urbano considerado salubre, e, portanto, essencial à saúde das pessoas e ao progresso almejado pelos republicanos catarinenses.

Além da localização nas cidades, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914 trazia também orientações para construção dos edifícios escolares, referindo-se ao tipo de solo adequado, iluminação abundante e correta, aspectos do prédio e etc. Em seu título XV, que tratava da higiene escolar e em seu primeiro capítulo referente ao prédio e material escolar, o regimento previa que:

Art. 330 – A hygiene repousará sobre os princípios abaixo:
[...]

2. – bastante luz;
3. - construção em terreno calcareo ou arenoso;
4. – boa exposição, de modo que as paredes do edificio recebam directamente os raios solares;
5. – aspecto risonho, porém, modesto, sóbrio e sem ornamentos, cornijas etc.;
6. – ajardinamento da frente e arborização das áreas dos recreios; (SANTA CATARINA, 1914a, p. 86).

Assim, a edificação dos grupos escolares catarinenses em locais elevados seria favorável à circulação do ar, puro e salubre, essencial para manutenção da saúde, além de evitar inundações, no entanto, serviria também para por em destaque no cenário urbano o modelo ideal da moderna escola republicana. O terreno sem umidade evitaria inundações e a proliferação de parasitas capazes de transmitir a alunos, professores e funcionários dos grupos escolares moléstias como a ancilostomíase. A boa iluminação (que preveniria problemas de visão, por exemplo) e a arborização dos pátios (que concorreria para manter o ar puro e salubre) eram orientadas pelos doutores como medidas essenciais para manter a salubridade dos edifícios.

As prescrições quanto à construção higiênica dos grupos escolares de Santa Catarina não se resumiam aos seus aspectos exteriores. Afinal, como escrevera o governador Vidal Ramos no ano de 1914 “Em predios sem ar, sem luz, sem hygiene, a escola jamais deixará de ser o terror das creanças” (SANTA CATARINA, 1914c, p. 147-8).

As salas de aula eram os espaços nos quais alunos e professores passavam a maior parte do dia nas horas em que frequentavam os grupos escolares e, por esta razão, deveriam estar em consonância com os preceitos de higiene. As medidas precisavam ser minuciosamente calculadas, para permitir a circulação do ar, evitando a aglomeração de crianças em espaços inadequados e, por conseguinte, evitando também o contágio das mais diversas doenças. As janelas também deveriam dispor das medidas necessárias para permitir a circulação do ar e a entrada de luz abundante vinda do ângulo certo e as paredes precisavam ser pintadas com cores sóbrias, uma vez que as cores vibrantes além de prejudicar a visão fatigariam a mente infantil, o que prejudicaria o rendimento escolar. Para as salas de aula o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina previa que:

Art. 330 [...]

8. – as salas de aula devem de preferencia occupar o pavimento terreo;

9. – o pavimento terreo deve estar de 1 a 2 metros acima do sollo;

10. – as salas devem ter a disposição de um rectangulo de 10m X 7m X 5 m, de modo que cada alumno disponha mais ou menos de 1m. 40 de superfície e 6 à 7 m de ar, por hora, devendo, para tal, cada sala, no máximo, conter 50 alumnos;

11. – a superfície total das janellas, deve, mais ou menos, se igualar a quarta parte da superficie da sala;

12. – as paredes internas devem ser caiadas, de cor amarellada ou esverdeada, com barras de 0m. 40 pintadas a oleo; (SANTA CATARINA, 1914a, p. 86).

Entre os espaços escolares a sala de aula mereceu especial atenção dos doutores (PAIVA, 2013; ROCHA, 2005). Devendo ter o formato retangular preferencialmente, o que facilitaria a visão dos alunos e a disposição das carteiras; precisava permitir que a voz do professor chegasse ao fundo da classe sem prejudicar sua saúde vocal. As salas de aulas deveriam ser projetadas e as carteiras dispostas de modo que garantissem a atenção das crianças nas tarefas escolares. (PAIVA, 2013. SOUZA, 1998). Era preciso tanto manter a saúde de professores e alunos, quanto garantir a eficiência nos estudos.

As classes precisavam ainda contar com a iluminação correta e abundante. Assim, o Regimento Interno para os Grupos Escolares de 1914 previa, repetindo a determinação de 1911, que nas salas de aula a luz deveria vir do lado esquerdo, evitando a projeção de sombras durante a escrita (para os destros) inibindo o aparecimento de males físicos. Esta regulamentação orientava também, que: “a quantidade de luz em cada sala deve ser abundante, porem inofensiva, para o que, os directores ensinarão aos empregados o uso dos transparentes⁵⁶” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 330 p. 87).

No Paraná, as determinações quanto às salas de aula destas instituições eram semelhantes às regulamentações catarinenses. Em formato retangular, as salas de aula dos grupos escolares paranaenses deveriam permitir uma distância mínima de 1 metro e 20 centímetros por aluno, de modo que o ar pudesse circular,

⁵⁶ É possível que os transparentes mencionados pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914 fossem uma espécie de cortina, feita com tecido firme e resistente, mas que permitisse a entrada de luz (não do sol) sem prejudicar a visão de alunos e professores. Era orientado que os transparentes fossem suspensos nos dias de chuva, com a finalidade de evitar respingos pelas venezianas (SANTA CATARINA, 1914a. Art.20, p.12).

bem como janelas largas, altas e numerosas, com ao menos um quarto do soalho (PYKOSZ, 2007; BERTUCCI, 2014). Neste sentido, diferenças sutis entre estas determinações podem demonstrar a presença de um mesmo modelo de escola pública primária, ainda que com as especificidades de cada local, bem como a preocupação com a salubridade dos lugares destinados a abrigar escolas primárias, discussão recorrente na época em todo território nacional.

Aos demais espaços que compunham os grupos escolares catarinenses também foram prescritas regras de salubridade para sua construção e manutenção. Assim, estas determinações atentavam para a conservação do asseio em seus mais diversos espaços, tais como porões, gabinetes, aparelhos sanitários, galpões e etc. Era previsto por esta regulamentação que:

Art. 330 [...]

- 13. – o porão deve ser estanque e bastante ventilado;
 - 14. – nos corredores e nos galpões de cada secção, devem existir, convenientemente dispostos, pelo menos 5 lavatórios;
 - 15. – os aparelhos sanitários (dejectorios e mictorios) devem estar separados do edificio e diariamente lavados e desinfectados;
 - 16. – o numero de dejectorios deve ser calculado na proporção de um para 40 alumnos;
 - 17. – os gabinetes devem ser separados por paredes que subam do solo ao tecto;
 - 18. – as portas e janellas dever de preferencia abrir para fóra;
 - 19. – os mictorios devem ser independentes dos dejectorios;
 - 20. – os galpões de abrigo devem ser de 20m X 10m X 8m;
- [...] (SANTA CATARINA, 1914a, p. 87).

O Regimento Interno dos Grupos Escolares catarinenses determinava ainda, em seu Título I referente à organização destas instituições que dentre as acomodações deveria ser construído “um galpão de abrigo para cada secção, em cada um serão installados privadas hygienicas, lavatórios e mictorios no da secção masculina” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 5 p. 8).

Estas regras destinadas à construção dos grupos escolares em Santa Catarina tinham como intuito a edificação de prédios salubres, bem como a conservação do asseio o que, por conseguinte, garantiria a manutenção da saúde das pessoas que os frequentavam, colaborando para que estas fossem educadas

sobre o valor de locais limpos e adequados à realização de necessidade corporais e práticas higiênicas, como lavar as mãos depois de usar a privada.

Todavia, não obstante estas determinações, o Inspetor Escolar Altino Flores encontrou no ano de 1917 problemas estruturais no Grupo Escolar Jerônimo Coelho. Apesar de afirmar em seu relatório de inspeção escolar que a conservação do prédio e materiais era realizada cuidadosamente, problemas de ordem estruturais eram gritantes. O grupo escolar que havia sido inaugurado em 1912 já necessitava de nova pintura e reformas. Ademais o prédio apresentava rachaduras, em especial na seção masculina. Segundo Altino Flores, o construtor e o engenheiro responsáveis pela edificação explicavam que a origem das fendas que se multiplicavam nas paredes desta instituição:

[...] provem do abatimento que o edificio tem soffrido daquelle lado e provavelmente [continuará a] ocorrer, visto o terreno que assentaram os alicerces não apresentavam solidez necessaria, porquanto ali existia uma fonte, cujo lençol d'agua, que naturalmente ainda alaga o sub-solo (SANTA CATARINA, 1917b, p. 7-8).

Entre o prescrito de maneira ideal e o realizado havia uma diferença que por vezes começa na própria escolha (marcada por outros interesses? Ação precipitada ou incompetência?) do próprio terreno no qual seria edificado o prédio escolar, ele próprio alvo da ação do tempo e dos homens. É preciso ainda evidenciar que as prescrições detalhadas sobre o prédio escolar foram promulgadas no Regimento de 1914, ou seja, depois da construção dos sete primeiros grupos escolares.

A conservação e os cuidados indispensáveis com o asseio dos espaços escolares também compuseram uma série de normas expostas neste Regimento de 1914. Era preciso que o ambiente escolar fosse capaz de exemplificar, por meio dos cuidados com a sua higiene, as regras de asseio que as crianças deveriam seguir em seus lares, nas ruas e posteriormente na vida adulta, regras estas essenciais para saúde. Neste sentido, o asseio do ambiente era imprescindível para evitar a proliferação de doenças e cuidar da saúde das pessoas que frequentavam estas instituições. Assim, os procedimentos corretos eram detalhadamente descritos pelo Regimento Interno, em seu Título I, Capítulo II que no Artigo 20 dispunha acerca do material escolar. Era assim determinado:

Art. 20. – o director deverá pessoalmente fiscalizar a execussão das medidas abaixo, guiando o porteiro e o servente, quanto a execussão das mesmas:

1. – que mensalmente o porteiro e o servente passem oleo de linhaça no mobiliário (carteiras, armários, cadeiras, estrados, cabides, porta-alterres, bastões, paralela, cavalletes, trampolim e etc.) para o que, de antemão, tal material deverá ser limpo com panno secco de depois panno humido;
2. - que as lavagens mensaes dos compartimentos sejam feitas com pannos molhados, com água e creolina, não sendo permitido o emprego da potassa, por destruir o verniz dos moveis e o oleo das barras;
3. – que na limpeza diaria dos quadros negros, após a terminação das aulas, não seja permittido o uso do sabão, potassa ou álcool, devendo apenas ser empregado panno humedecido⁵⁷;
4. – que as lavagens sejam procedidas com cuidado, evitando-se os respingos d'agua servida, pelas paredes; (SANTA CATARINA, 1914a, p. 12).

Os cuidados com o prédio e material escolar receberam determinações específicas para o período de férias:

Art. 20. [...]

7. – durante o período das férias as janellas do estabelecimento se conservem abertas durante cinco horas, em um dia de cada semana;
- 8.- que os transparentes sejam retirados e guardados com as molas desandadas, durante as férias⁵⁸;
9. – que no dia a que se refere o nº7 deste artigo o porteiro e o servente se conservem no estabelecimento procedendo o asseio do mesmo. (SANTA CATARINA, 1914a, p. 12).

Além destas orientações, as janelas das salas de aula deveriam ser abertas todos os dias durante os recreios e depois do término das aulas (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 20, p. 12). Esta medida visava melhorar a circulação do ar, essencial para manter a saúde de todos. Apesar destas regras, cujo detalhamento indica o quanto eram instrutivas e procuravam educar, o professor João dos Santos Areão relata em suas memórias que ao assumir o cargo de diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos localizado na cidade de Lages, em sua primeira reunião com professores e funcionários, realizada em 1917, observou que a instituição apresentava “senões” quanto ao asseio do prédio (AREÃO, 197?, p.164).

⁵⁷ Este artigo também proibia expressamente o uso de compassos com pontas de ferro nos quadros negros, a fim de evitar riscos e marcas permanentes, o que poderia atrapalhar o trabalho futuro do professor.

⁵⁸ Sobre os transparentes veja nota número 55 desta dissertação.

O professor Areão (197?) relata ainda desentendimentos com o porteiro Virgílio (o sobrenome não foi informado) do Grupo Escolar Vidal Ramos quanto à manutenção da higiene, funcionário que, segundo Areão, levava informações sobre o que ocorria na instituição a um amigo alfaiate e recebia deste sugestões sobre como atuar na escola⁵⁹. O Regimento Interno dos grupos escolares de Santa Catarina previa que “nas salas de aula e nos corredores devem existir escarradeiras e estas devem ser lavadas, diariamente, n’agua fervendo” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 330, p. 87). Entretanto, relata Areão (197?, p.165), com detalhes, que o porteiro Virgílio havia se recusado repetidamente a limpar este objeto. Não podemos perder de vista que o relato do professor Areão trata-se de memórias escritas anos após sua atuação nesta instituição e, portanto, são perpassadas por subjetividades e emoções. Como escreveu Burke:

[...] a memória individual é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e de observar a maneira como variam de lugar para lugar, de um grupo para outro, bem como a forma como se modificam ao longo do tempo. As recordações são maleáveis e necessitamos compreender a forma como são moldadas e por quem (BURKE, 1992, p. 2).

Mas o que fica evidente, com este episódio aconteceu na segunda metade dos anos 1910, é que apesar das resistências do porteiro em limpar a escarradeira adequadamente, não apenas este objeto estava presente no Grupo Escolar Vidal Ramos como também estava em uso. Entretanto, o hábito de escarrar indiscriminadamente era cada vez mais combatido desde o início do século XX, considerado um dos meios mais comuns de contágio da temida tuberculose, o que colocava a escarradeira, utilizada há séculos, sobre suspeita. Ao discorrer acerca das publicações sobre o contágio da tuberculose na imprensa operária em São Paulo, Bertucci afirma:

⁵⁹ Os desentendimentos entre o professor e o porteiro Virgílio são relatados por Areão em suas memórias desde sua chegada a Lages em 1917 (ficou na localidade até 1919) para atuar como diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos. Segundo Areão (197?) logo que chegou a esta instituição encontrou os quadros com a figura de Vidal Ramos e Orestes Guimarães empoeirados e atirados atrás de um armário e ao ser questionado, Virgílio não deu resposta satisfatória. Por determinação legal todos os grupos escolares deveriam ter na sala da diretoria quadros do presidente do Estado (Vidal Ramos), do Inspetor Geral (Orestes Guimarães) e do patrono da instituição (no caso deste grupo escolar, o próprio presidente de Santa Catarina). Assim, é possível supor que os desentendimentos entre ambos foram motivados, sobretudo, por questões políticas, considerando que começaram com o descaso com a imagem do presidente do Estado e de Orestes Guimarães.

[...] de um aperto de mão ao uso da água benta nas igrejas, a luta para preservar os indivíduos de uma contaminação procurará informar sobre as maneiras pelas quais a tuberculose poderia ser transmitida, em uma tentativa de modificar hábitos arraigados na população, como o de cuspir e escarrar indiscriminadamente (BERTUCCI, 1997, p. 198).

A recusa do porteiro Virgílio em limpar a escarradeira seria fruto do medo de contrair essa moléstia? Pode ser, entretanto é preciso considerar também que segundo o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina a função de manter o asseio do prédio era delegada ao servente, enquanto ao porteiro cabia a supervisão desta atividade (SANTA CATARINA, 1914a, Art. IV, p.80). Certo é que Virgílio foi punido com oito dias de suspensão por não realizar a tarefa, o que colaborou para insuflar ainda mais a contenda entre o porteiro e o professor Areão (AREÃO, 197?, p.163-165). Quanto às escarradeiras, certamente foram retiradas das dependências deste e, se ainda existissem, de outros grupos escolares catarinenses em pouco tempo.

Nos anos 1910, as regulamentações quanto à higiene necessária a materialidade dos grupos escolares não cessavam com prescrições para os espaços escolares. Regras de higiene para o mobiliário e materiais perpassavam o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914, sendo objeto de diversas normatizações que visavam manter seu asseio e garantir a saúde dos alunos. Os objetos da escola (livros, cadernos, lousas, relógios, carteiras e etc.), suas formas de uso, aquisição, bem como as funções destinadas a cada um deles (controle do tempo, escrita e leitura, postura a ser mantida e etc.) nos permitem captar indícios dos processos de escolarização ao longo da história, bem como compreender as experiências dos sujeitos escolares. Como escreveu Veiga:

Neste sentido, acrescentamos que o estudo da cultura material escolar não pode ser entendida como simples reflexo das relações sociais. Por outro lado, os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, o preço, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares (VEIGA, 2000, p. 4).

Os modos pelos quais os materiais escolares, suas formas de usos e cuidados eram prescritos pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914

podem nos oferecer pistas de como as regras de higiene influenciaram estas determinações. Para além das experiências escolares, estas regulamentações podem elucidar como os discursos em torno da manutenção da higiene e, por conseguinte, da saúde das pessoas, permeou a constituição destas instituições escolares.

Deste modo, o regimento previa, em seu Artigo 9, que dispunha acerca do material escolar: “O material dos grupos escolares constará daquelle que for determinado pelo Secretario Geral, escolhido dentre os modelos que mais se adaptem a hygiene, facilite a disciplina e a fiscalização dos alumnos” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 9 p. 8). Esta determinação evidencia não apenas a preocupação dos legisladores com a manutenção da higiene, o que certamente garantiria e preservaria a saúde dos alunos, mas também deixa evidente sua função educativa.

Além dos cuidados com a higiene do corpo e a mente infantil, os materiais precisavam permitir a fiscalização constante do mestre quanto ao seu asseio, bem como permitir e induzir a disciplina, vista como essencial não apenas ao bom desempenho nas tarefas escolares, mas também como meio de garantir a saúde do corpo (com a disciplina da postura, por exemplo) e do intelecto infantil (ROCHA, 2000; PAIVA, 2013). Neste sentido, o material escolar deveria ser adequado a cada idade, levando-se em consideração as capacidades físicas e intelectuais das crianças que frequentavam os bancos escolares. Estes cuidados deveriam inibir o aparecimento de males físicos tais como problemas de visão e coluna, bem como assegurar a saúde dos alunos e contribuir para a manutenção da disciplina e do bom rendimento escolar.

Os usos dos materiais escolares deveriam também favorecer a boa leitura e a higiene da escrita, de modo que não trouxesse às crianças prejuízos a sua saúde. Deste modo, os doutores recomendavam além da postura correta ao realizar a lição, a letra ideal (direita ou vertical) que melhor se adequaria as normas higiênicas e estéticas (ROCHA, 2005; PAIVA, 2013). Para tanto era preciso se dispor do material mais adequado aos preceitos de higiene. Seguindo estes princípios, ao discorrer acerca da higiene do prédio e material escolar o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina previa que:

Art. 330 [...]

27. – os cadernos devem ser de papel e capa incorporados, de modo a tornar a real conservação e evitar que as letras escriptas de um lado appareçam no outro;

28. – as lousas [individuais] devem ser usadas com parcimônia, para os ensaios, por muito pouco tempo, pois difficultam a boa escripta e leitura, conforme a luz, sendo seu uso continuado offensivo à vista. (SANTA CATARINA, 1914a, p. 87)

Era preciso, entretanto, mais do que a aquisição do material que estivesse em consonância com as normas de higiene, que se atentasse ao seu asseio e conservação, função delegada a alunos e professores. Desta maneira, o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina previa os necessários cuidados, ficando expressamente proibido aos alunos enrolar ou dobrar os cadernos. Esta determinação previa ainda que os livros de leitura fossem encapados, a fim de conservar seu asseio e que as lousas não tivessem pregos ou tachas, de modo a evitar riscos e arranhões nas carteiras (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 213, p. 55).

Os cuidados com os materiais eram também recomendados nas exposições escolares, devendo ser observado o máximo “[...] asseio, ordem na disposição e no acondicionamento do material” (SANTA CATARINA, 1914a, Título XI, Art. 264, § único, p.68). Ao longo do ano letivo os diretores dos grupos escolares catarinenses passavam de classe em classe recolhendo os trabalhos realizados pelas crianças e considerados como “melhores”, com a finalidade de expô-los a visita da comunidade nas chamadas “exposições escolares” que ocorriam anualmente na capital. Deste modo, considerando as citadas disposições do Regimento escolar, é possível inferir que dentre os critérios para esta escolha estava a boa apresentação e o asseio das tarefas realizadas. Esses eventos, que divulgavam e valorizavam as atividades escolares, também se transformavam em oportunidades para ensinar, indiretamente, às pessoas a importância dos cuidados higiênicos cotidianos em todas as atividades.

As carteiras escolares, que já vinham merecendo a atenção dos governantes catarinenses desde a atuação de Orestes Guimarães em Joinville, também foi alvo de prescrições. Assim o regimento interno determinava que em cada classe houvesse carteiras higiênicas em número suficiente para lotação de alunos. Previa ainda, ao dispor sobre a higiene do prédio e materiais escolares que “as carteiras escolares devem ser de thypo reconhecidamente aprovados pela hygiene escolar,

cuja descrição e modo de assentamento serão dadas em instruções” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 330, p. 87).

De fato, entre os itens do mobiliário escolar, a carteira talvez tenha sido a que maior atenção mereceu entre médicos e educadores. Tema de teses médicas ao longo da década de 1920, a carteira, caso não se adequasse aos padrões de higiene, poderia trazer males desastrosos a saúde infantil: cifose, escoliose, miopia e problemas respiratórios seriam apenas alguns deles. Uma vez estabelecidos padrões de normalidade, a carteira é então vista como um dos mobiliários mais promissores para correção de possíveis desvios e prevenção de diversas deformidades, atuando como “aparelho ortopédico”. E para tanto era preciso, mais do que o mobiliário ideal, a manutenção da boa postura, que deveria ser constantemente observada pelos professores (BERTUCCI, 2013, p. 230). Por esta razão, era determinado pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina também que diretores e professores observassem a boa postura dos alunos:

Art. 331. – Os directores e os professores deverão zelar constantemente pela boa posição dos alumnos, pois a questão da compustura e das atitudes, affecta tambem a saúde além de affectar a esthetica; para o que os directores e professores se esforçarão:

1. - para evitar que os alumnos descancem o peito sobre a mesa, dobrando o corpo para frente, para os lados ou para atrás, para o que, pouco a pouco, demonstrarão como os alumnos devem conservar-se na posição natural, descansando o corpo sobre o encosto do assento (SANTA CATARINA, 1914a, p. 88)

Assim, pouco a pouco a postura ideal seria naturalizada pelas crianças, o que unido ao mobiliário ideal concorreria de fato para salvaguardar a saúde dos pequenos catarinenses. Atentando-se para a proporcionalidade entre as dimensões da carteira, sua altura e largura, e a natureza do corpo infantil, a carteira escolar poderia cumprir a função de, por um lado, manter a saúde dos alunos prevenindo o aparecimento de deformidades físicas e, por outro lado, exercer a função de educar o corpo ensinando hábitos essenciais para saúde, tal como a manutenção da postura correta (ROCHA, 2005; BERTUCCI, 2013). Além disso, estes móveis deveriam favorecer a fiscalização constante do professor e a manutenção da

disciplina da classe, evidenciando seu papel educativo. Acerca do discurso médico quanto à materialidade da escola, Rocha (2005) afirma:

A proporcionalidade entre a estatura da criança e o mobiliário e, por outro lado, a adequação entre os materiais de ensino e os alunos de uma mesma classe parecem traduzir-se no conjunto da obra, numa só e mesma preocupação: a de repensar a escola e os objetivos do trabalho pedagógico em função das características infantis e, ao mesmo tempo, de modelar o corpo e a “alma” da criança por meio da ação da escola (ROCHA, 2005, p. 96).

Nesta conjuntura, as prescrições de higiene quanto à materialidade (edifícios, espaços, materiais, mobiliários) dos grupos escolares de Santa Catarina em 1914, que já vinha merecendo atenção dos legisladores desde as regulamentações de 1911, buscavam mais que manter a saúde das pessoas que os frequentavam, exemplificar o asseio e ensinar os hábitos de higiene que deveriam ser seguidos por toda população.

3.2 EDUCANDO PARA PREVENIR DOENÇAS: CONDUTAS DE HIGIENE NOS GRUPOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA

Para que as condições de salubridade e higiene fossem mantidas no interior dos grupos escolares catarinenses era imprescindível que funcionários, alunos e professores observassem as regras higiênicas. Diretores, porteiros, serventes, professores e alunos, para cada um uma função era delegada e também eram prescritas normas a serem observadas quanto à higiene. Aos diretores cabia inspecionar o asseio de todos os espaços, materiais, mobiliários e supervisionar os demais funcionários. O porteiro “pessoa robusta, disposta ao trabalho, embora analfabeta” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 294 p. 80) deveria manter em perfeito asseio todas as dependências, móveis e utensílios, auxiliado pelo porteiro e sujeito a ordens deste e do diretor. “Robusto” e podendo ser analfabeto porque seu trabalho de servente requeria força física sendo dispensáveis a leitura e a escrita, diferente do porteiro que tinha também como tarefa apresentar escriturações e relatórios e por esta razão deveria saber ler e escrever. Cidadão maior de 25 anos e alfabetizado, o porteiro deveria auxiliar o servente, bem como “responder, em absoluto, pelo asseio,

boa ordem e conservação do predio, dependências, mobiliários e utensílios” (SANTA CATARINA, 1914, Art. 288, p. 79).

As professoras dos grupos escolares, formadas pela Escola Normal Catarinense, deveriam constituir-se em exemplos para meninos e meninas que frequentavam suas classes e também para sociedade, cabendo-lhe exemplificar também a necessária higiene e velar pelo asseio dos mobiliários e materiais de suas salas de aula (TEIVE, 2008). Assim o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina, previa como deveres de professores e professoras, dentre outras coisas:

Art. 283

- 1.— educar physica, moral e intellectualmente os alumnos nas classes em que reger; [...]
- 6. – dar exemplo de moralidade e polidez em seus actos, tanto na escola como fôra della; [...]
- 10. – interessar-se pela boa guarda e pela conservação dos moveis e utensílios escolares de sua classe; (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 283, p. 76-77).

As professoras destes grupos escolares tinham como incumbência guardar e velar também a saúde infantil, inclusive através da revista de higiene, como acontecia em instituições semelhantes de outros estados do Brasil. Em Santa Catarina, semanalmente, a professora verificava o asseio de unhas, cabelos, dentes e roupas das crianças e as ensinava como proceder em seus lares, para manter sua higiene pessoal (TEIVE, 2008, p.66).

Às crianças que frequentavam os grupos escolares catarinenses foram destinadas a maior parte das regras de higiene. Sob a vigilância constante de diretores e professores, meninos e meninas, alunos destas instituições, deveriam observar uma série de normas prescritas, que iam desde a higiene pessoal até os necessários cuidados com o asseio dos materiais (como não dobrar ou enrolar os cadernos, por exemplo). Dentre as normas de higiene prescritas pelo Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina, além da manutenção da postura ideal (sempre observada pelos mestres), estava à introdução “[...] entre os alumnos o habito de cada uma ter sua vasilha para tomar agua – canequinha esmaltada ou chicara commum;” (SANTA CATARINA, 1914, Art. 331 p. 88). Esta medida aparentemente simples poderia evitar uma série de doenças transmitidas pela água, como a disenteria amebiana ou febre tifóide, que segundo Relatório, de

1914, do Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina, doutor Ferreira Lima, eram epidemias reinantes nas cidades catarinenses (SANTA CATARINA, 1914d). Tal medida poderia ainda evitar o contágio de outras doenças, entre elas a sempre temida tuberculose que poderia se propagar por meio do compartilhamento de louças (como canecas ou xícaras). Uma forma de, pouco a pouco, fazer que novos hábitos fossem efetivamente incorporadas pelas crianças e assim pudessem colaborar para alterar a prática social ainda vigente de compartilhar utensílios ou visitar doentes (OLIVEIRA, 2012, p. 27; BERTUCCI, 1997, p.198).

A regulamentação de 1914 orientava ainda uma série de deveres a serem seguidos pelos alunos que frequentavam os grupos escolares, muitos destes relacionados à higiene pessoal e aos cuidados com o asseio dos materiais escolares. Assim, o Regimento Interno dos Grupos Escolares determinava que:

Art. 123. São deveres dos alumnos:

1. frequentar as aulas com assiduidade, trajando asseadamente, embora descalço;
2. – observar os preceitos de hygiene recomendados pelo director ou pelos professores, quanto ao asseio pessoal;
3. – tratar com delicadeza e urbanidade o director, professores, funcionarios e condiscipulos;
4. – não danificar o edificio, objectos do estabelecimento, do jardim, ficando sujeito as penas deste Regimento a critério do director quando o fizer⁶⁰;
5. – comparecer calçado nos dias de festa realizados no estabelcimento;
6. – apresentar sempre bem cuidado o material de uso pessoal [...] (SANTA CATARINA, 1914a, Art.213, p. 54).

Apesar das normatizações quanto ao asseio e hábitos higiênicos a serem observados pelos alunos, o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina previa, mais uma vez: “Os alumnos podem frequentar as aulas calçados ou

⁶⁰ Cabe ressaltar que, embora fossem previstas punições aos alunos que não cumprissem as regras, certas normas deveriam ser observadas por diretores e principalmente por professores a aplicarem as penalidades. Aos mestres era orientado que reprimissem com suavidade e docilidade, aconselhando o aluno, sendo legalmente proibido o castigo físico (mas não o castigo moral) desde as regulamentações de 1911. No entanto, os grupos escolares catarinenses tomaram outras medidas de disciplinamento das crianças que os frequentavam, como por exemplo, a inscrição do nome dos melhores alunos no “livro de honra” e a dos indisciplinados no chamado “livro negro” (TEIVE, 2008; HOELLER, 2009). Ainda assim é preciso considerar que o fato de terem sido proibidas nas prescrições legais, não significa necessariamente que as punições físicas deixaram de existir, nas escolas catarinenses e de outros estados brasileiros. Discutidos e debatidos entre médicos e educadores, os castigos físicos foram, ao longo dos anos, considerados como prejudiciais a saúde e ao rendimento escolar (cf. DALCIN, 2005).

descalços” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 214 p. 55). A exceção se dava nos dias de festas escolares, ocasião em que os grupos escolares eram postos em evidência diante da sociedade e quando obrigatoriamente as crianças deveriam comparecer calçadas. Os pés descalços poderiam ser meio de contágio de inúmeras doenças, dentre elas a ancilostomíase, que segundo o Inspetor de Saúde o doutor Ferreira Lima, era uma das epidemias reinantes nas cidades catarinenses, sendo, portanto, considerado um hábito perigoso e avesso às boas normas de higiene, mas era muito pior proibir crianças que não podiam usar sapatos diariamente, ou não tinham o costume de fazê-lo, de frequentar as aulas. Como escreveu Silva (2010, p.73), em estudo sobre ensino profissional no Paraná, os sapatos eram um artigo caro nas primeiras décadas do século XX, sendo comum, principalmente entre crianças e jovens, aqueles que não possuíam um par sequer e raríssimos eram os que possuíam vários pares de calçados.

Como afirmou Vidal Ramos, em discurso realizado em 1913 por ocasião da inauguração do Grupo Escolar de Lages, que levava seu nome:

Estes pavimentos foram feitos para ser pisado [sic] tanto pelo calçado do rico, como pelo pé do pobre. Aqui todos têm os mesmos direitos, porque os ornamentos deste edifício foram feitos com o ouro dos ricos, as paredes que os sustentam foram argamassadas com o suor dos pobres (RAMOS *apud* TEIVE; DALLABRIDA, 2013, p. 165).

A criação obrigatória das caixas escolares nos grupos escolares catarinenses pela Lei nº 1.130 de 28 de setembro de 1916, tendo por objetivo angariar, por meio de doações de toda sociedade, materiais, roupas, calçados e até lanches para os alunos com poucos recursos financeiros certamente concorreu para amenizar situações extremas que poderiam resultar na exclusão dos alunos, inclusive por se sentirem pouco integrados ao universo da escola ⁶¹. (TEIVE; DALLABRIDA, 2011; SILVA, 2006).

⁶¹ Segundo Teive e Dallabrida (2013) apesar das iniciativas que visavam à inclusão de alunos empobrecidos, provavelmente estas instituições eram frequentadas, em grande parte, pela camada mais abastada da sociedade catarinense, em especial, pela sua localização em áreas consideradas nobres. Segundo HOELLER (2009, p. 58-59), as condições materiais das crianças catarinenses contribuíram para que vivenciassem diferentes modos de escolarização (as crianças com menos condições financeiras teriam que dispensar mais tempo ajudando a família nas tarefas domésticas ou trabalhando), todavia, ainda assim as crianças pobres não foram excluídas destas instituições, recebendo, por exemplo, recursos advindos das caixas escolares. A autora, entretanto, observa que,

Quanto às normas de higiene para os alunos, esta regulamentação também proibia certas atitudes, posturas e hábitos, considerados incivilizados, anti-higiênicos e, portanto, prejudiciais à saúde individual e coletiva. Assim, o regimento interno previa que:

Art. 331 [...]

3. – por tornar efectiva a proibição dos alumnos:

- a) – escarrarem no chão; b) – merendarem na salas de aula;
- c) – permanecerem muito próximos um do outro quando assentados em carteiras duplas; d) – cuspirem na lousa; e) - embrulharem os *lanchs* em jornaes ou collocal-los nos bolsos. Recommende o uso de papel limpo; f) - agglomerarem-se e fazerem paradas nos dejectorios e mictórios; g) - virem a escola em jejum; h) – conservarem os calçados quando estes estiverem humedecidos; i) – deixarem de se apresentar ao professor logo que sintam qualquer incommodo; j) – levarem o lapis à bocca (SANTA CATARINA, 1914a, p. 88)

Seguindo-se estas regras, mais do que manter a saúde das crianças, os grupos escolares cumpriram sua função de educar os pequenos para saúde, afinal, aos poucos os hábitos de higiene seriam incorporados pelos alunos, de modo que fossem por eles naturalizados. Atos como não escarrar no chão poderiam, segundo alardeavam os médicos, evitar o contágio de diversas enfermidades, como a tuberculose, por exemplo. Entretanto, o costume de cuspir no chão (assim como vários outros) não era tão simples de modificar e foi alvo de repetidas campanhas médico-educativas na primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2012 p.26-7).

Objeto de teses médicas ao longo da década de 1920, a formação de hábitos higiênicos nas escolas primárias era vista pelos doutores como imprescindível para formação do homem saudável, afinal “[...] a criança bem educada seria o adulto bem formado, saneado, que em poucos anos transmitiria bons hábitos a seus filhos” (BERTUCCI, 2013, p. 232). Entre estas teses, a de Almeida Junior, intitulada **Saneamento pela educação**, defendida e aprovada com “grande distinção” na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, tinha como tema principal o professor como formador de hábitos de higiene. Para o doutor Almeida Junior a escola primária seria o lugar ideal para inculcar hábitos sadios, já que reunia em suas carteiras os brasileiros com maior “plasticidade cerebral”, as

apesar disto, nos dias de festa os alunos vestidos de maneira adequada e asseada recebiam maior destaque nas comemorações.

crianças, e, portanto, aqueles indivíduos mais aptos a serem efetivamente educados (BERTUCCI, 2013). Acerca do que seria hábito para este médico, Bertucci afirma:

Educação e hábito se confundem na proposta de Antonio Almeida Junior, que cita o pensador Gustave Le Bon “a educação é a arte de tornar inconsciente o que é consciente”, e o psicólogo e filósofo Willians James, que além da possibilidade e a vantagem neurológica da criação de bons hábitos na criança, alertava para a necessidade de se evitar o desenvolvimento de maus hábitos. (BERTUCCI, 2013, p.232)

Os considerados maus hábitos, tão prejudiciais à saúde, viriam, quase sempre do seio familiar. Assim, se os adultos, cujos vícios e hábitos anti-higiênicos já haviam entranhado, eram passíveis apenas de pequenas mudanças, ou menos nenhuma, em sua conduta, era preciso investir na educação das crianças, sobretudo, por meio da escola primária. Isto resultaria na “regeneração progressiva” da nação e do homem brasileiro, através da incorporação de hábitos sadios pelas crianças que os transmitiriam as novas gerações e assim sucessivamente (BERTUCCI, 2013). Corroborando com estas idéias, o doutor Cabral escreve em 1929:

Preparar hoje os homens do futuro, para que estes, seguindo o exemplo dos seus maiores, preparem outra geração e esta outra, e assim sucessivamente, é a medida que fará que dentre alguns annos o cumprimento das exigências hygienicas tenha assumido este character de automatismo, tão desejado hoje pelos hygienistas e educadores. O sãos princípios serão executados por força de habito, passado já para o sub-consciente, seguidos manichalmente, necessidade imperiosa para a vida do individuo, que só terá noção delles quando deixar, por qualquer circumstancia fortuita, de cumprilos, e ainda assim, para sentir-se mal ante a falta comettida (CABRAL, 1929, p. 28)

Pretendia-se, desta maneira, inculcar certas atitudes e hábitos de tal forma que em breve nem sequer seriam percebidos, formando, portanto, uma segunda natureza. A escola primária cumpria assim a sua função de moldar e corrigir o corpo e a mente infantil, educando para saúde as novas gerações.

Quanto ao que se refere ao estado de saúde das crianças que frequentavam estas escolas, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914 nos oferece indícios ao dispor acerca da matrícula. Assim, não seriam matriculadas as crianças que: “[...] c) – as que padecerem de molestia contagiosa ou

repugnante [...] e) – os que não tenham sido vacinados;” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 218p. 57).

Nesta nova regulamentação, diferente da determinação de 1911, o atestado de vacina como pré-requisito para que as crianças tivessem suas matrículas aceitas nos grupos escolares catarinenses aparece explicitamente. Item obrigatório para matrícula e recurso considerado mais seguro para se evitar a temida varíola, era ainda determinado aos professores e diretores “aconselhar e expor as vantagens da vacinação, re-vacinação e da hygiene pessoal” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 332, p. 89), como medida profilática. O Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina, doutor Ferreira Lima, em Relatório enviado, Secretário Geral do Estado, Flúvio Aducci afirmava sobre a vacinação:

Uma boa medida adoptada pelo governo federal e tambem pelo estadual, foi a exigencia do attestado de vaccina para matricula nos estabelecimentos de ensino. Isto tem dado lugar a que no principio de cada anno, contantemente me procurem na inspeccoria para fornecer o necessario attestado. No anno que me ocupo forneci 95 attestados de vaccinação, alguns dos quaes, talvez um terço daquelle numero de creanças foram levadas a vaccinarem, unicamente pela necessidade do attestado (SANTA CATARINA, 1916b, p. 4).

Neste contexto, a vacinação obrigatória para matrícula nas escolas catarinenses, segundo o Inspetor de Saúde, constituía-se em importante estratégia em prol da saúde pública. No entanto, o doutor Ferreira Lima põe também em destaque as possíveis resistências, já evidenciadas em anos anteriores, de grande parte da população, que segundo ele, aderiram à vacinação de seus filhos por conta das exigências legais. Assim, na perspectiva do inspetor, faltava às pessoas a necessária consciência sanitária, que seria alcançada gradativamente por meio da educação de novas gerações nos preceitos básicos de higiene. Ignorante e enfermo, o homem catarinense ainda não havia aderido às medidas de saúde e higiene, restando, portanto, ao governo estadual lançar mão de estratégias para adesão de medidas de prevenção pela população, tal como a determinação que tornava obrigatória a vacinação para matrícula nas escolas primárias.

Esta determinação excluía também aqueles que já houvessem contraído moléstias contagiosas ou repugnantes, evitando assim o contágio nos espaços

escolares e garantindo a saúde das pessoas que os frequentavam. Mas, caso já matriculada a criança contraísse alguma doença eram previstas pelo Regimento Interno dos grupos escolares medidas de controle para evitar a proliferação dessas enfermidades.

Deste modo, os alunos doentes seriam temporariamente suspensos das aulas, desde que seu estado fosse atestado por um médico. Com exceção da cólera, febre amarela e peste bubônica, que caso contraída por alunos, professores e/ou funcionários implicariam no fechamento imediato da instituição, a cada uma das doenças era previsto um período de afastamento.

Para tuberculose, era indicada a suspensão da frequência nas aulas até a cura atestada por médico. Para escarlatina, varíola e coqueluche, uma das epidemias mais frequentes em Santa Catarina, segundo o Inspetor de Saúde, o afastamento deveria ser de 50 dias. Em casos de febre tifóide ou de crupe, eram previstos 30 dias, para disenteria hemorrágica eram previstos 20 dias de suspensão e 25 para casos de varicela. Nos casos de sarna, pediculose (também chamada “tinha”), as crianças deveriam permanecer afastadas até a cura. (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 332, p. 89).

Ainda no que diz respeito ao contágio de doenças, o Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina em seu Título XV que dispunha acerca da higiene escolar e em seu capítulo III que discorria acerca das moléstias, determinava que:

Art. 332. – Ao director cabe:

- 1 – Só tomar as providencias acima, quando as molestias sejam attestadas por médicos;
- 2 – attestada as molestias tomar as providencias do artigo anterior e immediatamente as communicar ao Director da Instrucção, dando o nome da molestia e a medida tomada;
- 3 – mandar desinfectar os compartimentos e os utensílios escolares, de acordo com as instrucções que receber;
- 4 – communicar em caso repetido da mesma moléstia (SANTA CATARINA, 1914a, p. 89-90).

Cabia ainda aos diretores, uma vez que tivessem o conhecimento de que as faltas consecutivas de um aluno se dessem por motivo de doença, verificar e aplicar as medidas previstas por esta regulamentação. Os professores eram, por sua vez,

incumbidos de “auxiliar os directores communicando-lhes as ausencias de alumnos, por motivo suspeito de molestia contagiosa” (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 332, p. 90). De fato, aos grupos escolares catarinenses cabia educar as crianças nos preceitos de higiene, de modo a evitar o aparecimento e o contágio de doenças. Contudo, uma vez já contraídas as moléstias era preciso lançar mão de recursos para evitar sua proliferação. Neste sentido, além de educar para higiene, os grupos escolares catarinenses constituíam-se em lugares de intervenção em prol da saúde pública e de controle de possíveis epidemias.

3.3 OS CONHECIMENTOS SOBRE HIGIENE, A DISCIPLINA HIGIENE: A SAÚDE COMO OBJETIVO

Desde as primeiras regulamentações, em 1911, a higiene permeou a institucionalização dos grupos escolares catarinenses, prescrevendo a construção de edifícios próprios e salubres, materiais e mobiliários que além de atender às necessidades pedagógicas também atendessem normas de higiene, determinando suas disposições em salas de aula e corredores, bem como listando deveres a serem cumpridos e regras de higiene a serem obedecidas, detalhando orientações para conservação do asseio nos espaços escolares e cuidados com a saúde de todos (SANTA CATARINA, 1911b; 1914b). Tudo isso com o intuito, de além de manter a saúde das pessoas que frequentavam essas instituições, educar os corpos e as mentes infantis nos preceitos higiênicos e assim formar o adulto bem educado e saudável do futuro. Com este propósito a higiene também foi inclusa nos programas de ensino dos grupos escolares de Santa Catarina, como parte de conteúdos e disciplinas escolares.

Compreender a higiene presente nos programas de ensino dos grupos escolares catarinenses implica entendê-la também como parte da história do currículo e das disciplinas escolares⁶². Neste sentido, é preciso levar em consideração o caráter dinâmico destas categorias, refletindo acerca de suas práticas, que vão além das prescrições legislativas sendo, portanto, construtos sociais que possuem múltiplas dimensões e são permeadas por tensões (CHERVEL, 1990). Assim, para melhor compreender a higiene no currículo destas

⁶² Disciplina escolar é tratada nesta dissertação como sinônimo de matéria escolar.

instituições seria preciso ir além de seus aspectos prescritivos, uma vez que o que é determinado nem sempre é praticado e o que é ensinado nem sempre é aprendido (CHERVEL, 1990). Isto porque, como nos adverte Oliveira (2002, p. 58),

A escola tem sido cada vez mais reconhecida como um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares a partir da experiência de seus agentes, o que não confirmam a tese de possíveis transposições mecânicas para seu interior. Ou seja, esses estudos têm enfatizado que a instituição escolar não existe em abstrato; cada escola uma realidade, cada realidade, diversas formas de conceber os embates e conflitos reais.

Todavia, os aspectos prescritivos são também uma das partes que constituem as disciplinas escolares e o currículo (CHERVEL, 1990). Assim, ainda que não possamos por meio da análise de seus programas compreender as práticas de ensino da higiene nos grupos escolares catarinenses, podemos inferir acerca das intenções das autoridades locais em inseri-las no currículo destas instituições, bem como conjecturar seu papel estratégico e captar indícios de costumes presentes na sociedade catarinense que se buscava modificar.

A educação higiênica, segundo Stephanou (2009, p. 1) deveria seguir os seguintes princípios:

- 1) Sensibilizar pela adesão; 2) ter início na infância para formação de hábitos que tornariam possível constituir na criança uma segunda natureza; 3) constituir-se como instrução essencialmente prática; 4) assentar-se na pedagogia do exemplo, como forma de instigar imitações salutareis.

Deste modo, a escola primária deveria ir gradativamente ensinando aos seus alunos os preceitos de higiene, de modo que, para além do acesso ao conhecimento científico, pudessem adquirir práticas salutareis necessárias à vida adulta. Entretanto, como escreveu Bertucci, “[...] práticas cotidianas, amplamente difundidas, balizavam a incorporação (e efetivação) de ações diárias relativas à saúde”, inclusive de professores que defendiam atenção com a salubridade e ensinavam preceitos higiênicos (BERTUCCI, 2014, p.12).

Em 1911, no primeiro Programa de Ensino para os Grupos Escolares de Santa Catarina, a higiene aparece na disciplina de “Sciencias physicas e naturaes – hygiene” distribuída nos quatro anos do ensino primário, que tal qual o Regimento

Interno destas instituições do mesmo ano, aparecia de maneira idêntica ao que acontecia no Programa de Ensino dos grupos escolares de São Paulo de 1905. Ao lado de conteúdos como os animais, as plantas e os elementos da natureza, os princípios higiênicos aparecem de maneira tímida, direcionados aos cuidados com o asseio do corpo, do vestuário e da habitação, com breve menção na disciplina ministrada no quarto ano ao uso abusivo do fumo e do álcool. Assim, era prescrito para o quarto ano dos grupos escolares catarinenses:

Sciencias physicas e naturaes – hygiene

O homem. Organs, aparelhos e funcções. Os sentidos. Classificação dos animaes. Estudo das principaes ordens. As plantas. Partes de uma planta. Conhecimento das flores e dos fructos. Utilidade dos vegetaes. Productos vegetaes. Cultivo. Principaes phenomenos relativos à gravidade, ao calor, à luz, ao som, ao magnetismo, à eletricidade. Applicações.

Ideas geraes sobre os corpos simples e completos. O oxygenio, o hydrogeneo, carbono, o azoto ou hydroeneo (sic).

A agua. Os metaes. Acidos e saes. Applicações. Hygiene da alimentação, do vestuario e da habitação. O exercicio physico e a hygiene corporal.

O abuso do fumo e do alcool. (SANTA CATARINA, 1911a, p. 13; SÃO PAULO, 1905, p. 1036).

Em São Paulo a higiene também aparecia atrelada às ciências físicas e naturais, o que foi criticado na década de 1920 pelo doutor Almeida Junior. Para este médico a associação entre estas ciências prejudicaria o ensino de higiene, já que a submetia às ciências físicas e naturais, o que causava a deficiência da educação higiênica nas escolas primárias (PYKOSZ, 2007). Nas primeiras regulamentações para as escolas primárias do Paraná a higiene também aparece associada a outros campos do saber científico, tais como botânica, mineralogia, agronomia, zoologia, química, física e história natural (PYKOSZ, 2007). O que fica evidente é que, em Santa Catarina, assim como em outros Estados brasileiros, a educação higiênica já fazia parte dos planos das autoridades e legisladores, sendo alvo de prescrições para seus grupos escolares. Como escreveu Pykosz:

Críticas à parte quanto à forma da higiene, o que vinha se delineando nas escolas brasileiras era a integração dos discursos dos “homens de ciências” em prol da educação, que acontecia desde o século XIX e que nesse momento se consolidava em forma de uma disciplina

escolar, ou seja, fazendo parte dos planos legislativos e programáticos das escolas demarcado no currículo das instituições. (Pykosz, 2007, p.109).

Atrelada a outros saberes, a higiene permeia a nova regulamentação escolar de 1914, de maneira diluída no Programa de Ensino para Os Grupos Escolares e como conteúdo específico em duas disciplinas nesta determinação. Segundo este Programa era imprescindível “Não perder a oportunidade de imprimir no espírito dos alumnos o amor ao trabalho, à ordem, ao asseio” (SANTA CATARINA, 1914b, p. 67). Desta forma, a higiene, que desde o século XVIII tinha estatuto privilegiado em discussões sobre civilidade e contribuía com várias áreas do conhecimento (BERTUCCI, 2014), estava inserida em disciplinas como botânica, zoologia, linguagem oral, geografia, desenho e educação moral e cívica. E enquanto disciplina específica era prescrita na matéria de “Elementos de Sciencias e de Hygiene”, ministrada no primeiro ano dos grupos escolares e na disciplina de “Educação e Hygiene”, com a clara orientação de ser ministrada durante as aulas de linguagem oral e distribuída nos dois primeiros anos destas escolas (SANTA CATARINA, 1914b, p. 16, 28, 34).

No que diz respeito a “Elementos de Sciencias e de Hygiene”, diferente do que aconteceu no programa de ensino para os grupos escolares catarinenses de 1911, as ciências naturais cedem espaço aos conteúdos de higiene. Assim, em 1914 esta determinação previa que:

Elementos de Sciencias e de Hygiene

Os sentidos e seus órgãos. Os serviços relevantes que nos prestam os sentidos. Condições de saúde – levantar cedo, tomar banho, tomar imediatamente café, fazer um passeio de meia hora, preparar as lições, comer às horas certas, aos domingos e feriados, os passeios às mattas, fugindo dos lugares pantanosos e porque; a agua e as suas espécies; a agua filtrada e a fervida; andar bastante sem correr e porque; as fructas verdes e as suas consequencias – o estomago e os dentes; como é bom e bonito uma boa dentadura, e porque; evitar os calçados humidos; a cabeça nua, largo tempo ao sol; consequencias de comer depressa sem mastigar. Respeitar as plantas e porque. Resumidas noções das principaes partes da planta, **a vista do natural**. Idem das partes externas do corpo humano. **(Verificadas pelos alumnos no proprio corpo)**. Resumidas noções dos três estados dos corpos. (SANTA CATARINA, 1914b, p. 28, grifos originais).

Em “Elementos de Sciencias e de Hygiene” os aspectos higiênicos aparecem relacionados aos cuidados indispensáveis com a saúde do próprio corpo. Conforme indicam Pykosz e Oliveira (2009, p. 139) a higiene, enquanto parte do programa escolar, ao lado de disciplinas com o mesmo objetivo, tais como ginástica e trabalhos manuais, trazia em seus conteúdos aspectos que incidiam diretamente sobre a educação dos corpos dos alunos, permeando também outras disciplinas que não tinham esta mesma finalidade.

Assim, cuidados com a higiene da digestão, preparo de alimentos saudáveis, por exemplo, perpassam as disciplinas de zoologia e de botânica. Cuidados com o asseio do corpo, que já eram presentes no Regimento Interno para os Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914, tal como não levar o lápis a boca (SANTA CATARINA, 1914a, Título VX, Capítulo II, Art. 331) deveriam ser, também prescritos nas aulas de desenho, o que, de certa maneira buscava inculcar formas de conduta sadia nos alunos em conexão com atividades que estes realizavam, maneira indireta de associar tal prática a ações diárias inclusive fora da escola. Também em educação moral e cívica a moderação da comida e bebida aparece como conteúdo, o que, por um lado contribuía para uma educação do corpo e, por outro, destacava os aspectos de moralidade e civilidade imbricados com a higiene, uma vez que a criança bem educada e civilizada não cometeria excessos durante as refeições (CECCHIN e CUNHA, 2007).

No que diz respeito à disciplina de “Educação e Hygiene”, associada à “Linguagem Oral”, os conteúdos relacionados à higiene pessoal, tais como asseio das unhas, mãos, cabelos e dentes, bem como as questões de salubridade, como o asseio da casa, os cuidados com talheres e objetos de uso pessoal e a conservação da higiene em lugares públicos, aparecem entrelaçadas também com questões relativas à moralidade. Assim, para o primeiro ano do grupo escolar, o programa de ensino previa:

Linguagem oral. Educação e Hygiene

Asseio das unhas, mãos, orelhas, nariz, cabellos e dentes, mostrando às crianças os grandes males que podem provir do descuido no asseio destas partes e sobretudo dos dentes. Asseio do corpo – a necessidade dos banhos. Maneira de servirem-se das escovas para dentes, calçados e cabellos **(o uso diario do pente fino)**. O perigo das fructas verdes. Modo de portarem-se as crianças em casa, nas ruas **(as praças e as ruas não são lugares de**

recreio para os meninos bem educados e sim os quintaes de suas casas). Conselhos relativos com os cuidados com os trastes, brinquedos, livros, cadernos, etc. – de uso de cada um. Palestras educativas que infiltrem no animo infantil o desejo de **ordem e de asseio**. (SANTA CATARINA, 1914b, p. 16, grifos originais).

Já para o segundo ano esta determinação orientava:

Educação e hygiene (nas aulas de linguagem oral).

Comportamento das crianças durante as refeições. Pontualidade e promptidão em cumprir as recommendações. Bondade no trato dos animaes. **Dizer sempre a verdade**. Destruir os preconceitos – os agouros, os phantasmas. Cuidados com os dentes, unhas, mãos, cabellos, nariz. O suor, a poeira e a necessidade dos banhos. Não espalhas papeis, cascas etc. nos recreios, lugares publicos, nas suas casas; o asseio dos copos, talhéres pratos e moveis. A casa asseada. O auxilio que as crianças devem prestar em todas as cousas (SANTA CATARINA, 1914b, p. 34, grifos originais).

Esta disciplina que tinha claramente como objetivo infiltrar “no animo infantil o desejo de ordem e asseio”, visava influir em comportamentos, ensinando as crianças que frequentavam os grupos escolares catarinenses não só as vantagens de manter o asseio de si e das coisas, mas também as vantagens de seguir as regras de civilidade e moralidade, indissociáveis das questões de hygiene. Pretendia-se, assim, modificar costumes como as crenças populares, “os maus agouros” e os “fantasmas”. Pode-se conjecturar que ensinar isto as crianças tinha o intuito de reafirmar o campo da ciência médica o que levaria as crianças e suas famílias a se afastarem de práticas de cura populares.

Quanto às questões de salubridade, não se resumiam aos cuidados com o asseio dos lares, das praças e das escolas. Na disciplina de geografia no terceiro ano do grupo escolar entre os conteúdos estavam: a construção e projeções de estradas de ferro, estradas, rios e principais portos (SANTA CATARINA, 1914b). Afinal, a salubridade dos espaços públicos seria marca distintiva de progresso e civilização, como escreveu o Inspetor de Saúde, o doutor Joaquim David Ferreira Lima “As nações mais desenvolvidas e mais fortes; são justamente aquellas que se adstringem melhor, que se abrigam mais sabiamente as leis de hygiene [...]” (SANTA CATARINA, 1915, p.1).

Os perigos do uso abusivo do fumo e do álcool, que já vinham merecendo atenção das autoridades catarinenses, como no caso da Lei Municipal da capital nº 312, que dentre outras coisas previa ações de prevenção contra vícios como fumo, álcool e jogos, e que também já faziam parte do programa de ensino para os grupos escolares catarinenses de 1911, novamente faz parte dos conteúdos correlatos à higiene prescritos pelo novo programa de 1914, sendo previsto para as aulas de linguagem oral do quarto ano o uso de quadros contra o alcoolismo. Também o regimento interno para os grupos escolares de Santa Catarina expedido em 1914, além de tornar expressamente proibido fumar no interior dos estabelecimentos de ensino, previa:

§ 1 – Ora os professores, em suas classes, ora o director, reunindo diversas classes, inclusive os alumnos da secção feminina, farão preelecções educativas combatendo o uso do fumo e do alcool, para o que, usarão os quadros adequados dos museus (SANTA CATARINA, 1914a, Art. 331, p. 88-89).

Prejudiciais à saúde do corpo e vistos como vícios anticivilizados e avessos às regras da moral, era essencial combatê-los desde a infância, ensinando os males causados pelo álcool e o fumo nos grupos escolares, o que poderia prevenir o aparecimento ou a continuidade de maus hábitos. Acerca disto o jornal **O Tição**, de Florianópolis, em novembro de 1915 denunciava:

Não é raro vermos o O G (sic) e outros meninos de 7 a 8 annos já estão tão viciados que não se envergonham des (sic) fumar publicamente asstentando (sic) um habito sobre tão reprovado em uma criança (O **Tição**, 28/11/1915, p.3)

Partindo desde os cuidados com a higiene até o desenvolvimento muscular por meio de exercícios físicos, os processos de escolarização da infância recaiam sobre a educação do próprio corpo dos alunos e seriam temas debatidos em diferentes partes do Brasil (OLIVIERA; VAZ, 2004; OLIVEIRA; LINHALES, 2011). Imprescindível para manutenção da saúde, a dimensão física da educação representada em disciplinas como ginástica, trabalhos manuais e higiene, bem como os espaços e mobiliários destinados à escola, procurava também a formação do homem brasileiro, forte, saudável e apto ao trabalho (VAGO, 2000; PUCHTA, 2007).

Nesta conjuntura, os programas de ensino dos grupos escolares catarinenses dos anos de 1911 e 1914 previam o ensino da ginástica com a finalidade de exercitar e formar os corpos dos alunos que os frequentavam, prescrevendo exercícios diferenciados para meninos e meninas. A importância da educação física⁶³ era ressaltada em uma tradução publicada em dois números, de 1916, do jornal **A Escola**, do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, de Laguna. Segundo este jornal, a prática de exercícios físicos seria necessária para evitar a “degeneração da raça” e para formação de adultos fortes e saudáveis, uma vez que “a criança hoje sentada nos bancos da escola, será amanhã um homem obrigado a trabalhar para satisfazer suas necessidades” (**A Escola**, maio de 1916, p.5). Segundo este jornal:

O menino que não exercita a necessidade de se mover, é um doente, que mais tarde, em consequência da predominância do systema nervoso, se tornará neurasthemico incapaz de esforços e um inutil a si e a sociedade.

Os exercicios physicos têm por fim remediar esta falta de educação intellectual (**A Escola**, junho de 1916, p. 5)

Evitar a apatia, os vícios e a aversão ao trabalho regular (motivo de empenho de sanitaristas e autoridades da época), bem como manter a saúde do corpo e para formar adultos robustos e bem dispostos, estas seriam nobres missões da educação física, de acordo com este impresso. Além disso, exercitar os músculos teria também uma influência sobre a moral do individuo (interessante assinalar que o subtítulo do jornal era: “Deus, pátria e família”). Segundo o periódico:

O homem que gasta sua actividade nos execicios são (sic) e agradáveis, encontrará um derivativo poderoso aos arrastamentos nocivos e perigosos e às paixões doentias. Mas o exercicio tem ainda um lado educativo de grande importancia: elle desenvolve em cada criança a habilidade, a agilidade a vontade do habito e o esforço intellectual. Emfim o exercicio produz também efeitos estheticos corrigindo attitudes viciosas (**A Escola**, junho de 1916, p. 5).

Com o objetivo de proporcionar uma educação integral (física, moral e intelectual) ao lado de disciplinas como ginástica, a higiene presente no currículo

⁶³ A educação física se refere nesta dissertação não à disciplina escolar, mas como uma educação do corpo de maneira ampla.

dos primeiros grupos escolares de Santa Catarina teria como uma de suas finalidades a educação dos corpos das crianças, inclusive por meio dos exercícios físico, o que formaria adultos saudáveis e dispostos ao trabalho.

Unida a outras prescrições, a higiene nos programas de ensino dos grupos escolares catarinenses tinha por intuito ensinar aos seus alunos os cuidados indispensáveis com a higiene (do corpo e das coisas). Entrelaçada com conteúdos de cunho moral e visando uma educação eminentemente prática, os preceitos higiênicos aparecem de maneira diluída no Programa de Ensino para os Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina de 1914, como conteúdo mais específico de duas disciplinas: “Elementos de Sciencias e de Hygiene” e “Educação e Hygiene” e também permeando outras, e de maneira mais contundente no Regimento Interno de 1914, que diferente da determinação anterior, dispunha de título e capítulos próprios para higiene escolar (SANTA CATARINA, 1914ab). Afinal prescrita, de maneira sutil (mas não menos importante) ou como parte de uma matéria, a higiene, pouco a pouco, poderia inculcar hábitos sadios e modificar costumes considerados prejudiciais à saúde.

Anos depois da elaboração do Programa de Ensino para os Grupos Escolares de Santa Catarina e do Regimento Interno para essas instituições, ambos de 1914, o médico Oswaldo Cabral, ao destacar a importância da educação sobre higiene das crianças, escreveu:

[...] nos primeiro tempos, todos os esforços serão conduzidos no sentido de criar novos instintos na criança, esforços dirigidos não para preceitos sanitários, mas sim para que tornem a fazer gestos, que um dia lhe tornarão, por toda a vida, uma segunda natureza. (CABRAL, 1929, p.31).

Neste sentido, os grupos escolares constituíam-se em lugares de possíveis intervenções em prol da saúde. Locais privilegiados de alertas sobre epidemias e de divulgação dos benefícios da vacinação antivariólica, estes grupos escolares foram exemplos de asseio para a sociedade, por meio de seus espaços limpos e salas arejadas, e principalmente foram locais de ensino de preceitos de higiene, de forma diluída em várias matérias ou em conteúdos específicos de algumas disciplinas, fazendo dos alunos divulgadores em potencial de noções higiênicas no meio que viviam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elementos percebidos como indissociáveis entre si e como balizadores de uma sociedade que se pretende moderna e civilizada, saúde e educação eram vistas nas primeiras décadas da República, segundo médicos e governantes, como veículo propulsor do progresso que se desejava alcançar. Idéias acerca da constituição (física, moral e intelectual) do homem brasileiro, muitas vezes permeadas por teses raciais (que já vinham acontecendo desde o fim dos Oitocentos), são debatidas com intensidade nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir de meados de 1910, com o Movimento Sanitarista que foi combinado com a chamada “eugenia preventiva”. Este Movimento, ligado ao nacionalismo e composto por médicos, engenheiros, advogados e educadores, muitos deles políticos ou militares, pretendia a “regeneração” nacional por meio da “regeneração” de sua população. Ignorante, miserável e enfermo, o homem brasileiro precisava ser salvo de seu triste destino, e, para tanto, era imprescindível, além de curá-lo, educá-lo de acordo com os modernos preceitos de higiene.

Nesta tessitura, era essencial, pensavam os sanitaristas, educar para saúde também e, sobretudo, os mais jovens de modo a garantir o futuro da pátria(BERTUCCI, 2013, 2014; ROCHA, 2003). Assim, a escola primária, que tinha por modelo os grupos escolares fundados em São Paulo a partir de 1894, é chamada à cena e tida como lugar ideal para a educação higiênica dos pequenos brasileiros.

Em Santa Catarina a efervescência de ideias higienistas que desembocaram no Movimento Sanitarista que ganhou prestígio em todo o território nacional, coincidiu com a implantação de seus sete primeiros grupos escolares no início da década de 1910. Capazes de levar o Estado rumo ao progresso e modernidade pretendidos pelos republicanos catarinenses, saúde e educação pública passam a ser alvo de uma série de ações e regulamentações por parte de governantes e legisladores.

Ao longo dos anos 1910 a sociedade catarinense vivenciou mudanças significativas quanto ao seu cenário educacional, bem como no âmbito dos serviços de higiene. A implantação das redes de esgoto e de água encanada, a criação da Diretoria de Higiene do Estado, o início da construção da Avenida do Saneamento e

ainda a Reforma na Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, levada a cabo pelo professor paulista Orestes Guimarães, exemplificam as ações empreendidas em prol do progresso e modernidade do Estado.

A higiene prescrita para e pelos grupos escolares e a sociedade catarinense, fio condutor desta pesquisa, nos levou a indagar os sentidos da escolarização da higiene em Santa Catarina, bem como as intrincadas relações entre saúde e educação, escola e sociedade. Seguindo as pistas apontadas pelas fontes, foi possível elucidar questões e traçar algumas considerações.

No que diz respeito à implantação dos grupos escolares em Santa Catarina, regulamentados a partir de 1911 por uma série de leis e decretos, podemos vislumbrar a circulação, apropriação e reinvenção de um modelo, ou seja, o modelo de São Paulo de escola primária. A presença do paulista Orestes Guimarães para empreender esta tarefa e o fato de as primeiras determinações serem idênticas as de seu Estado natal, demonstram a circulação de um modelo e possivelmente sua apropriação, ao levarmos em consideração que as leis podem ser cumpridas e percebidas de modos diferentes em lugares distintos de acordo com os costumes de cada sociedade em particular. Por outro lado, as mudanças nas legislações escolares de 1914, de acordo com as especificidades locais, poucos anos depois da fundação destas instituições, colocam em evidência as apropriações e reinvenções de um modelo.

Cabe evidenciar que nestas novas determinações, de 1914, em especial o Regimento Interno e o Programa de Ensino para os Grupos Escolares de Santa Catarina, a higiene ganha maior ênfase e espaço. Também na imprensa catarinense é possível observar, ao longo dos anos 1910, a presença cada vez maior de publicações que versavam sobre saúde. Neste sentido, podemos conjecturar que a questões higiene e saúde, em consonância com o que acontecia em território nacional, foi tema significativamente ampliado na sociedade e na escola catarinenses do período, deixando em evidência a relação intrínseca entre estas duas dimensões.

Com a finalidade de promover uma educação integral (física, moral e intelectual) para os pequenos catarinenses, aos grupos escolares caberia ensinar, em todos os tempos e espaços, a higiene necessária para manutenção da saúde

individual e coletiva, de modo a modificar costumes, eliminando hábitos considerados anti-higiênicos e produzindo novas experiências.

Construídos de acordo com os modernos preceitos de salubridade, os grupos escolares se constituíram, em Santa Catarina, em lugares de higiene por excelência, capazes de ensinar e exemplificar o asseio necessário em todas as coisas, pessoas e lugares, educando não só as crianças, mas a sociedade como um todo. Entretanto, o que as fontes nos deixam entrever é que, a educação higiênica dos pequenos catarinenses e a exemplificação de asseio para toda sociedade, para além de professores e alunos, dependia de outros agentes, indicando o protagonismo de funcionários, como serventes e porteiros, e colocando em evidência sua função também educativa.

A promulgação das leis e decretos que regulamentavam a higiene nos grupos escolares de Santa Catarina não foram implementadas sem resistências e tensões sociais. Ainda que as fontes tenham nos permitido captar apenas fragmentos é possível concluir que, muitas vezes, estas determinações entravam em conflito com os costumes e tradições da população local, pondo em movimento, por um lado estratégias, que visavam modificar costumes, e por outro táticas que pretendiam mantê-los. Nesta conjuntura, as intrincadas relações entre escola e sociedade são evocadas. Relações estas, nem sempre harmônicas e muitas vezes marcadas por tensões, entre o que a escola ensina ou pretende ensinar e os costumes e experiências dos alunos, funcionários e famílias.

Assim, se por um lado, as questões de higiene e saúde postas no contexto da sociedade catarinense, influenciaram em ações governamentais e na promulgação de prescrições de higiene para os grupos escolares, por outro, estas instituições procuraram também influir na sociedade catarinense, buscando, através dos ensinamentos de prescrições médico-higiênicas para as crianças, influir em comportamentos, modificando hábitos e transformando costumes. Deste modo, podemos concluir que a higiene entra em cena nos grupos escolares ao mesmo tempo em que estas instituições emergem para afirmar (e normatizar) a higiene na sociedade catarinense, pondo mais uma vez em evidência a indissociabilidade destas esferas, ou seja, o social e o escolar.

FONTES

Leis e Decretos

SANTA CATARINA. Lei nº 1238 de 22 de outubro de 1888. Florianópolis: [s.n.], 1888.

SANTA CATARINA. Lei Nº 636 de 12 de Setembro de 1904. Florianópolis: [s.n.], 1904a.

SANTA CATARINA. Lei Nº 765 de 17 de Setembro de 1907. Florianópolis: [s.n.], 1907a.

SANTA CATARINA. Lei Nº 780 de 22 de Agosto de 1908. Florianópolis: [s.n.], 1908.

SANTA CATARINA. Lei Nº 846 de 11 de Outubro de 1910. **Reformando o Ensino Público.** Florianópolis: [s.n.], 1910a.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Regulamento Geral da Instrução Pública de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1911a.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Horário e Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1911b.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 588 de 22 de abril de 1911. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1911c.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 597 de 8 de junho de 1911. **Nomeando o professor Orestes Guimarães para o cargo de Inspector Geral do Ensino Público.** Florianópolis: [s.n.], 1911d.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 614 de 12 de setembro de 1911. **Creando os Grupos Escolares na Capital do estado e outros municípios.** Florianópolis: [s.n.], 1911e.

SANTA CATARINA. Lei nº 967 de 22 de agosto de 1913. **Autoriza a Revisão dos Regulamentos da Instrução Pública do Estado.** Florianópolis: [s.n.], 1913a.

SANTA CATARINA. Decreto nº 795 de 2 de maio de 1914. **Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1914a.

SANTA CATARINA. Decreto nº 796 de 2 de maio de 1914b. **Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 1914b.

SANTA CATARINA. Lei nº 1.130 de 28 de Setembro de 1916. Florianópolis: [s.n.], 1916a.

SANTA CATARINA. Lei nº 1.178 de 1917. Florianópolis: [s.n.], 1917a.

SANTA CATARINA. Decreto nº1082 de 5 de janeiro de 1918. **Approvando o Regulamento para o Serviço de Hygiene do Estado**. Florianópolis: [s.n.], 1918.

SÃO PAULO. Decreto nº 1253 de 28 de novembro de 1904. **Aprova e manda observar o Regimento Interno para os Grupos Escolares**. São Paulo: [s.n.], 1904.

SÃO PAULO. Decreto nº 1281 de 24 de abril de 1905. **Aprova e manda observar o Programa de Ensino para os Grupos Escolares**. São Paulo: [s.n.], 1905.

Relatórios, Mensagens, Discursos e Outras Fontes:

AREÃO, J. S. **Memórias**. Florianópolis: [s.n.],1970?.

BRASIL, **Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Tipographia da Estatística, 1900.

CABRAL, O. R. **Problemas educacionaes de hygiene**. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Florianópolis: [s.n.],1929.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XXXII v. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

GUIMARÃES, O. de O.**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Superintendente Municipal de Joinville**. Joinville, 20 de abril de 1909. [s.n.t.]

SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo no dia no dia 1 de Setembro de 1902 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schimidt**. Florianópolis: [s.n.], 1902a.

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado ao Senhor Marciano Francisco de Souza, Secretário Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina por Horacio Nunes Pires, Diretor da Instrução Pública do Estado no dia 28 de junho de 1902**. Florianópolis: [s.n.],1902b.

SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo no dia 23 de julho de 1903 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Coronel Vidal José de Oliveira Ramos**. Florianópolis: [s.n.],1903.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo no dia no dia 23 de julho de 1904 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Coronel Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis: [s.n.] 1904b.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo no dia no dia 23 de julho de 1911 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Coronel Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis: [s.n.], 1911f.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado. Florianópolis: [s.n.] 1911g.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmº Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado por Caetano Vieira da Costa, secretario geral no dia 31 de maio de 1912. Florianópolis: Typ. d'O Dia, Florianópolis, 1912a.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado. Florianópolis, [s.n.] 1912b.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado. Florianópolis, [s.n.] 1913a.

SANTA CATARINA, Synopse apresentada pelo Cel. Vidal José de Oliveira Ramos ao exm, Sr. Major João de Guimarães Pinho, Governador do Congresso Representativo do Estado ao passar-lhe o governo no dia 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. D'O Dia, 1914c.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Gustavo Leblon Regis, Secretário Geral do Estado. Florianópolis: [s.n.],1914d.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Fluvio Aducci, Secretário Geral do Estado. Florianópolis: [s.n.],1915a.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. Fluvio Aducci, Secretário Geral do Estado. Florianópolis: [s.n.],1916c.

SANTA CATARINA, Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de Santa Catarina ao Exm. Sr. José Arthur Boiteux, Secretário Geral do Estado. Florianópolis: [s.n.],1919.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 24 de julho 1915 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schmidt.** Florianópolis: [s.n.], 1915b.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 14 de agosto de 1916 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schmidt.** Florianópolis: [s.n.], 1916d.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 14 de agosto de 1917 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Felipe Schmidt.** Florianópolis: [s.n.], 1917c.

SANTA CATARINA. **Mensagem enviada ao Congresso Representativo no dia 22 de julho de 1920 pelo Governador do Estado de Santa Catarina Hercílio Pedro da Luz** Florianópolis: [s.n.], 1920.

SANTA CATARINA. **Termo de visita ao Grupo Escolar Jerônimo Coelho pelo Inspetor Escolar Altino Flores.** Laguna [s.n.], 1917b.

SANTA CATARINA. **Lembrança da I Conferência Estadual do Ensino Primário.** Florianópolis: [s.n.] 1927.

Circulares e Ofícios

SANTA CATARINA. **Circular.** Florianópolis: 27 de fevereiro de 1907b.

SANTA CATARINA. **Ofício Nº 112.** Florianópolis: 12 de fevereiro de 1913b.

SANTA CATARINA. **Ofício Nº 113.** Florianópolis: 13 de fevereiro de 1913c.

Jornais diários

A Comarca, Joinville, 1915, 1916.

A Defesa, Itajaí, 1915.

A Encrenca, Itajaí, 1915.

A Tarde, Laguna, 1915, 1915.

A Época, Florianópolis, 1911.

Gazzeta do Commercio, Joinville, 1912.

Gazeta de Joinville, 1912.

O Albor, Laguna, 1915.

O Clarão, Florianópolis, 1911,1912,1915,1918.

O Cruzeiro, Itajaí, 1918.

O Dia, Florianópolis, set.1905 (excerto); 1911 – 1918.

O Líque, Joinville, 1911.

O Palhaço, Itajaí, 1916.

O Parufuso, Itajaí, 1915.

O Tição, Florianópolis, nov.1915 (excerto)

O Typógrafo, Itajaí, 1911.

O Vagdio, Itajaí, 1911.

República, Florianópolis (1918 – 1920)

Jornal escolar

A Escola. Órgão noticioso do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, Laguna, 1916.

BIBLIOGRAFIA

ALFONSO–GODFARB, A. M. FERRAZ, M. H. M. Prefácio In: MOTA, A. MARINHO, M. G. S. M. G (Org.). **Eugenia e história** São Paulo: FMUSP; Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 11–14.

ALVES. A.L. P. **Saneamento básico no Campeche e o planejamento participativo**. Demandas para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2012.

ANDRADE. C. R. M. de. **A peste e o plano**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991. 2 volumes

ARAÚJO. H. R. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1889.

BARBOSA, F. G. **Para além da escola**: identidade menonita e práticas socioeducativas (Curitiba, 1934-1948). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BASTOS, M. H. C. O ensino monitoral/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, p.34-51.

BERTUCCI, L. M. FARIA FILHO, L. M. de, OLIVEIRA, M. A. T. de. **Edward. P Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**, São Paulo (1891/1915). Campinas: Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (Org.) **Múltiplas faces do educar**: processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p.115-124.

BERTUCCI, L. M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (Org.) **Eugenia e história**. São Paulo: FMUSP; UFABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 219-238

BERTUCCI, L. M. **Saúde pública na capital paranaense. Considerações sobre as primeiras décadas do período republicano**. Texto inédito, ago. 2011.

BERTUCCI, L.M. A onipresença do medo na influenza de 1918. *Varia História*. Belo Horizonte, v.25, n.42, p.457-475, dez. 2009.

BERTUCCI, L. M. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**, Curitiba, n.54, out.-dez. 2014. Prelo.

BEZERRA, R. **A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados**. Tese (Doutorado em Educação) setor de educação. São Paulo: FAE – USP, 2010.

BORGHEZAN, J. L. F. **Urbanização, Saneamento e Marginalização: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918 – 1922**. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2014.

BURKE, P. **A história como memória social**. Disponível em < <http://muna.tripod.com/17.html> > Acesso em 23 de maio de 2014

CARDOSO, J. A. N. **A “cientifização” da prática pedagógica: o papel da biologia na formação do professor nos anos 10**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República** e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CECCHIN, C. CUNHA, M. T. S. Tenha Modos! Educação e sociabilidade em manuais de civilidade e etiqueta (1900 – 1960). **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 1-11. Online. Acesso em 10 de setembro de 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. As artes do fazer**. 17ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORDOVA, T. **O novo compõe com o velho: o lugar do grupo escolar no cenário do Ensino Público Primário na cidade de Lages, Santa Catarina (1904 -1928)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2008.

DALCIN, T. B. **Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857 – 1882)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, UFPR, 2005.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: autêntica, 1998. p. 90 – 125.

GONDRA, J. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

KUHLMANN JR. M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. de. (Org.) **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, supl. jul. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S010459701998000400012&lng=pt&tlng=pt> acessos em 23 maio 2014

HOELLER, S. A. O. **Escolarização da infância catarinense**: a normatização do ensino público primário (1910 – 1935). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar**: o discurso médico para escola paranaense (1917 – 1932). Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. (Org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 25-64.

LIMA, N.T.; HOCHMAN, G. "Pouca saúde e muita saúva": sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs) **Cuidar, controlar, curar**. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2004, p.493-533.

LIMA, N. T. de; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina In: MAIO, M.C.; SANTOS, R. (Org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 1996, p.23-40.

LUCA, T.R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. (Org.) **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.111-153.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discursos eugênicos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MÜLLER, G. R. R. **A influência do urbanismo sanitista na transformação do espaço urbano em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002

NAXARA, M.R.C. **Estrangeiro em sua própria terra**. Representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NÓBREGA, P. de. Ensino **Público, nacionalidade e controle social**: Política Oligárquica em Santa Catarina na Primeira República. 1900 – 1922. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, M. S. de. **Em páginas impressas e nas ondas do rádio**: ações educativas para combater a tuberculose. Curitiba, 1937 – 1952. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná Curitiba: UFPR, 2012.

OLIVEIRA, M.A.T. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968 – 1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, v. 8, n. 1 jan/jun 2002, p. 51-75.

OLIVEIRA, M.A.T.; LINHALES, M.A. Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882-1927). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.389-408, maio-ago. 2011.

OLIVEIRA, M.A.T.; VAZ, A.F. Educação do corpo: teoria e história. **Perspectiva**. Florianópolis, número especial, p.13-19, jul.-dez. 2004.

PAIVA, T. F. de. **Noções para persuadir e educar**: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professor primário (1914 -1928). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

PUCHTA, D. R. **A formação do homem forte**: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882 – 1924). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PYKOSZ, L. C. **A higiene nos grupos escolares curitibanos**: fragmentos de uma Disciplina Escolar (1917 – 1932). Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PYKOSZ, L. C. OLIVEIRA, M. A. T. A higiene como tempo e lugar do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, jan/jun 2009. PP. 135-158

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**. Dossiê História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. Curitiba: Editora da UFPR, n. 18, 2001, p. 13 – 28.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, **Memórias do saneamento desterrense**. Florianópolis: Ed. CASAN, 1986.

ROCHA, Heloísa Helena P. Cultura Escolar e Práticas de Higienização da Infância na Escola Primária Paulista. In: VIDAL, D. G.; SCHWATRZ, C. M. (org.) **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 159 – 195.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925). Campinas: mercado das letras, 2003.

ROCHA, H. H. P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. **Cadernos CEDES**, ano XX, nº 52, novembro/2000. p. 1 – 19

ROCHA, H. H. P. Inspeccionando a escola e velando pela saúde das crianças. **Educar em Revista**, nº 25, Junho de 2005. p. 91 – 110

ROCHA, H. H. P.; MARQUES, V. R. B. A produção do aluno higienizado. **Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 4549-4557. Online. Acesso em 26 jan. 2014.

SCHLBAUER, A. R. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol. II: Século XIX, p.132-149.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEBRÃO, G. D. **Presença/ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870 -1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SILVA, V. L.G da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1988 – 1930) In: Vidal, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 341 - 376

SILVA, S. C. H. P. De órfãos da gripe a trabalhadores: o Asilo São Luiz de Curitiba, 1918 – 1937. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: Vidal, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21 - 57

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org.) **Cuidar, controlar, curar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.331-391.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

STEPHANOU, Maria. **Saúde pela Educação**: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século xx. Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2012.

TEIXEIRA, G. M. **Ação da Diretoria de Instrução Pública na Província de Santa Catarina no período de 1858 à 1874**: inspeção escolar na afirmação da educação como força civilizatória. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2005.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República** – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

VAGO. T. M. Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como praticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de

Belo Horizonte (1906 – 1920). **Educar**. Curitiba, nº16, editora da UFPR, 2000. p. 121 – 135.

VALDEMARIN, V.T. Lições de coisas: concepção de científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**. Campinas, ano XIX, nº 52, p.74-87, nov. 2000.

VEIGA, C. G. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf> acesso em 20 de maio de 2014

VIDAL, D.G, FARIA FILHO, L. M. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil (1868 – 1884): história e historiografia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/jun/jul/ago 2000, p. 19 – 34

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21 - 57